

# DGES

## Relatório de Actividades Maio 2007 – Abril 2010



Abril 2010

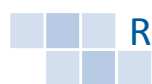


## Índice

<b>PREÂMBULO.....</b>	<b>5</b>
<b>1. DGES na 1ª Pessoa .....</b>	<b>7</b>
<b>2. SITUAÇÃO DE PARTIDA.....</b>	<b>11</b>
<b>3. GRANDES OPÇÕES PARA MAIO 2007- ABRIL 2010.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>22</b>
3.1.1 Criação do Portal único da DGES na Internet.....	23
3.1.2 Simplificação das Candidaturas à Acção Social Escolar .....	27
3.1.3 Simplificação do Sistema de Acesso ao Ensino Superior .....	31
3.1.4 INDEZ <i>online</i> – Inquérito Anual ao Pessoal Docente e Não Docente das Instituições de Ensino Superior Público .....	34
<b>3.2 GESTÃO DE FUNDOS.....</b>	<b>37</b>
3.2.1 QREN/POPH – Financiamento de Bolsas de Estudo .....	37
3.2.2 Gestão de orçamentos .....	40
<b>3.3 EXECUÇÃO DO PROCESSO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>41</b>
3.3.1 Acesso ao Ensino .....	41
3.3.2 Apoio ao Estudante .....	46
3.3.3 Adequação da Oferta Formativa ao Processo de Bolonha .....	49
3.3.4 Cursos de Especialização Tecnológica .....	51
3.3.5 Erasmus Mundus .....	53
3.3.6 Reconhecimento de Graus Estrangeiros.....	54
<b>3.4 GESTÃO DO PROCESSO DE ENCERRAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR</b>	<b>57</b>
<b>3.5 ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS INTERNACIONAIS NO DOMÍNIO DO ENSINO         SUPERIOR.....</b>	<b>59</b>
3.5.1 Representações internacionais.....	60



3.5.2	Cooperação Internacional .....	61
3.5.3	NARIC – National Academic Recognition Centre .....	65
3.6	PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA U.E. 2007 .....	67
3.6.1	Reunião do Grupo de Alto Nível sobre Política de Educação e Formação na União Europeia – “Aprendizagem ao Longo da Vida: o método aberto de coordenação para além de 2010” .....	67
3.6.2	Reunião de Directores-Gerais do Ensino Superior .....	67
3.6.3	Comité de Educação .....	68
3.7	PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA DGES .....	69
4.	RECURSOS DISPONÍVEIS .....	73
4.1	RECURSOS HUMANOS .....	75
4.2	RECURSOS FINANCEIROS DE FUNCIONAMENTO .....	79
4.3	INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA .....	80
5.	SISTEMAS DE GESTÃO, AUDITORIA E CONTROLO .....	83
5.1	GESTÃO DA QUALIDADE .....	85
5.2	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E CONTROLO ORÇAMENTAL - SACO .....	86
5.3	AUDITORIA ÀS TECNOLOGIAS/SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	88
5.4	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SIADAP .....	90
5.5	SISTEMAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	91
6.	EVENTOS DE DIVULGAÇÃO DO ES .....	95
6.1	CANDIDATURA A BOLSAS DE ESTUDO - APRESENTAÇÃO DA PLATAFORMA DE INTEROPERABILIDADE .....	97
6.2	FUTURÁLIA .....	98
6.3	“STUDY IN EUROPE”, SÃO PAULO (BRASIL) .....	99
7.	ANEXOS .....	101



### PREÂMBULO

A síntese das actividades aqui apresentada reflecte a consciência da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) sobre o contributo imprescindível da cultura de prestação de contas e de reflexão sobre os resultados, reconhecendo os erros e aprendendo com os mesmos, mas também salientando as qualidades e a importância dos sucessos, quando tal for considerado oportuno.

O triénio que agora termina, de Maio de 2007 a Abril de 2010, foi condicionado por circunstâncias que em muito influenciaram a actividade e a vida na DGES. A nova lei orgânica, acarretando alterações na sua organização interna e a redução de lugares de chefias intermédias, a integração de serviços e funções que pertenciam, até então, a outras unidades orgânicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a saída e consequente fase transitória de substituição da grande maioria dos dirigentes, a passagem para a aposentação de dezenas de colaboradores com longa experiência na instituição, a integração de jovens técnicos com a necessária adaptação aos serviços, a elevada intensidade de trabalho imposta pelos processos de reforma de ensino superior que a DGES teve que executar, etc., exigiram grande disponibilidade e empenho, que submeteram toda a equipa a uma pressão constante, dada a exiguidade de recursos face à grandeza dos empreendimentos que nos foram sucessivamente solicitados.

Não foi fácil esta caminhada conjunta agora concluída. Foi, no entanto, um trabalho estimulante, motivador e bastante gratificante e enriquecedor, quer do ponto de vista pessoal quer na perspectiva cultural da organização.

Procurou-se, ao longo deste período, apostar na qualificação e aquisição de novas competências dos recursos humanos, não só a nível técnico como comportamental. Investiu-se também no desenvolvimento dos sistemas e processos utilizados, tendo como objectivo o aumento da eficiência e da eficácia e a simplificação do relacionamento com os clientes e parceiros.

Várias são as áreas de intervenção onde a DGES deixa referências de boas práticas, nestes últimos três anos. De facto, como se poderá constatar ao longo deste Relatório, a actividade desenvolvida foi responsável por um conjunto diversificado de impactos que em muito supera o cumprimento rotineiro da sua missão. Para tal, em muito contribuiu a proactividade inovadora e empreendedora dos colaboradores.



As atitudes e o conjunto de medidas tomadas resultaram na formação de uma imagem renovada da DGES, credível e prestigiada, merecedora da confiança pública.

Após a conclusão deste ciclo outros se seguirão, com novos desafios, orientações e conceitos, mas sempre com a mesma determinação, de que a DGES continua na senda da melhoria contínua, da modernização administrativa e da satisfação do cliente, consolidando-se como organização de referência do sistema de Ensino Superior em Portugal.

O Relatório dá a conhecer a actividade e desempenho da DGES, bem como o percurso e o compromisso que a organização definiu para responder aos desafios do presente e do futuro. Este documento é o resultado da participação de colaboradores de diferentes áreas que participaram na identificação dos exemplos e indicadores de desempenho.

De destacar a actividade da equipa do NAIPA (Núcleo de Apoio à Inovação, Planeamento e Avaliação), sendo este relatório credor do interesse e do envolvimento que teve na sua publicação.



## 1. DGES na 1<sup>a</sup> Pessoa

---











## 2. SITUAÇÃO DE PARTIDA

---





No triénio que decorreu entre 2004 e 2007 foram introduzidas algumas reformas nas actividades relacionadas com o modo de estar da DGES, explorando a mudança como oportunidade para um serviço de Qualidade superior. Esta iniciativa teve incidência sobretudo em duas vertentes:

- Ao nível da estratégia, com resultados na elevação da auto-estima dos funcionários:

- ⇒ Reabilitando a imagem externa da DGES junto dos parceiros e do público em geral;
- ⇒ Renovando as instalações e os equipamentos;
- ⇒ Promovendo a utilização intensiva de TIC;
- ⇒ Apostando no rejuvenescimento e requalificação dos recursos humanos;
- ⇒ Promovendo a capacidade de reunir, tratar e integrar a informação, identificando as tendências do sector.

- Ao nível da organização:

- ⇒ Dinamizando a cooperação interna, entre os diferentes departamentos funcionais, motivando para o espírito de equipa e a atitude de mudança;
- ⇒ Introduzindo novos processos e procedimentos, tornando-os, por vezes, mais eficazes, lineares e transparentes;
- ⇒ Potenciando o exemplo de sectores de maior capacidade e organização através do reconhecimento (por exemplo a DSAE, pela certificação do sistema de qualidade) e da divulgação das suas práticas;
- ⇒ Disciplinando as relações externas, com o Gabinete do Ministro, as Instituições, os fornecedores e os estudantes.

Com a entrada em vigor da nova Lei Orgânica da DGES (Decreto-Lei n.º 151/2007, de 27 de Abril) a estrutura formal da Direcção-Geral conheceu alterações, bem como o conjunto das competências que lhe foram atribuídas.

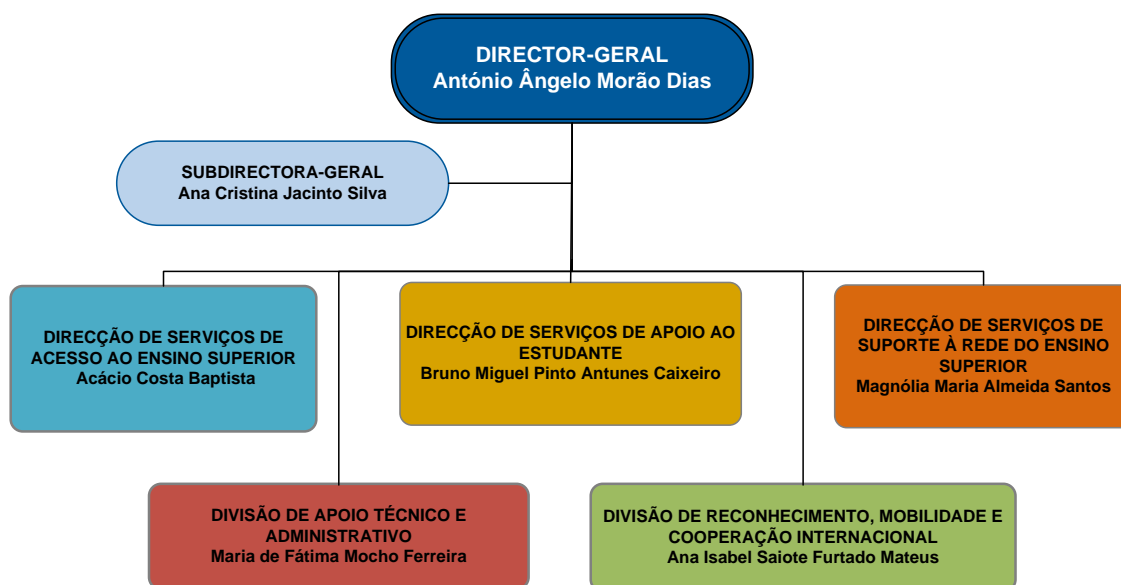
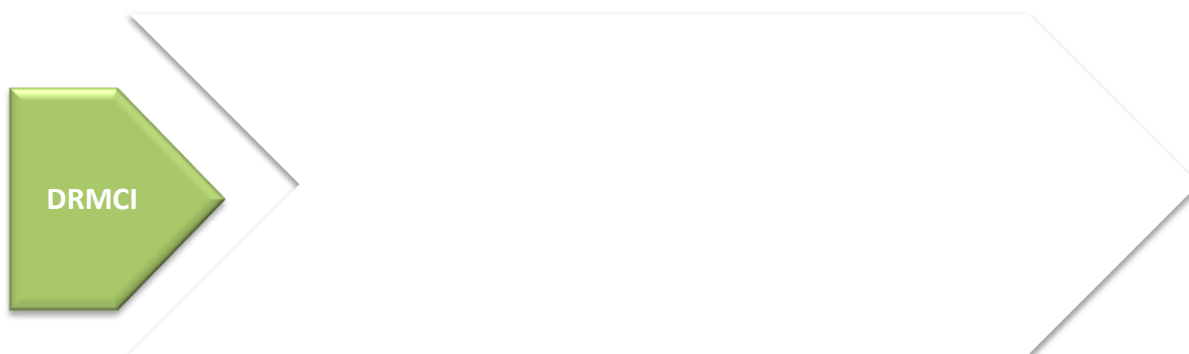


Figura 1 - Organograma da DGES

Nestes termos, a Portaria n.º 5492007, de 30 de Abril, veio introduzir modificações na estrutura nuclear dos serviços da DGES. A par da manutenção da designada **Direcção de Serviços de Acesso ao Ensino Superior**, foi criada a **Direcção de Serviços de Apoio ao Estudante** com competências acrescidas em relação à anterior Direcção de Serviços de Acção Social.

No que às competências da **Direcção de Serviços de Suporte à Rede do Ensino Superior** diz respeito, a mesma integrou não só as funções anteriormente desempenhadas pela Direcção de Serviços Pedagógicos e de Pessoal, como ainda funções que transitaram do antigo Gabinete de Gestão Financeira do Ensino Superior, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento das necessidades de qualificação e adequação das infra-estruturas da Rede de Ensino Superior.

A DGES integra ainda, na sua estrutura, ao abrigo da Portaria n.º 549/2007, de 30 de Abril, duas divisões, a **Divisão de Reconhecimento, Mobilidade e Cooperação Internacional** e a **Divisão de Apoio Técnico e Administrativo**. Esta última, sucessora do antigo Núcleo de Apoio Financeiro, conta agora com competências acrescidas.



A referida reestruturação organizacional deve-se à existência de novas atribuições cometidas à DGES, através do Decreto-Lei n.º 151/2007, relativamente àquelas que se encontravam plasmadas na anterior Lei Orgânica<sup>1</sup> - “vide” art.º 2, n.º 2, alíneas e) a m) do DL 151/2007: “ (...) e) Prestar o apoio que lhe seja solicitado pela Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior, no âmbito dos processos de acreditação e de avaliação do ensino superior; f) Acompanhar as necessidades de qualificação e adequação das instalações e equipamentos do ensino superior e da rede da acção social (...) h) Promover a cooperação internacional, no âmbito do ensino superior, sem prejuízo da coordenação exercida pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais e das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros; i) Promover a mobilidade dos estudantes do ensino superior português no espaço europeu (...).”

Nesta medida, a Lei Orgânica da DGES assume a sucessão das atribuições do Gabinete de Gestão Financeira da Ciência e do Ensino Superior “relativas ao acompanhamento das necessidades de qualificação e adequação das instalações e equipamentos do ensino superior e da rede da acção social” e do Gabinete de Relações Internacionais da Ciência, Inovação e Ensino Superior, “relativas à cooperação internacional no domínio do ensino superior”.

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 122/2003, de 18 de Junho



Por outro lado, verificou-se uma deslocação de recursos humanos que exerciam funções naqueles organismos para a DGES, o que motivou um processo de reorganização interna consistente, de molde a integrar os novos recursos humanos e as novas competências organizacionais.





## **3. GRANDES OPÇÕES PARA MAIO 2007- ABRIL 2010**

---



## O SABER FAZER

### MISSÃO DA DGES

*Assegurar a concepção, execução e coordenação das políticas que, no domínio do ensino superior, cabem ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.*

### VISÃO DA DGES

Prestar boa informação para uma boa decisão.

A DGES, na qualidade de organismo que visa a satisfação do interesse público, orienta a sua actuação para a prestação de um serviço de qualidade ao cliente e focalização nas suas necessidades, garantindo, no seu tratamento, uma maior justiça e equidade (Figura 2).

Desta forma, é uma constante preocupação da Gestão identificar as necessidades e expectativas dos clientes, e desenvolver todos os esforços para atingir a sua satisfação.

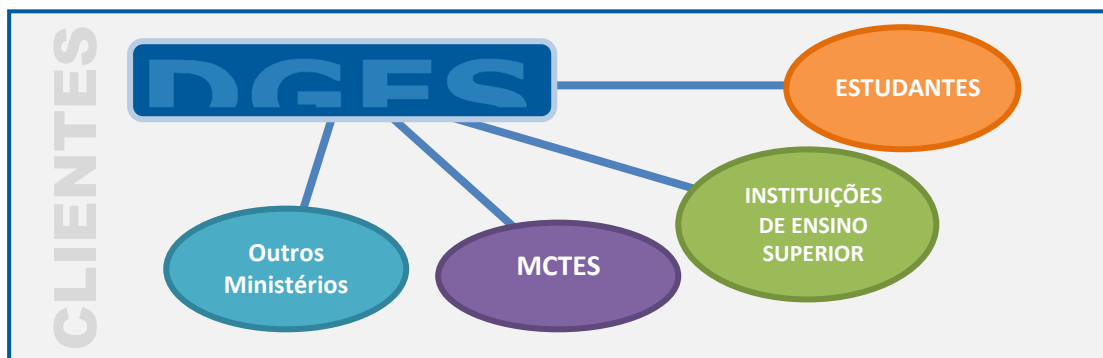


Figura 2 - Clientes da DGES

Em 2007 foi definido o mapa estratégico (Figura 3), um dos instrumentos utilizados na metodologia *Balance Scorecard*, que serviu de suporte à identificação das grandes linhas de acção da DGES, i.e., dos objectivos estratégicos plurianuais e, consequentemente, à definição dos objectivos específicos e operacionais para cada ano.

## MAPA ESTRATÉGICO DA DGES

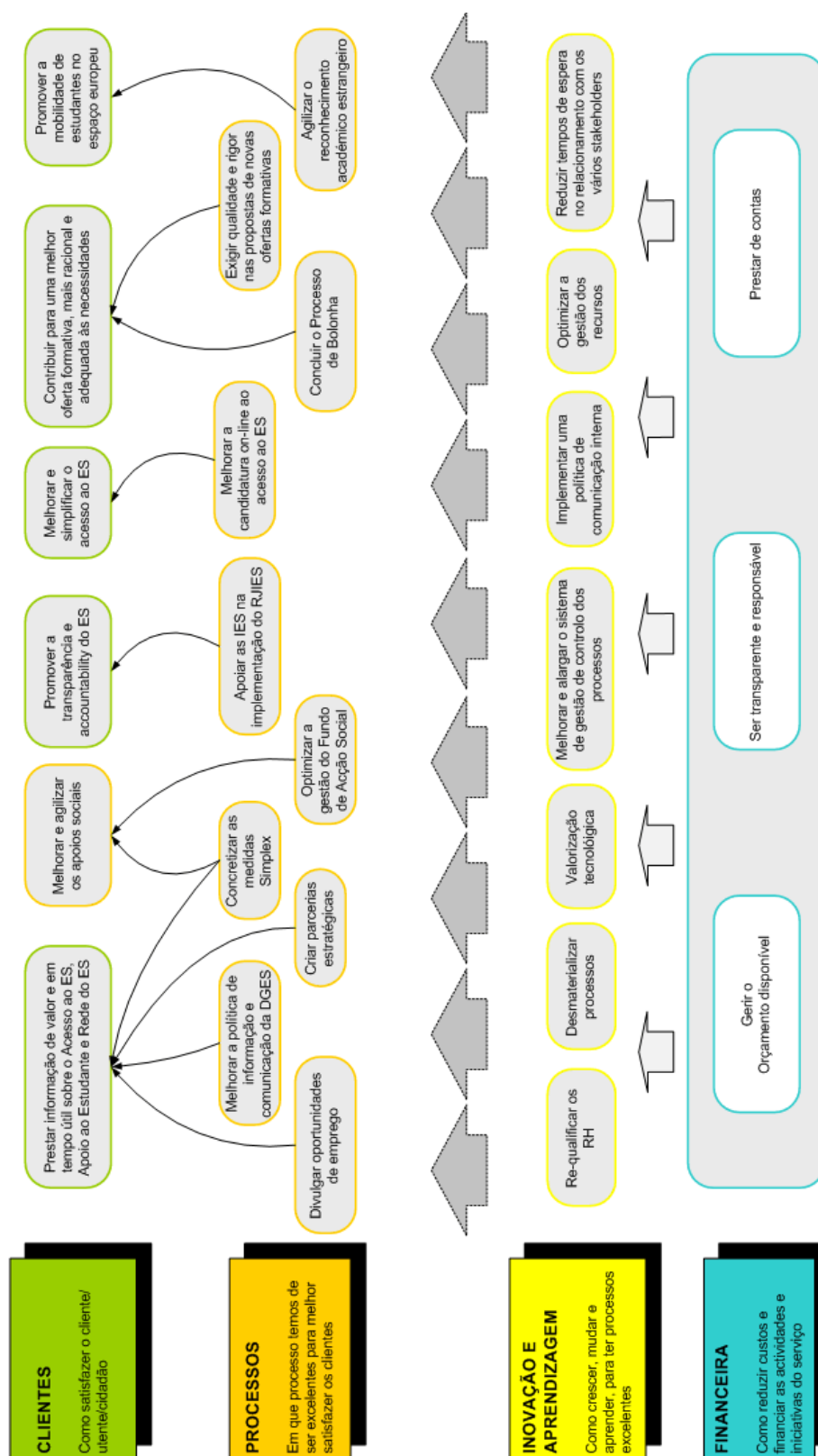
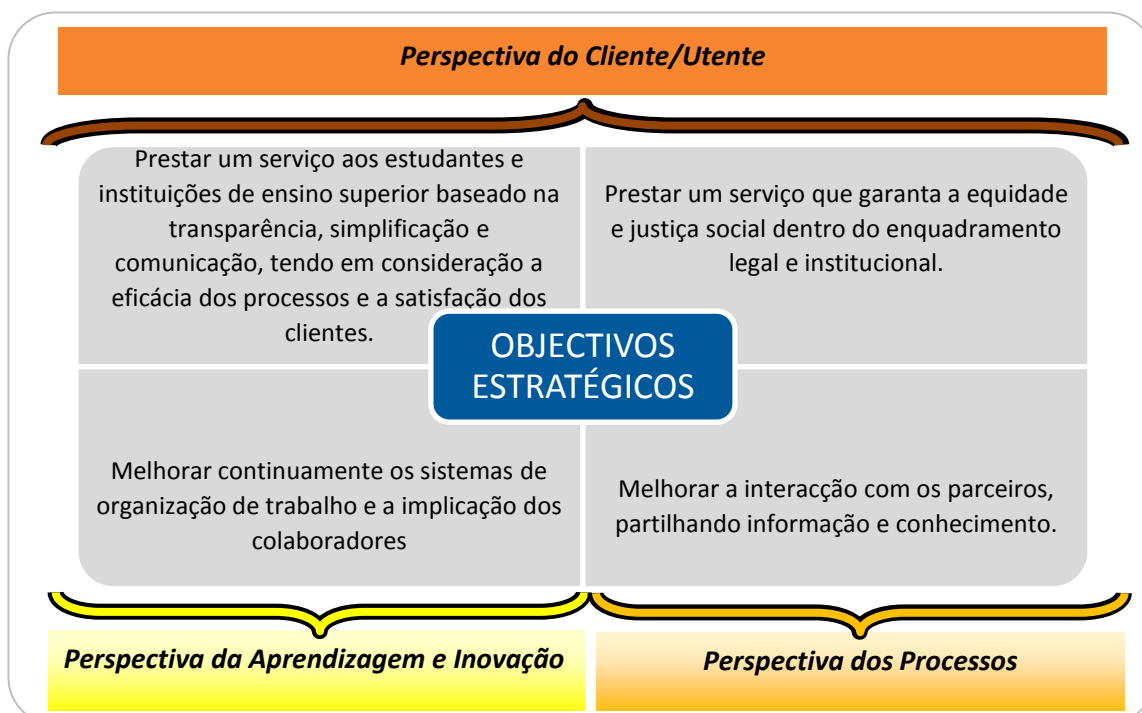


Figura 3 - Mapa Estratégico da DGES

Com a finalidade de traduzir a missão e de alcançar a Visão de futuro desta Direcção, foram definidos os quatro objectivos estratégicos (Figura 4):



**Figura 4 – Objectivos Estratégicos constantes dos QUAR da DGES (2008 e 2009)**

Numa altura em que o desafio à gestão pública reside em encontrar novas formas de relacionamento com o cidadão, adaptando-se às suas expectativas, a par com a preocupação na modernização e simplificação administrativa, a Direcção empenhou-se não só em “*fazer as coisas certas*”, como em “*fazer as coisas bem*”.

**O IMPORTANTE NÃO SE RESUME EM FAZER O QUE É CERTO.**

**HÁ QUE FAZÊ-LO BEM.**

Para além das actividades normais decorrentes das atribuições e competências da DGES, não se pode deixar de evidenciar o enorme empenho e esforço desenvolvido na concretização dos seguintes processos:

- Modernização e Simplificação Administrativa
- Apoio à execução do Processo de Reforma do Ensino Superior
- Gestão do processo de encerramento de Instituições de Ensino Superior
- Acompanhamento de políticas internacionais no domínio do ensino superior
- Actividades de cooperação internacional no âmbito do ensino superior
- Prestação de informação na DGES

### 3.1 MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A modernização e simplificação administrativa e processual levada a cabo neste triénio incidiu sobretudo no desenvolvimento e disponibilização *online* de aplicações dinâmicas de aquisição, análise, consulta e controlo de informação, e de melhorias funcionais ao nível dos Sistemas de Informação.

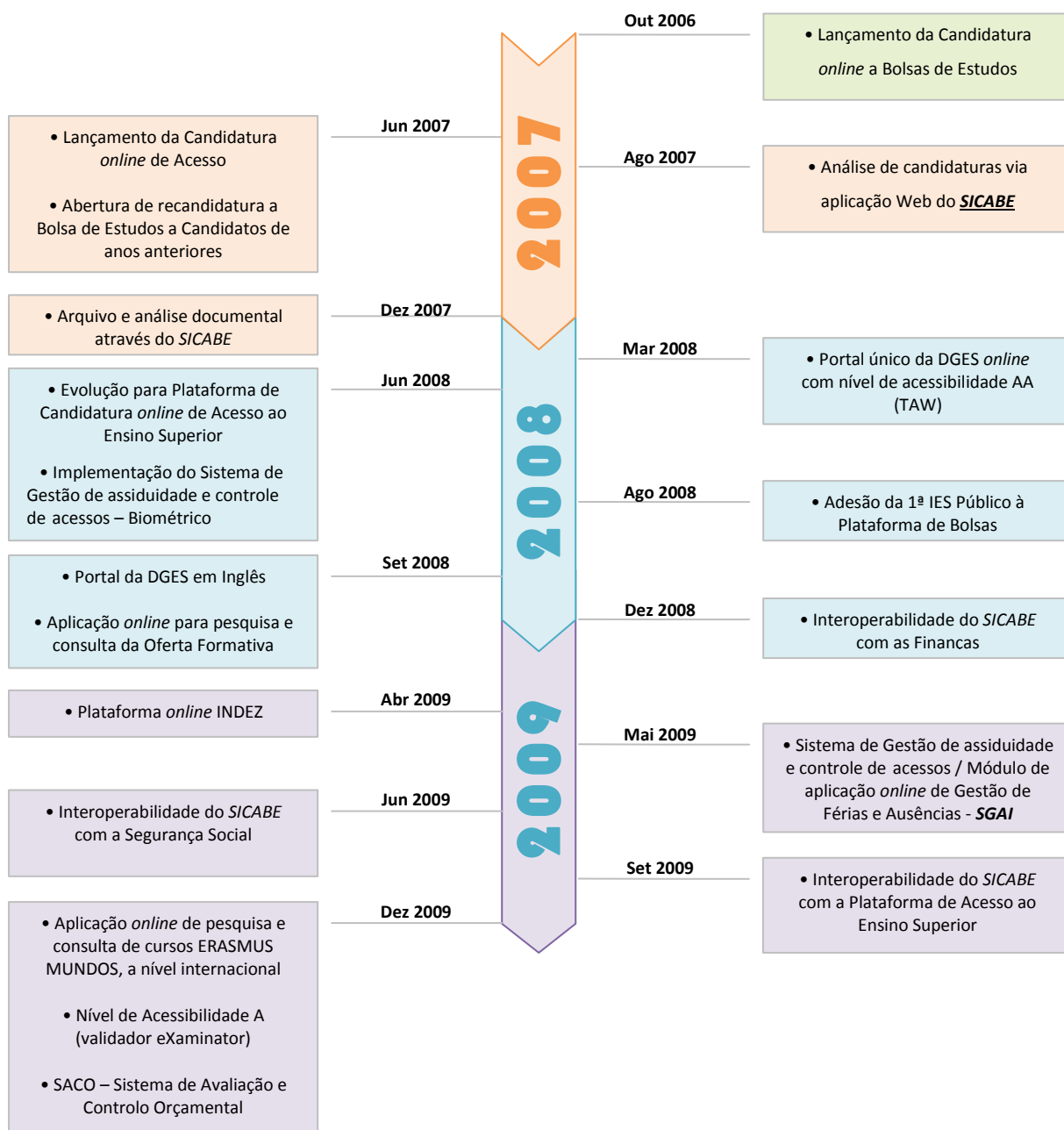


Figura 3 – Evolução cronológica dos Sistemas de Informação desenvolvidos na DGES

## 3.1.1 Criação do Portal único da DGES na Internet

Em 2007, a DGES tinha um sítio na Internet com informação institucional e vários outros sítios para cada uma das unidades orgânicas. Com a alteração da Lei Orgânica, e respectiva adaptação dos serviços às novas atribuições e competências, era imperativo reformulá-los e adequá-los à nova visão e objectivos estratégicos, conferindo-lhe uma imagem única, actual e dinâmica.

A criação de uma plataforma de informação única para os estudantes do ensino superior foi proposta como medida do Programa SIMPLEX 2008 (M085). O portal único da DGES foi colocado *online* no dia 11 de Março de 2008, com o nível de acessibilidade A, e no dia 16 de Abril foi garantido o nível AA<sup>2</sup>, de acordo com os critérios de acessibilidade da Wide World Web Consortium (W3C) segundo o teste TAW<sup>3</sup>, tendo sido antecipada a data prevista no Programa SIMPLEX 2008.

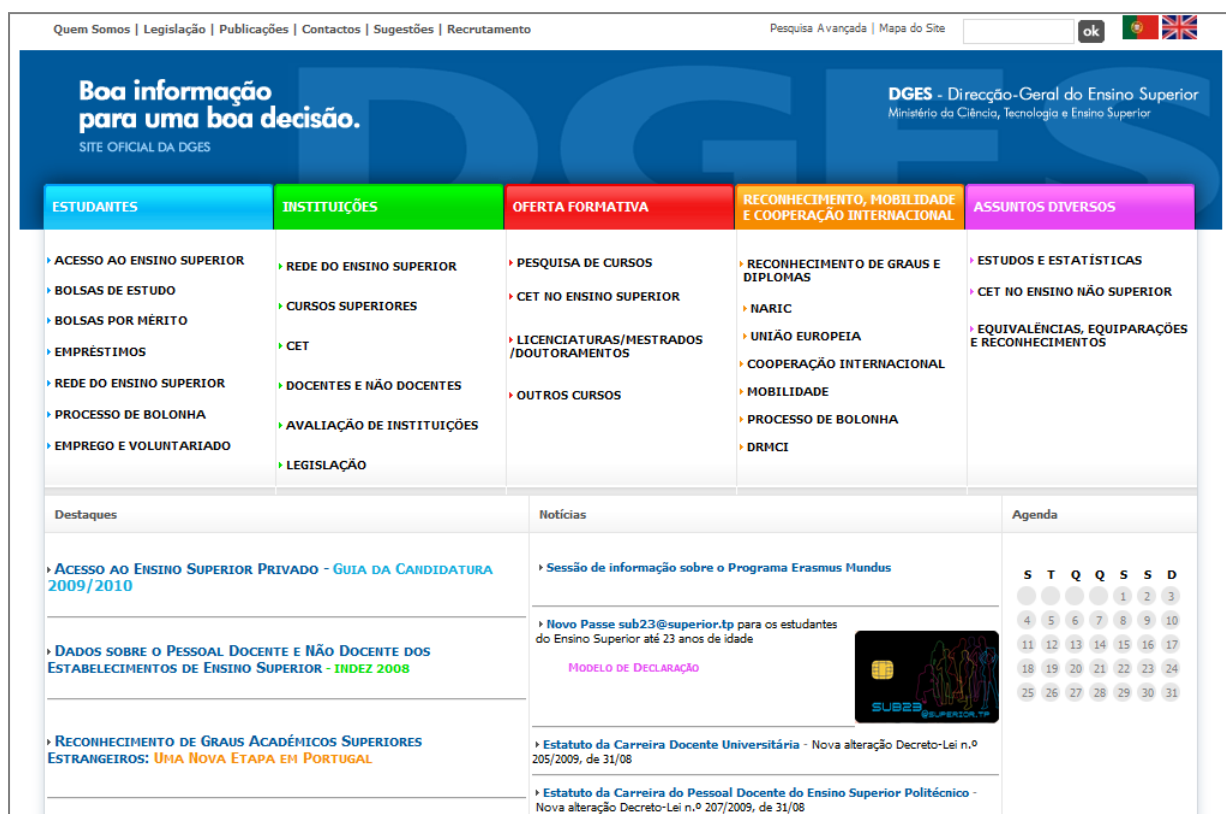
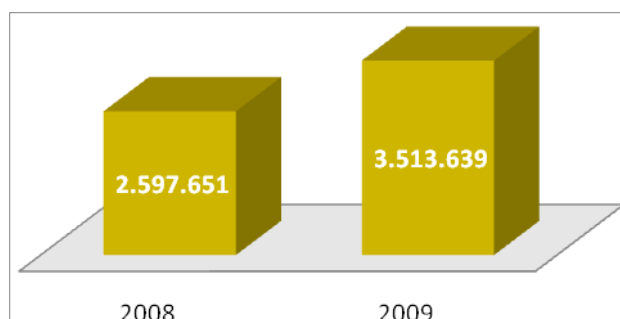


Figura 4 - Ecrã da primeira página de [www.dges.mctes.pt](http://www.dges.mctes.pt)

<sup>2</sup> Recomendado em [www.acessibilidade.gov.pt](http://www.acessibilidade.gov.pt) na sequência da Resolução de Conselho de Ministros Nº 155/2007, de 2 de Outubro

<sup>3</sup> Teste de acessibilidade Web, previsto na Resolução do Conselho de Ministros Nº 155/2007, de 2 de Outubro

Figura 5 - Evolução do número de Visitas a [www.dges.mctes.pt](http://www.dges.mctes.pt)



A DGES tem apostado constantemente na divulgação do seu portal, dado ser a forma de relacionamento mais abrangente e acessível com os seus clientes. Fruto disso, tem sido o crescente número de visitas e de visualizações de páginas do seu portal (Figura 5), correspondendo a um valor médio diário próximo das 10.100 visitas.

A título de exemplo, na Figura 6, pode-se observar para o ano de 2009 os picos de visitas que estão directamente relacionados com datas de referência, tanto na área do Acesso ao Ensino Superior como na área do Apoio ao Estudante nomeadamente com abertura de candidaturas e consulta de resultados, quer de acesso ao ensino superior quer do concurso de atribuição de bolsas de estudo.

Figura 6 – Evolução do Número de Visitas a [www.dges.mctes.pt](http://www.dges.mctes.pt)



O sítio Web da DGES está dividido em 5 áreas distintas, duas com base no público-alvo: estudantes e instituições, e duas em temas chave: oferta formativa; reconhecimento, mobilidade e cooperação internacional. A quinta compreende assuntos diversos que não estão compreendidos nas restantes. Além destas 5 áreas, existe uma dedicada à DGES Institucional. Para efeitos de análise da distribuição do número de páginas visualizadas (Figura 7) destacaram-se, da área Estudantes, duas áreas de grande peso: Acesso e Acção Social, responsáveis por mais de 50% dos acessos (Figura 8).

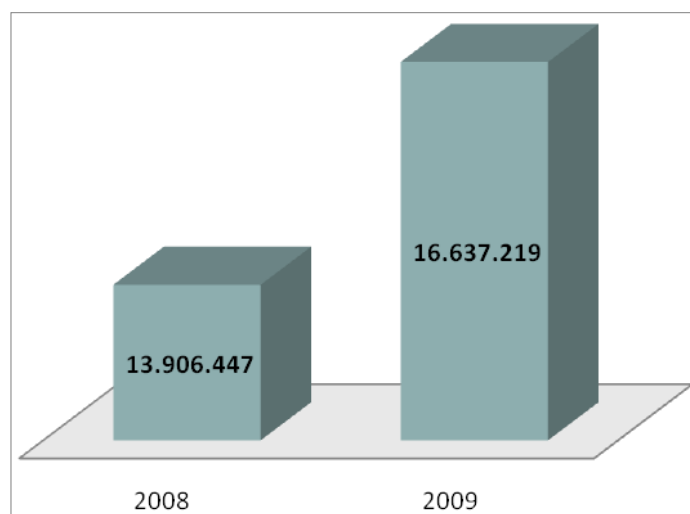


Figura 7 - Evolução do número de Visualizações de páginas em [www.dges.mctes.pt](http://www.dges.mctes.pt)



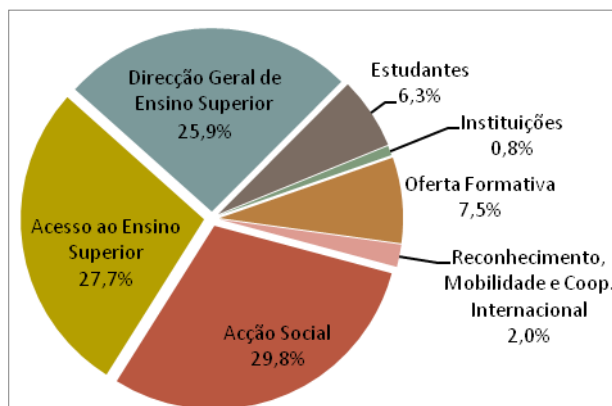


Figura 8 – Distribuição por área das páginas visualizadas em [www.dges.mctes.pt](http://www.dges.mctes.pt), em 2009

Após a disponibilização do *site* da DGES, foram desenvolvidos esforços no sentido de criar uma versão em língua inglesa, com um formato e conteúdo adaptado ao público-alvo. Esta versão foi disponibilizada em Setembro de 2008.

Ainda no ano de 2008, a Direcção considerou necessário dotar o portal da DGES de uma aplicação dinâmica para consulta da oferta formativa do ensino superior, onde pudessem ser incluídos dados e informações actualizadas sobre todos os cursos registados (CET, licenciaturas, mestrados, doutoramentos). A consulta à oferta formativa pode ser efectuada pelo utilizador mediante critérios seleccionados e com recurso à visualização da informação em termos de localização geográfica (distrito e concelho), a Figura 9.

Quem Somos | Legislação | Publicações | Contactos | Sugestões | Recrutamento

Pesquisa Avançada | Mapa do Site

**Boa informação para uma boa decisão.**  
SITE OFICIAL DA DGES

**DGES - Direcção-Geral do Ensino Superior**  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**ESTUDANTES** **INSTITUIÇÕES** **OFERTA FORMATIVA** **RECONHECIMENTO, MOBILIDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL** **ASSUNTOS DIVERSOS**

Ínicio » **Oferta Formativa** » Pesquisa

**Pesquisa Genérica**

Distrito:  Concelho:

Tipo Estabelecimento: ☐ Público ☐ Privado ☐ Militar e Policial ☐ Universidade Católica

Tipo de Ensino: ☐ Universitário ☐ Politécnico

Curso na Área de:

Tipo de Curso:

**Pesquisar**

Figura 9 – Aplicação dinâmica de pesquisa e consulta da Oferta Formativa (CET e cursos conferentes de grau)

No que respeita à acessibilidade do portal da DGES a cidadãos com necessidades especiais, e conforme referido anteriormente, o nível AA, de acordo com o teste automático TAW, foi sempre assegurado.

Contudo, em 2009, onze organismos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) assumiram no seu Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) um objectivo comum relacionado com a acessibilidade, mais ambicioso do que a obrigação legal definida para os organismos público. Este objectivo, bem como o respectivo indicador e meta definidos, pressupõe não só garantir a qualidade da acessibilidade dos respectivos sítios na Internet a cidadãos com necessidades especiais, como também permitir a comparabilidade dos serviços do MCTES.

A DGES, apesar de já cumprir, no seu sítio de Internet, o nível AA de acordo com o teste automático TAW, fez os investimentos e desenvolveu as actividades necessárias para a concretização deste objectivo, sendo que actualmente cumpre os critérios de acessibilidade da W3C segundo o teste automático TAW completado com os testes W3C para CSS e XHTML, disponibilizando na sua página o logótipo dinâmico "Certified Accessibility" da UMIC.



Destaca-se ainda como medida inovadora, a criação de uma ferramenta nova e única no Programa *Erasmus Mundus*, e disponibilizada no portal da DGES, que consiste num motor de pesquisa de todos os cursos *Erasmus Mundus*, permitindo procurar não só por nível de ensino, mas também por área de estudo, por país e instituição participante, Figura 10.

Search / Pesquisar Erasmus Mundus	
FIELD OF STUDY / AREA DE ESTUDO	All ▼
COURSE / CURSO	<input type="text"/>
EUROPEAN COUNTRIES / PAÍSES EUROPEUS	All ▼
HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS / INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR	<input type="text"/>
DEGREE / GRAU	All ▼
Records per page / Registos por página	Select Value ▼
Search / Pesquisar	

Figura 10 – Ecrã da aplicação dinâmica de pesquisa e consulta de todos os cursos Erasmus Mundus

## 3.1.2 Simplificação das Candidaturas à Acção Social Escolar

Em 2008, integrava o Programa Simplex 2008 uma medida (M084) que tinha por objectivo diminuir o número de documentos comprovativos solicitados aos candidatos bolsas de estudo, através da comunicação e interoperabilidade entre os serviços públicos, permitindo a recolha electrónica dos dados

necessários para averiguação da condição socioeconómica do candidato, nomeadamente a partir dos serviços da segurança social e dos impostos.

O projecto iniciou-se em 2006 e foi aplicado em 2007 para o Ensino Superior Privado, tendo sido obtida uma taxa de candidaturas *online* de 38% nesse ano. Em 2008 foi dada ênfase à cobertura dos serviços *online* relativos à candidatura a bolsa de estudo, pretendendo-se abranger uma

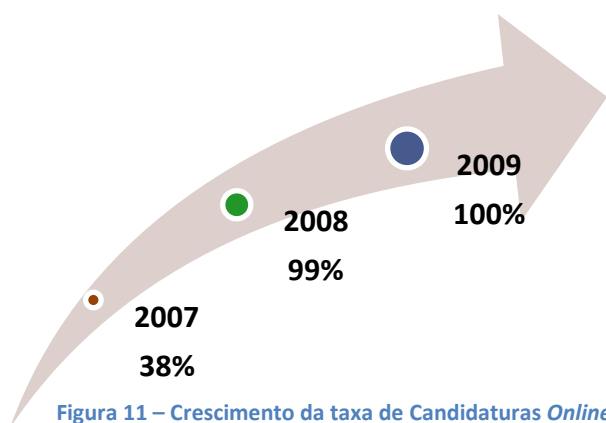


Figura 11 – Crescimento da taxa de Candidaturas *Online* a Bolsa de Estudos do Ensino Privado Superior

percentagem de candidaturas mais próxima do universo de candidatos. Na sequência dos desenvolvimentos e melhorias implementadas, em 2008 verificou-se uma taxa de candidaturas *online* de 99,48%. Em 2009 todas as candidaturas foram feitas *online*.

Paralelamente, a plataforma desenvolvida foi disponibilizada às Instituições de Ensino Superior (IES) Público, sendo que seis aderiram numa fase piloto, envolvendo 3210 candidatos a bolsas de estudo.

Dados Candidato									
Nº de Candidato		Nome							
Concurso / Ano Lectivo		Ano de 2009 ESP (2009/2010) Ver Ficha Pessoal do Candidato							
Dados Pessoais	Dados Agregado	Informação Académica	Dados Candidatura	Dados Financeiros	Plano de Pagamentos	Observações	Documentos	Alertas	Dados Online
<p>Data Candidatura: 07-06-2009 Estado Candidatura: Aceite</p> <p>Valor Bolsa: 2432.00 EUR Valor Revisto: 0 EUR Nº Prestações: 10</p> <p>Actualizar</p>									
Nº Prestação	Data Lançamento	Montante	Sinal	Descrição Operação	Estado	Data Pagamento	NIB	Nº Proc.	
1	01-10-2009	243.20	C	Automática - Planeamento	Confirmada	09-11-2009		111	Alterar
2	01-11-2009	243.20	C	Automática - Planeamento	Confirmada	09-11-2009		111	Alterar
3	01-12-2009	243.20	C	Automática - Planeamento	Pago	14-12-2009		120	Alterar
4	01-01-2010	243.20	C	Automática - Planeamento	Pago	13-01-2010		127	Alterar
5	01-02-2010	243.20	C	Automática - Planeamento	Pendente			0	Alterar
6	01-03-2010	243.20	C	Automática - Planeamento	Pendente			0	Alterar
7	01-04-2010	243.20	C	Automática - Planeamento	Pendente			0	Alterar
8	01-05-2010	243.20	C	Automática - Planeamento	Pendente			0	Alterar
9	01-06-2010	243.20	C	Automática - Planeamento	Pendente			0	Alterar
10	01-07-2010	243.20	C	Automática - Planeamento	Pendente			0	Alterar
Total pago:		972.80	Total a pagar:		1459.20				
<p>INSERÇÃO MANUAL DE MOVIMENTOS INSERÇÃO MANUAL DE ESTORNO PLANO DE PAGAMENTO DETALHADO</p>									

Figura 12 – Ecrã da Interface de Análise de Candidaturas a Bolsas de Estudos - SiCaBe

Em 2009 evoluiu-se para a interoperabilidade dos serviços públicos envolvidos no processo de atribuição de bolsas, nomeadamente com o Ministério das Finanças e da Administração Pública<sup>4</sup> e com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social<sup>5</sup>, facilitando o acesso à

informação em tempo útil, bem como a sua fiabilidade e transparência, procurando melhorar e agilizar os apoios sociais.

Para o ano de 2010/2011 já demonstraram interesse em aderir mais 10 Estabelecimentos de ES Público.

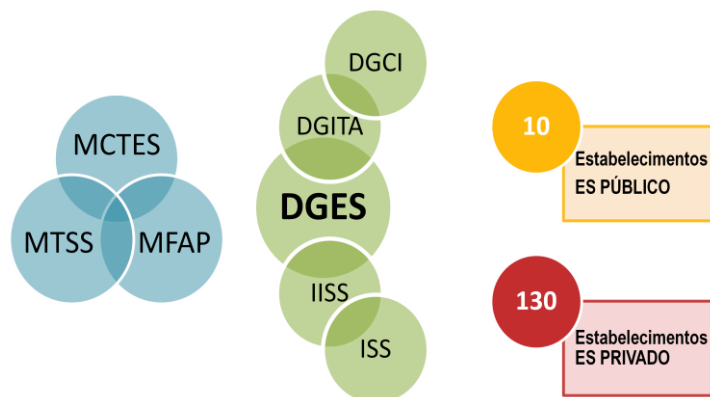


Figura 13 - Organismos envolvidos na Plataforma da Interoperabilidade

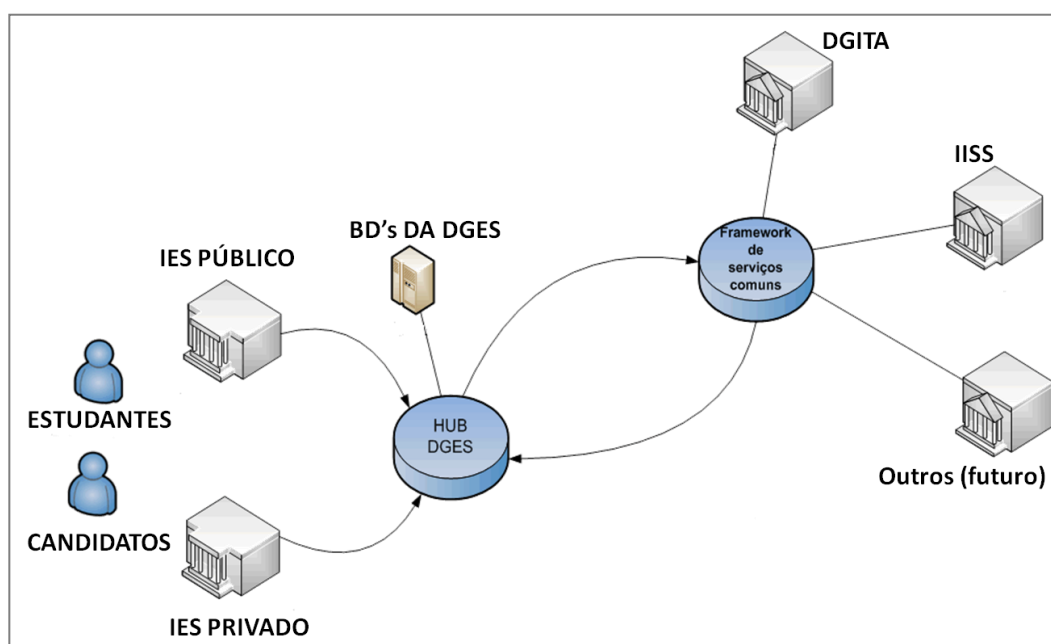


Figura 14 – Diagrama de funcionamento da Plataforma de interoperabilidade

A Plataforma de interoperabilidade, que se tornou uma realidade em 2009, é um instrumento inovador, que agiliza o processo de atribuição de bolsas de estudo ao Ensino Superior em estreita articulação com os serviços dos Ministérios da Segurança Social e das Finanças, precursor de uma nova realidade a nível administrativo e social, pois conduzem o cidadão a um contacto imediato e simplificado com os serviços,

<sup>4</sup> Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA)

<sup>5</sup> Através do Instituto da Segurança Social (IISS)

sem necessidade de intermediários ou procedimentos burocráticos, possibilitando a prestação de respostas de valor e em tempo útil.

Assim, é hoje possível o sistema de análise de candidaturas a bolsas de estudo da DGES (SICABE) ter de imediato os dados relativos ao IRS do agregado familiar do candidato e os dados sobre as prestações sociais da Segurança Social.

Rendimentos Categoria A - 2008							
Trabalho Dependente			Tributação Autônoma				
+	Rendimento bruto	13493.74	€	+	Gratificações	0.00	€
+	Retenções na fonte	0.00	€	+	Rendimentos agentes desportivos	0.00	€
+	Contribuições obrigatórias	1484.31	€	+	Retenções na fonte	0.00	€
+	Quotizações sindicais	0.00	€				

Figura 15 – Ecrã de consulta no SICABE aos Rendimentos do agregado familiar do candidato a bolsa de estudo

Segurança Social - 2008			
			Atualizar
NISS	Total Rendimento	Dívida do beneficiário	Dívida da Segurança Social
xxxxxxxxxx - Candidato	380,28	Não	Não existe informação
xxxxxxxxxx - Pai	0,00	Não	Não existe informação
xxxxxxxxxx - Mãe	0,00	Não	Não existe informação
xxxxxxxxxx - Irmão	380,28	Não	Não existe informação

Figura 16 – Ecrã de consulta no SICABE à informação proveniente da Segurança Social

É a partilha de recursos entre as entidades envolvidas que permite obter ganhos de eficiência, eficácia e qualidade deveras significativos face à candidatura a bolsa de estudos em papel. As vantagens da candidatura *online* através da nova Plataforma de Bolsas são inquestionáveis:

Tabela 1 – Indicadores de impacto referentes à utilização da Plataforma de Interoperabilidade face à candidatura em papel

⇒ SIMPLIFICA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Antes	Depois	Δ %
Nº Documentos por Candidato (agregado familiar médio de 3 pessoas)	36	3	- 92%
Tempo dispendido pelos Serviços na instrução de uma candidatura	94 min.	0 min.	- 100%
Tempo dispendido pelos Serviços na análise das candidaturas	93 min	51 min.	- 46%

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 - Abril 2010

⇒ <b>REDUZ O TEMPO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSA</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Δ %</b>
Tempo dispendido pelo Candidato na instrução da candidatura	10,5 horas	1,5 horas	- 86%
Tempo dispendido para divulgação de resultados	4 meses	1 mês	- 75%
Tempo dispendido para o processo de pagamento	40 dias	20 dias	- 50%
⇒ <b>AUMENTA O TEMPO PARA APOIO PERSONALIZADO</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Δ %</b>
% de candidatos com acompanhamento personalizado	7 %	9 %	+ 40%
⇒ <b>FACILITA EXPERIÊNCIAS POSITIVAS COM A AP</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Δ %</b>
Valor dispendido pelo Candidato na instrução da candidatura	30 €	0 €	- 100%
Deslocações médias por Candidato	9	1	- 89%
Contactos telefónicos médios por Candidato (antes do pagamento)	3	1	- 67%
⇒ <b>REDUZ A POSSIBILIDADE DE ERRO NA INFORMAÇÃO</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Δ %</b>
Taxa de erro humano	4%	residual	- 100%
⇒ <b>OPTIMIZA A AFECTAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Δ %</b>
Custo de digitalização de documentos	96.763 €	0 €	- 100%
Custo administrativo da instrução de uma candidatura	5.36€	0 €	- 100%
N.º Documentos por ano lectivo	1.422.987	0	- 100%
↳ N.º de Resmas por ano lectivo	2.846	0	
↳ Árvores abatidas	136	0	

Actualmente utilizam a Plataforma 10 Serviços de Acção Social (SAS) de ensino superior público e 89 SAS representativos de 130 estabelecimentos de ensino superior privado.

De acordo com metodologia utilizada pela Comissão Europeia para avaliar o nível de Sofisticação dos Serviços Públicos, Portugal, com esta Plataforma de Bolsas, atinge o nível 5 (nível máximo) no que respeita ao serviço de Benefícios Sociais – Atribuição de Bolsas no Ensino Superior.

Outras melhorias ao nível da modernização e simplificação do sistema de candidaturas à Acção Social Escolar:

- ⇒ Automatização e simplificação de minutas;
- ⇒ Disponibilização de informação via SICABE dos cursos congéneres para efeitos de atribuição do subsídio de passagem aérea.

- ⇒ Possibilidade de um candidato ao concurso nacional de acesso ao ensino superior demonstrar a intenção de se candidatar a uma bolsa de estudo para o 1º ano através de um pré-registo automático na candidatura *online* de Acesso.

## 3.1.3 Simplificação do Sistema de Acesso ao Ensino Superior

No âmbito da consolidação e aperfeiçoamento da medida M251 prevista no Programa SIMPLEX 2006, foi criada, pela primeira vez em 2007, a possibilidade dos estudantes se candidatarem ao ensino superior público através da Internet, para a prossecução de uma linha de modernização e de utilização racional das novas tecnologias, em prol de uma melhor eficiência de recursos e uma maior eficácia na prestação de serviços aos estudantes, Figura 17.

Em 2008, a DGES encarou como imperativo garantir *a priori* a segurança e fiabilidade do processo de candidatura *online*, tendo esta tarefa sido definida como um dos objectivos operacionais do QUAR 2008 da DGES (anexo A, pág. 103). O cumprimento deste objectivo passava necessariamente pela garantia da segurança e estabilidade das tecnologias e sistemas de informação.

Quem Somos | Legislação | Publicações | Contactos | Sugestões | Recrutamento

Pesquisa Avançada | Mapa do Site

**Boa informação para uma boa decisão.**  
SITE OFICIAL DA DGES

DGES - Direcção-Geral do Ensino Superior  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**ESTUDANTES** INSTITUIÇÕES OFERTA FORMATIVA RECONHECIMENTO, MOBILIDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ASSUNTOS DIVERSOS

acesso ao ensino superior | início | perfil | provas de ingresso | candidatura

### 4. Candidatura

Nesta secção deves preencher as tuas opções de candidatura.

#### Serviços de Acesso ao Ensino Superior

Indica o Serviço de Acesso ao Ensino Superior da área da tua residência e ao qual a tua candidatura irá ficar associada. Este é o local ao qual te deverás dirigir para esclarecer ou resolver quaisquer questões relacionadas com a tua candidatura.

saes

#### Contingentes

contingente pelo qual te candidatas

candidatas-te pelo contingente de portadores de deficiência física/sensorial? ☐ Sim ☒ Não

candidatas-te pelo contingente para militares? ☐ Sim ☒ Não

#### Preferência Regional

pretendes beneficiar do regime de preferência regional? ☒ Sim ☐ Não

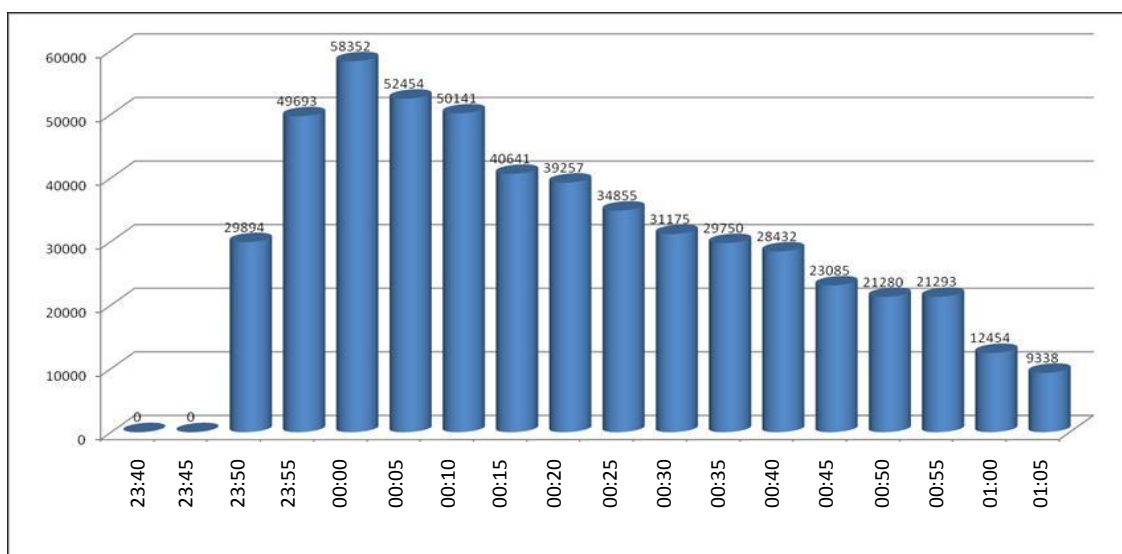
indica os distritos onde:

frequentaste e concluíste o 12º ano

frequentaste e concluíste o 11º ano

Figura 17 – Ecrã da Plataforma de Candidatura *Online* de Acesso ao Ensino Superior

A candidatura *online* de 2008 realizou-se sem nenhum percalço, e, na noite da data da saída das colocações aguardadas por mais de 50.000 candidatos, foi possível garantir níveis de qualidade de excelência no acesso à página de publicação de resultados, apesar dos número de acessos ter excedido todas as expectativas.



**Figura 18 - Distribuição do n.º de acessos simultâneos às páginas dos resultados de colocação no Ensino Superior, na noite de 13 para 14 de Setembro de 2008**

Na primeira hora, registaram-se cerca de 550.000 acessos à página, sendo que, no período mais activo e de maior carga (a partir das 0h00), registaram-se quase 60.000 utilizadores simultâneos (Figura 18). A infra-estrutura resistiu bem, mantendo-se o site com bons tempos de resposta (tempos médios de consulta de resultados abaixo de 1 segundo), sem se verificar qualquer problema de indisponibilidade.

Em 2009, procurou-se aumentar a eficácia e garantir a utilização do sistema de candidatura *online*, tendo este sido considerado como a forma preferencial de apresentação de candidatura. Nessa medida, foi prestada formação sobre o sistema aos novos Gabinetes de Acesso ao Ensino Superior (desde então a funcionar junto das instituições de ensino superior), e foi-lhes dada orientação para que encaminhassem os candidatos para esta via, evidenciando a fiabilidade e todas as vantagens que a plataforma potencia.

Efectivamente, foram introduzidas inovações no sistema permitindo a simplificação do processo e disponibilizadas novas funcionalidades:

- O pedido de atribuição de senha passou a ser solicitado unicamente por via electrónica, no sítio da Internet da DGES.



- Aquando do preenchimento do formulário *online* de candidatura, os candidatos puderam manifestar a intenção de receber informações sobre acção social por parte da DGES, através de SMS, promovendo a interoperabilidade entre unidades orgânicas.
- No que se refere aos resultados do concurso nacional, na medida em que constituem sempre um momento de enorme impacto social, procurou-se antecipar a sua divulgação, que passou a ser feita exclusivamente *online*.
- Os candidatos que utilizaram o sistema *online* puderam também receber os respectivos resultados, por correio electrónico, com precedência em relação à referida divulgação, já de si antecipada, no sítio de Internet da DGES.
- Atendendo ao objectivo de desmaterialização dos procedimentos, a área pessoal de cada candidato na plataforma passou também a disponibilizar a respectiva ficha de controlo da candidatura apresentada, evitando os custos financeiros e ecológicos inerentes à sua emissão em papel para todos os candidatos.

A utilização do sistema de candidatura *online* em 2009 foi um sucesso (Figura 19). Para tal, foi ainda decisiva a existência de um BackOffice da DGES, o qual permitiu o acesso por parte dos técnicos à plataforma de candidatura, diagnosticando e ultrapassando em tempo real as dificuldades dos candidatos.

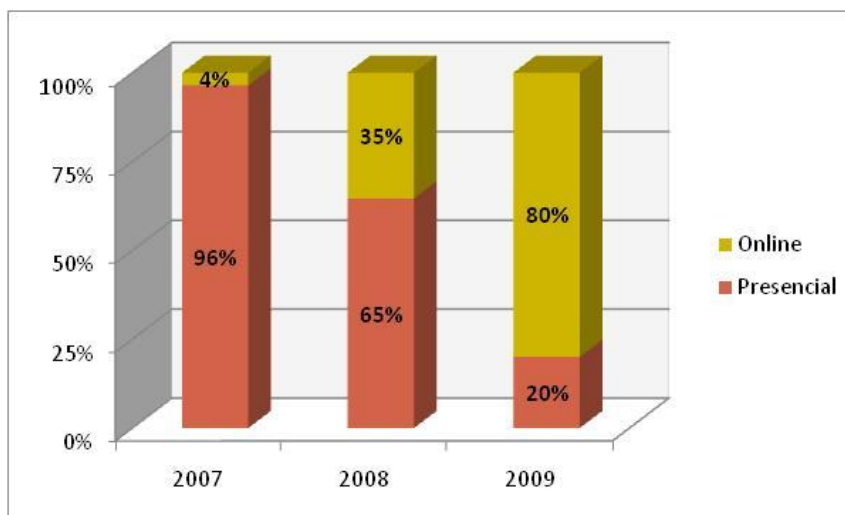


Figura 19 – Evolução da forma de Candidatura ao Concurso Nacional de Acesso

Está em desenvolvimento um questionário de satisfação aos utilizadores da Candidatura *Online* ao Ensino Superior, com vista a aferir o grau de satisfação com a mesma e a permitir por parte da DGES a implementação de instrumentos de melhoria contínua, com vista à prestação de um serviço de qualidade.

### 3.1.4 INDEZ *online* – Inquérito Anual ao Pessoal Docente e Não Docente das Instituições de Ensino Superior Público

Até 2008, o processo de recolha e tratamento da informação do INDEZ - Inquérito Anual ao Pessoal Docente e Não Docente das Instituições de Ensino Superior Público - revestia-se de um elevado grau de complexidade e morosidade, quer para as Instituições, quer para a DGES, sendo que este processo estava potencialmente sujeito a falhas.

No final de 2008, foi desenvolvida uma plataforma *online* própria, com vista a agilizar o processo de recolha e tratamento dos dados e a criar mecanismos de gestão e controle do processo (Figura 20).



Figura 20 – Ecrã da Plataforma INDEZ

Em 2009 estava em funcionamento uma ferramenta informática mais eficaz e eficiente na medida em que:

- ⇒ Disponibilizou-se uma plataforma de interface com as Instituições de Ensino Superior (IES) onde estas podem carregar e consultar toda a informação pertinente;
- ⇒ As IES podem utilizar a informação interna disponível nas aplicações de gestão de Recursos Humanos, minimizando o esforço e tempo inerente ao preenchimento do INDEZ;
- ⇒ Este novo processo garante a fiabilidade, controlo e validação da informação submetida;
- ⇒ É disponibilizado um relatório agregado e dinâmico que facilita o processo de validação e aprovação final de cada IES.
- ⇒ A plataforma contempla mecanismos de *workflow* associados ao carregamento e validação dos dados e à aprovação e submissão do INDEZ (Figura 21)

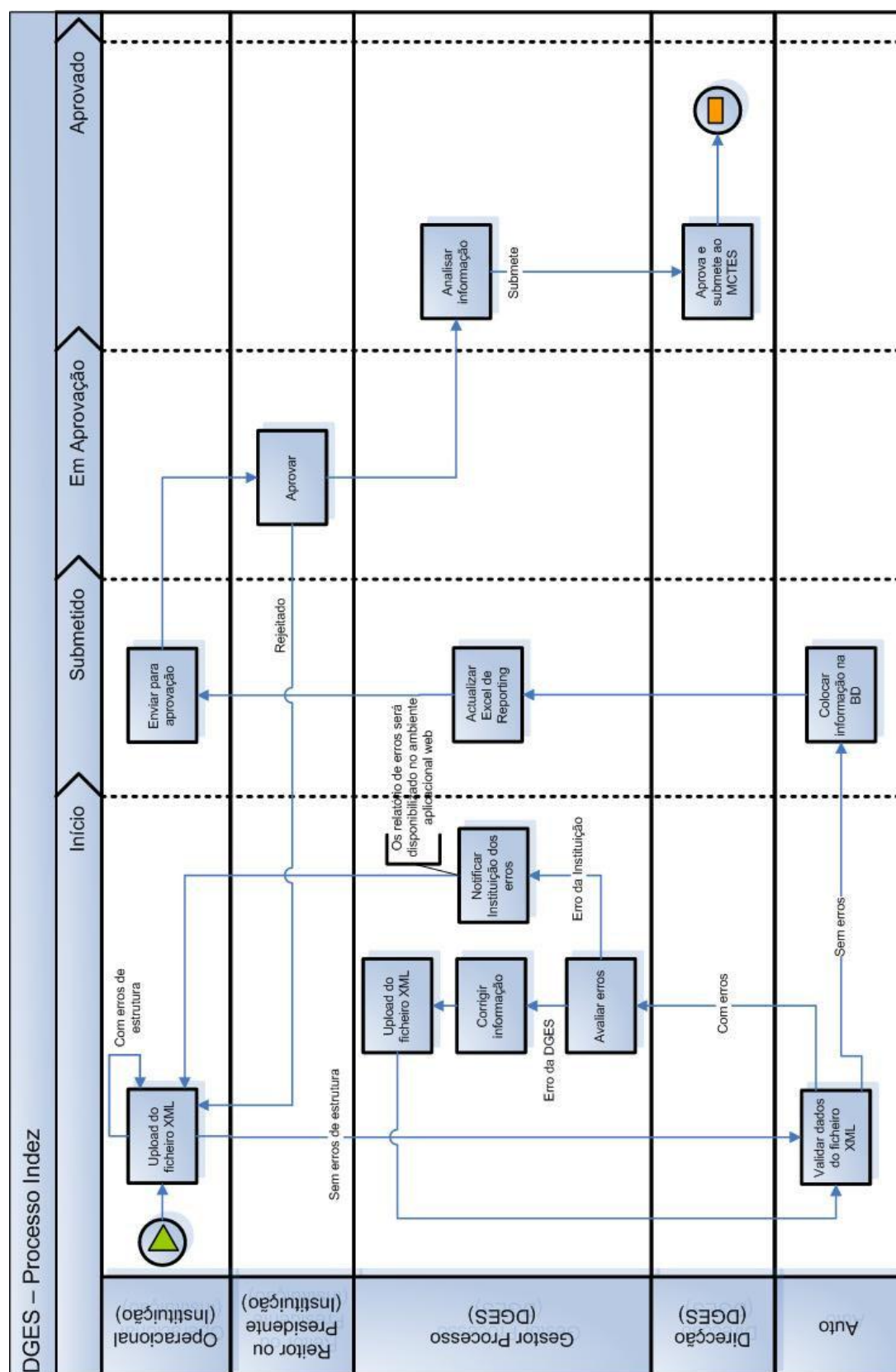


Figura 21 – Diagrama do Processo INDEZ Online

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 - Abril 2010

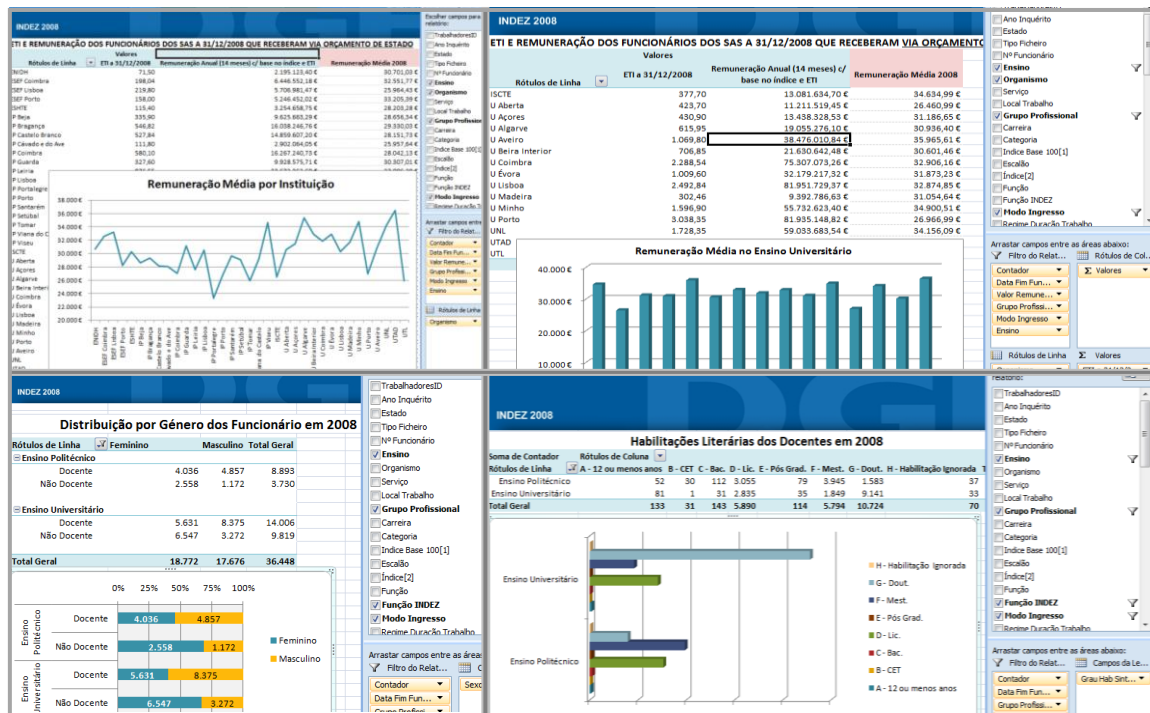


Figura 22 – Exemplos de Relatórios dinâmicos do INDEZ

O processo de 2010 teve em fase de desenvolvimento, de Dezembro de 2009 a Fevereiro 2010 uma série de melhorias funcionais, bem como necessárias adaptações decorrentes de alterações legislativas com impacto nas carreiras existentes.

Actualmente, está também em produção um questionário de satisfação aos utilizadores da Plataforma (IES Público) sobre o novo processo do INDEZ.

## 3.2 GESTÃO DE FUNDOS

### 3.2.1 QREN/POPH – Financiamento de Bolsas de Estudo

A DGES contou, a partir de 2007 e com a introdução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), com mais uma fonte de financiamento para o pagamento de bolsas de estudo para estudantes do Ensino Superior – Fundo Social Europeu (FSE).

Esta alteração acarretou novas necessidades, materiais e de recursos humanos, inerentes à aplicação de Fundos Comunitários na Acção Social. Apenas em meados de 2008 é que foram divulgadas as regras específicas aplicadas à DGES em matéria de FSE. Estas alterações fizeram com a DGES refizesse o projecto de 2007.



Foi criado um núcleo de trabalho e desenvolvidas novas aplicações para satisfazer estas necessidades.

Os projectos dos anos civis 2007 e 2008 decorreram com a DGES a gozar do estatuto de beneficiário (BREPP - Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas). Este estatuto implicava que a DGES verificasse qual a despesa a imputar aos projectos e submetesse a mesma para reembolso.

No ano de 2009 verificou-se, por imposição da Comissão Europeia, uma alteração de estatuto da DGES. O estatuto de beneficiário manteve-se para toda a matéria relativa ao Ensino Superior Privado.

No que respeita ao Ensino Superior Público a DGES passou a ser o Organismo Intermédio (OREPP - Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas).

Este novo estatuto impõe à DGES tarefas até à data adstritas ao Organismo de Gestão. Entre estas destacam-se a verificação da regularidade da despesa através da realização de auditorias aos processos de atribuição de bolsas de estudo, na competência dos Serviços de Acção Social (SAS) das Instituições de Ensino Superior Público, bem como a avaliação de todos os requisitos de elegibilidade inerentes à aplicação da Tipologia de Projectos em causa.

Assim, passou a competir à DGES a avaliação e selecção das entidades e acções apoiadas pelo FSE, bem como a validação da despesa apresentada pelas referidas entidades, a qual é apresentada ao POPH através da submissão de pedidos de reembolso e saldo.

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DGES AO POPH, ENQUANTO OREPP

A DGES desenvolveu uma ferramenta informática que permite receber toda a informação financeira e documental dos bolseiros. Esta ferramenta comporta também uma componente analítica que possibilita a avaliação das condições de elegibilidade das despesas e dos bolseiros, bem como uma extensa análise estatística desta área específica do trabalho desenvolvido pela DGES. Este sistema foi denominado de SACO – Sistema de Avaliação e Controlo Orçamental.

Com o objectivo de apreciar o cumprimento das obrigações por parte das entidades beneficiárias, nomeadamente nas componentes física, financeira, contabilística, factual e técnico-financeira, apresenta-se na Figura 23 um fluxograma referente ao procedimento de auditoria.

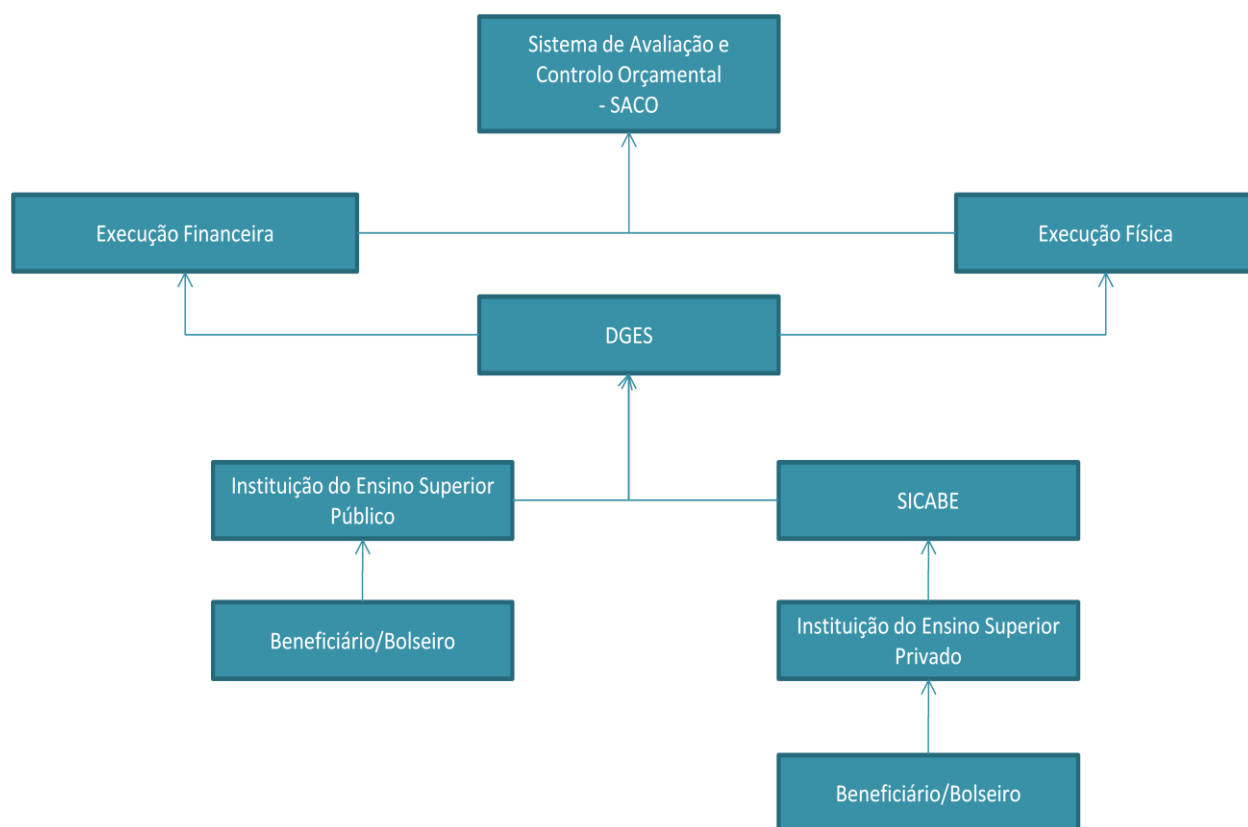


Figura 23 – Procedimento de Auditoria

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 – Abril 2010

Nos 3 anos de vigência do QREN, procedeu-se à execução de 12 projectos, encontrando-se, em curso 6, para o ano lectivo 2009/2010.

Em grandes números (Tabela 2), os projectos já concluídos permitiram abranger:

	Bolsas de Estudo e de Mérito			
	2007	2008	2009	
			OREPP	BREPP
<b>Nº de bolsas</b>	<b>54.632</b>	<b>52.413</b>	<b>37.043</b>	<b>7.865</b>
<b>Despesa analisada e apresentada</b>	<b>€ 60.275.651,44</b>	<b>€ 71.091.457,22</b>	<b>€ 40.804.921,02</b>	<b>€ 10.688.475,73</b>

Tabela 2- Número de Bolsas e Despesa analisada e apresentada nos anos de 2007 a 2009

Por sua vez, a distribuição por região do número de bolsas e da despesa analisada e apresentada, são apresentados na Figura 24 e na Figura 25 respectivamente.

Figura 24 - N.º de Bolsas de Estudo e de Mérito abrangidas pelos 12 projectos concluídos, por região

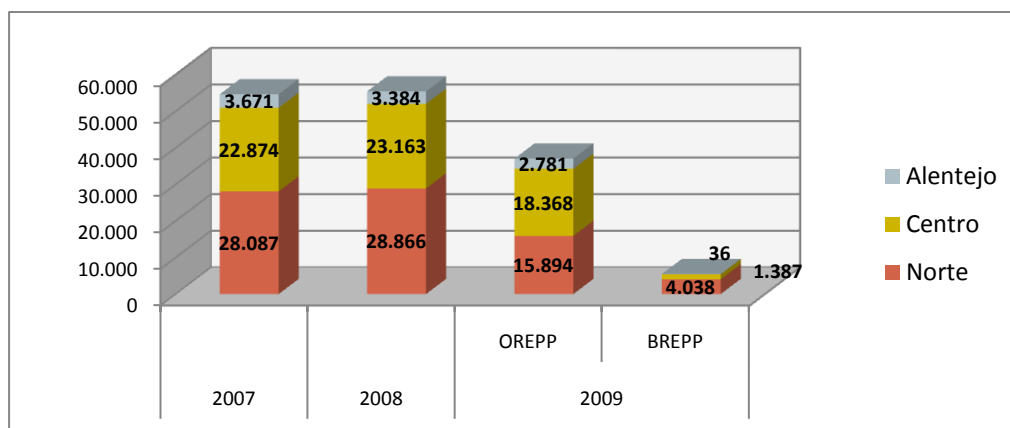
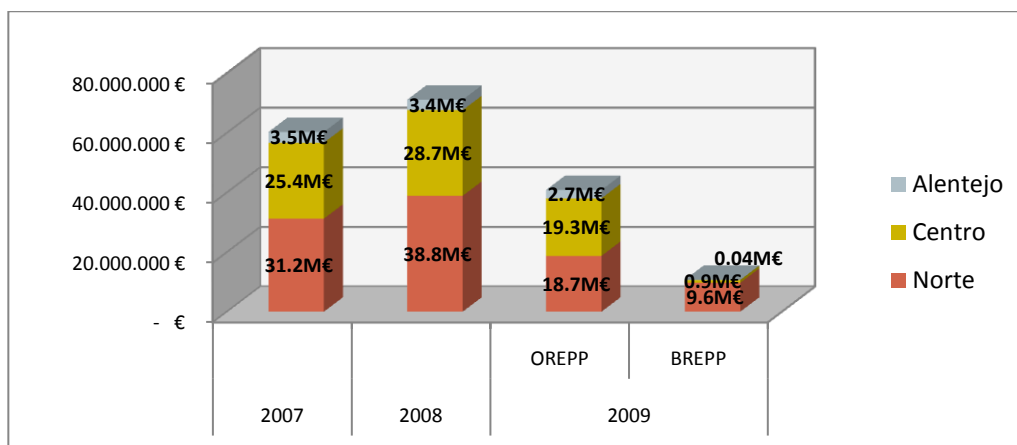


Figura 25 - Despesa analisada e apresentada abrangida pelos 12 projectos concluídos, por região





## 3.2.2 Gestão de orçamentos

		EXECUÇÃO 2007	EXECUÇÃO 2008	EXECUÇÃO 2009	PREVISÃO 2010
FAS	OE	78.587.876,35€	81.903.646,73€	99.321.880,00€	33.752.911,00€
	FSE	43.561.936,00€	73.819.228,37€	35.172.939,24€	62.000.000,00€
ODAES	Despesas Gerais	6.964.819,36€	14.092.168,49€	3.330.926,53€	2.399.821,00€
	Protecção Desemprego		215.999,52€	31.730,11€	Indefinido
	Fundações			94.126.054,00€	216.293.222,00€
PIDDAC	Projecto "Fundo"			46.896.018,00€	
	Projecto "Bolsas"			10.603.982,00€	51.247.089,00€
	Projecto "Fundações"			3.607.499,00€	9.700.000,00€
TOTAIS		129.114.631,71€	170.031.043,11€	293.091.028,88€	375.393.043,00€

Tabela 3 - Execução dos vários orçamentos geridos pela DGES

No âmbito das actividades de gestão e acompanhamento e para além do seu próprio orçamento de funcionamento, mencionado no ponto 4.2, a DGES foi também a responsável pela execução dos seguintes orçamentos:

- **Fundo de Acção Social (FAS):** Teve por objectivo assegurar o pagamento de bolsas a estudantes de estabelecimentos de ensino superior, nos termos legalmente definidos, e suportar encargos com o desenvolvimento da Acção Social no Ensino Superior. É constituído por verbas do OE – Orçamento de Estado e do FSE – Fundo Social Europeu (QREN).
- **Outras Dotações para Apoio ao Ensino Superior (ODAES):** Suportou encargos suplementares com o Ensino Superior.
- **Projecto PIDDAC “Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Superior”:** Enquadrou-se nos objectivos para a política do ES definidos no programa do XVII Governo Constitucional, que incluiu nomeadamente:
  - i. A concretização do processo de Bolonha;
  - ii. O reforço do sistema do ensino superior, através da reforma do sistema de governo das instituições do ensino superior;
  - iii. A promoção da qualidade do sistema de ensino, valorizando a necessidade de actuar para públicos diversificados.
- **Projecto PIDDAC “Reforço do Programa de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior”:** Visou o alargamento da base social de recrutamento do ensino superior, a promoção da mobilidade social e internacional dos estudantes e a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, através da atribuição de bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior.



### 3.3 EXECUÇÃO DO PROCESSO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

#### 3.3.1 Acesso ao Ensino

##### *REFORMAS LEGISLATIVAS NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E SUA EXECUÇÃO*

Os últimos anos foram caracterizados por profundas reformas legislativas operadas no Ensino Superior Português, que abrangeram também o próprio sistema de acesso a este ensino.

No âmbito da aprendizagem ao longo da vida, houve, em 2006, uma reformulação da via de acesso destinada aos estudantes adultos, concretizada através do surgimento das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para frequência do ensino superior por maiores de 23 anos (“Maiores de 23”). Decorrendo junto das próprias instituições de ensino superior, este concurso especial, com um novo regime, veio simplificar e massificar esta forma de acesso, até então bastante restrita.

Nesta lógica de formação, ao nível do sistema educativo, foi também alargado o universo de potenciais candidatos ao Ensino Superior, através de outras medidas, sendo delas exemplo paradigmático a iniciativa Novas Oportunidades. Esta veio incrementar o referencial mínimo de formação até ao 12.º ano de escolaridade para jovens e adultos, permitindo que um maior número de cidadãos passe a ser titular de uma habilitação de ensino secundário ou equivalente e, assim, reunir um dos requisitos para a candidatura ao Ensino Superior através do regime geral e dos regimes especiais.

Noutra vertente, o concurso especial para titulares de cursos superiores, pós-secundários e médios, previsto no Decreto-Lei nº 393-B/99, de 2 de Outubro, ganhou nova amplitude com a regulamentação dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), em 2006. Efectivamente, os CET têm uma dupla dimensão, visando, por um lado, uma real integração no mercado de trabalho, valorizando as aprendizagens e permitindo, por outro, o prosseguimento dos estudos no ensino superior. Assim, assistiu-se, também neste caso, a uma maior abertura do ensino superior a mais um segmento da população.

Ainda no domínio dos concursos especiais, o Decreto-Lei n.º 40/2007 veio criar o concurso especial para acesso ao curso de Medicina por titulares de grau de licenciado. Tratou-se de uma inovação legislativa que procurou diversificar a formação académica dos candidatos a este curso – cujo acesso é dos mais mediáticos e com maior impacto social – e captar candidatos com particular apetência para áreas de investigação. Para este concurso especial são necessariamente fixadas vagas em todas as Faculdades de Medicina. Por outro lado, foi recentemente criado um novo ciclo de estudos em Medicina na Universidade do Algarve, sendo esta a única via de acesso ao mesmo.

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 - Abril 2010

INSTITUIÇÕES	Publicitação		Condições de Inscrição Aceitas			Componentes da Avaliação								Critérios de Avaliação	Efeitos e Validade das Provas	Júri	Calendário	Creditação		Concurso Especial de Acesso	
	Publicado em DR	Divulgado no Site	Ens. Sec. Não Concluído	Ens. Sec. Concluído	Licenciados	Curriculum Vitae	Ponderações	Entrevista	Ponderações	Escrita	Ponderações	Oral	Outras	Definidos	Definidos	Nomeação	Conformidade com o Concurso Especial	Comissão Nomeada	Regulamento	Formal	Informal
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> a)	<input type="radio"/>	25	<input type="radio"/>	25	<input type="radio"/>	50			<input type="radio"/>	<input type="radio"/> b)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> c)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> d)	<input type="radio"/>	40	<input type="radio"/>	15	<input type="radio"/>	45			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> e)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> a)	<input type="radio"/>	20	<input type="radio"/>	20	<input type="radio"/>	60		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> b)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> c)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	40	<input type="radio"/>	15	<input type="radio"/>	45			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> f)	<input type="radio"/> g)	<input checked="" type="radio"/>		<input type="radio"/>
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	30	<input type="radio"/>	30	<input type="radio"/>	40			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	25	<input type="radio"/>	25	<input type="radio"/>	50			<input type="radio"/>	<input type="radio"/> b)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> h)		<input type="radio"/>
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> d)	<input type="radio"/>	i)	<input type="radio"/>	i)	<input type="radio"/>	i)			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> c)	<input type="radio"/> g)	<input checked="" type="radio"/>		<input type="radio"/>
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	30	<input type="radio"/>	30	<input type="radio"/>	40			<input type="radio"/>	<input type="radio"/> b)	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	40	<input type="radio"/>	15	<input type="radio"/>	45			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/> g)	<input type="radio"/> j)		<input type="radio"/>

☐ Sim ☒ Não

a) Consideram que estes candidatos, bem como aqueles que têm frequência universitária já têm uma forma de acesso específica. O Regulamento não o impede, mas a

b) Estas regras não se encontram definidas no regulamento, só na prática g) A creditação é da competência do Conselho Científico..

c) O calendário só é cumprido parcialmente, pois existem várias

d) Consideram que estes candidatos já têm um concurso específico

e) Estava prevista uma comissão, mas ainda não tinha sido nomeada por o regulamento ainda não estar em vigor.

f) Alegaram que existem muitos alunos depois dos prazos do conc.espec.

h) Ordens de serviço que fixam princípios orientadores da creditação.

i) Não fixa ponderação.

j) O EES tem um procedimento para análise dos casos de creditação.

Figura 26 - Exemplo de quadro síntese de monitorização e acompanhamento do processo de avaliação de capacidades para acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos

Na execução destas reformas e da generalidade do quadro legislativo, tem assumido especial importância a disponibilização eficiente de informação aos cidadãos, numa vertente de antecipação das necessidades dos clientes da Administração Pública através do sítio da Internet da DGES, de guias, brochuras e panfletos, participação em eventos que permitem o contacto directo com os candidatos, bem como da resposta a solicitações individuais, por via presencial, telefónica, postal e electrónica. A eficácia deste desempenho é sustentada pelo valor residual de reclamações no âmbito do concurso nacional (0,07%, num universo de 52.817 candidatos, em 2009) e pela elevada taxa de colocação nos regimes especiais (99%, em 2009).

Por outro lado, em colaboração com as instituições de ensino superior, com vista ao acompanhamento e uniformização dos procedimentos adoptados e ao cumprimento dos regulamentos aprovados no âmbito das provas especialmente adequadas, destinadas a avaliar a capacidade para frequência do ensino superior por maiores de 23 anos, procedeu-se, de 2006 a 2009, a uma monitorização de 60 instituições, tendo sido realizados relatórios individuais, assim como relatórios finais anuais (Figura 26).

Inserido no programa de modernização da Administração Pública, têm sido ainda desenvolvidos processos de simplificação, onde se enquadra o sistema de candidatura *online* no concurso nacional.

### CONCURSO NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

#### GABINETES DE ACESSO

Resultante da antiga tutela do ensino superior pelo Ministério da Educação, os locais de recepção de candidaturas (Serviços de Acesso ao Ensino Superior) funcionavam junto dos serviços desconcentrados daquele Ministério.

A partir de 2009, estes locais (Gabinetes de Acesso ao Ensino Superior) passaram a funcionar junto de instituições de ensino superior públicas, com a afectação dos respectivos recursos humanos, tendo aumentado o número de locais disponíveis. (Figura 27 e Figura 28)



Figura 27 - Localização Geográfica dos Gabinetes de Acesso em 2009

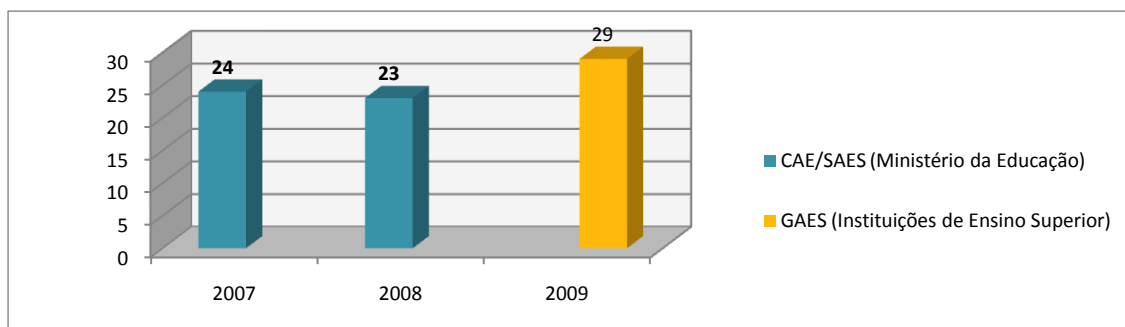


Figura 28 - Locais de recepção de candidaturas

## CANDIDATOS, VAGAS E COLOCADOS

No que se refere à evolução dos candidatos, vagas e colocados, assiste-se, nestes últimos anos, a uma tendência crescente, embora, em 2009, tenha existido uma ténue diminuição do número de candidatos (Figura 29).

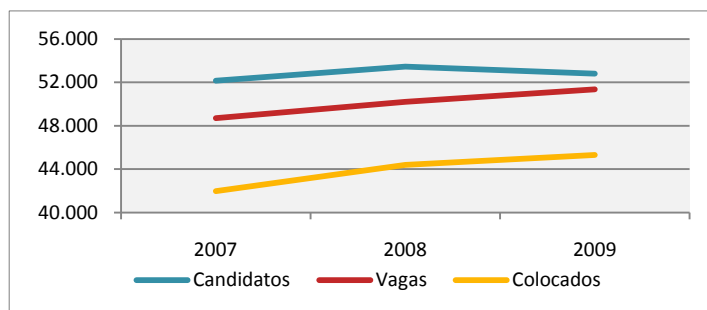


Figura 29 – Evolução de candidatos, vagas e colocados

## COLOCADOS POR CONTINGENTE E PREFERÊNCIA

A Tabela 4 mostra a distribuição dos colocados pelos diferentes contingentes e preferências.

Tabela 4 - Evolução dos Colocados por contingente e preferência

Etapas de Colocação	2007	2008	2009
Deficientes	129	143	160
Açores (colocados na R. A. Açores)	265	274	268
Açores (colocados no Continente)	413	397	328
Madeira (colocados na R. A. Madeira)	279	288	279
Madeira (colocados no Continente)	675	697	599
Emigrantes	184	184	167
Militares	153	141	124
Preferência Regional	5.209	5.247	5.238
Preferência Habilitacional	405	359	345
Geral	34.269	36.605	37.769
Reclamações		54	18

## 10 CURSOS COM MAIS PREFERÊNCIAS

Curso	2007	2008	2009
Medicina	3.964	3.143	3.170
Enfermagem	3.376	2.724	2.579
Gestão	2.477	2.940	2.336
Direito	1.855	2.362	2.530
Engenharia Civil	1.363	1.704	1.341
Engenharia Informática	1.114	1.714	1.397
Economia	1.303	1.597	1.298
Psicologia	1.343	1.117	1.417
Educação Básica	1.210	998	1.196
Engenharia Mecânica	849	1.286	1.206

Tabela 5 - Evolução dos 10 cursos com mais procura em 1ª opção (número de candidatos)

## COLOCADOS POR PREFERÊNCIA DE COLOCAÇÃO

A colocação dos candidatos é feita segundo a lista ordenada de preferências manifestada na candidatura. Daqui resulta que mais de 50% dos candidatos obtém colocação logo na sua primeira opção, elevando-se para cerca de 80% se forem consideradas as três primeiras opções (Figura 30).

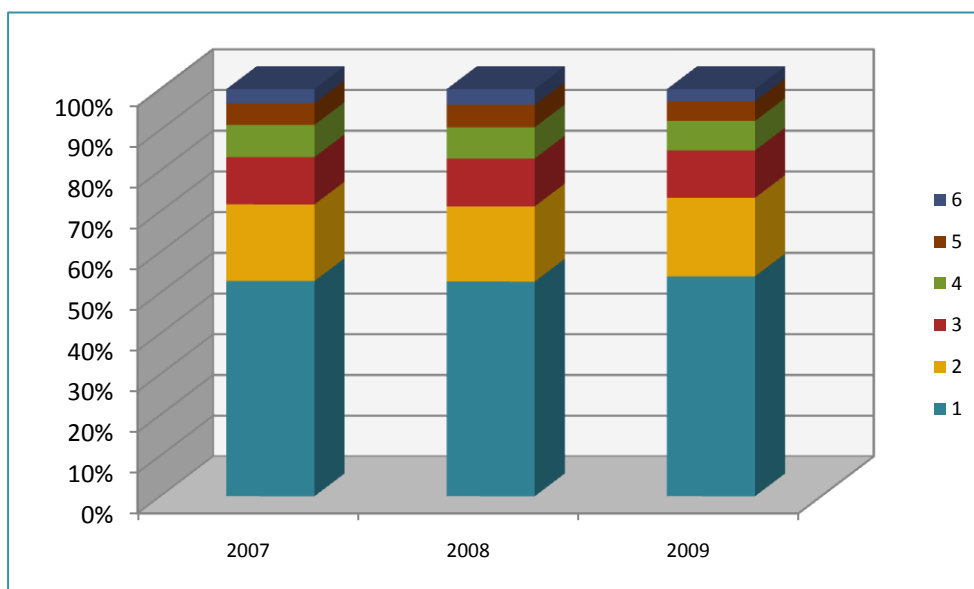


Figura 30 - Colocados por preferência de colocação (%)

## 3.3.2 Apoio ao Estudante

No âmbito das recentes reformas legislativas operadas no Ensino Superior Português, referentes ao alargamento do ensino superior a novos segmentos da população, e atendendo à conjuntura económica de crise que o nosso país tem atravessado, foram criadas novas medidas no sistema de apoio ao estudante:

- ⇒ Alargamento a cidadãos de países terceiros;
- ⇒ Alargamento a estudantes inscritos em CET, Mestrados e Mestrados integrados;
- ⇒ Congelamento do preço da alimentação e alojamento no ano lectivo 2009/2010;
- ⇒ Aumento de 10% nas bolsas de estudo, e de 15% no caso de bolseiros deslocados;
- ⇒ Redução do preço do título de transporte (- 50%), até aos 23 anos de idade.

Estas novas medidas implicaram necessariamente um aumento do orçamento disponível, conforme se mostra na Figura 31.

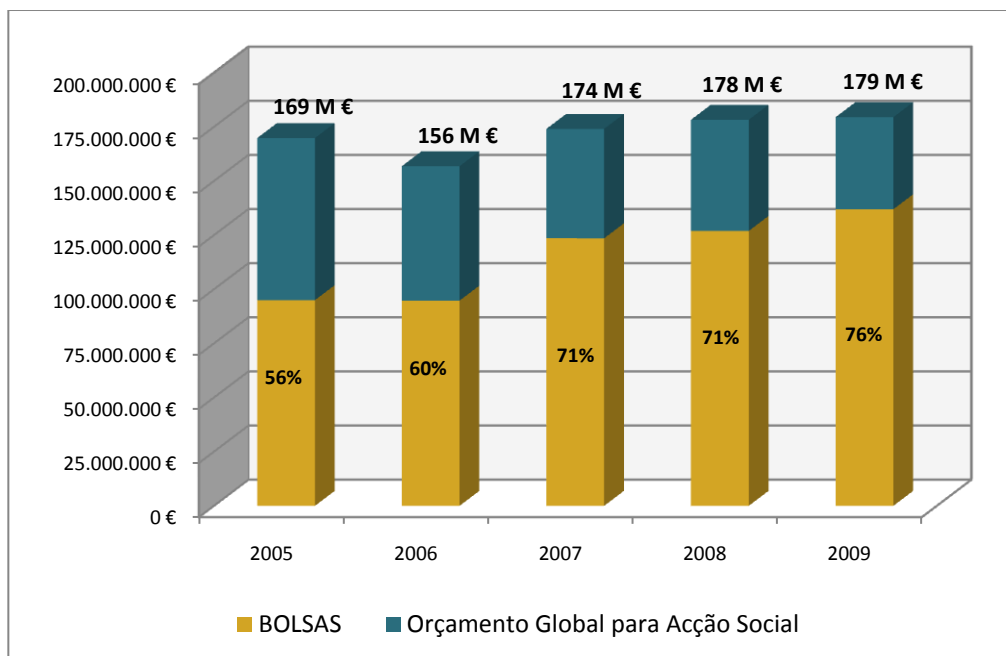


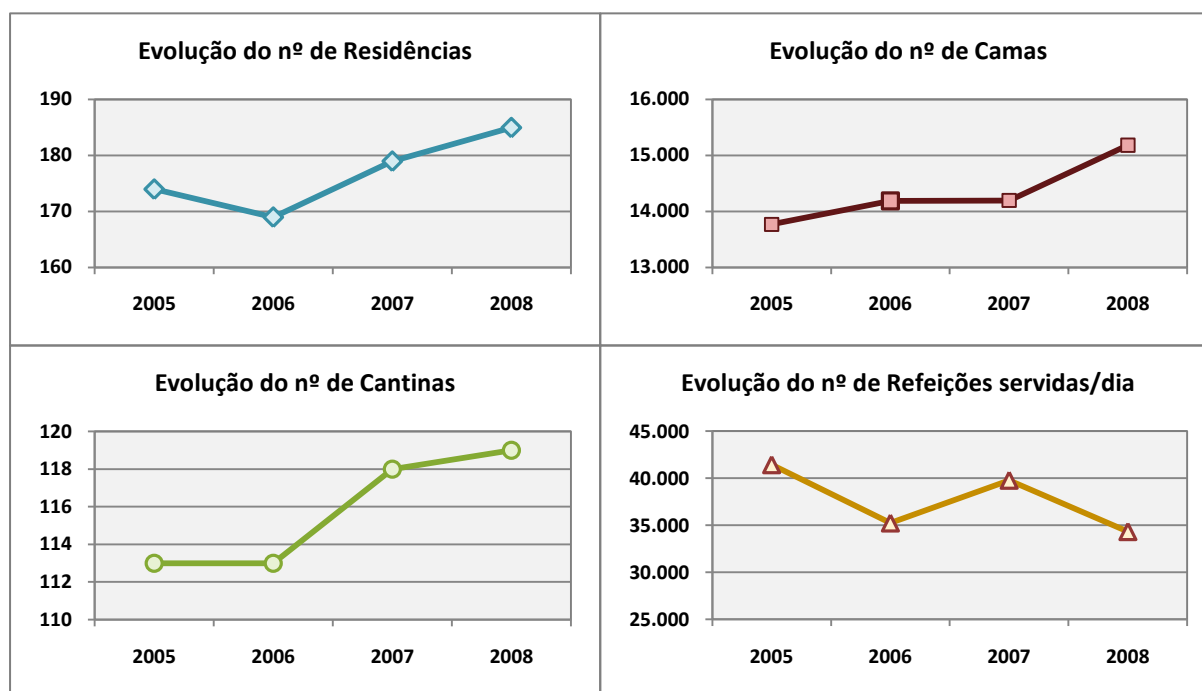
Figura 31 – Evolução anual do Orçamento Global de Acção Social e do Orçamento para Bolsas de Estudo

A Tabela 6 mostra a variação, entre 2007 e 2009, de indicadores referentes a alunos, candidatos, bolseiros e bolsas. Por sua vez, na Figura 32 é apresentada a evolução, nos últimos anos, de indicadores de apoio indirecto aos estudantes, no que respeita a alimentação e alojamento.

**Tabela 6 – Variação de Alunos, Candidatos, Bolseiros e Bolsas entre 2007 e 2009**

BOLSAS PÚBLICO E PRIVADO	2007	2009	Δ %
Alunos	353.668	360.384	↗ 2%
Candidatos	90.613	100.231	↗ 11%
Bolseiros	70.603	74.935	↗ 6%
Bolsas €	116.466.917 €	122.660.826 €	↗ 5%
Bolsa Média Anual	1.650 €	1.670 €	↗ 1%

**Figura 32 - Evolução de Indicadores referentes a Alojamento e Refeições**



Contudo, as alterações sociais e legislativas que têm vindo a ter lugar deixam ainda espaço para novos desafios a ter em conta, nomeadamente quanto:

- ⇒ À mobilidade de estudantes no espaço europeu de ensino superior
- ⇒ Ao alargamento da dimensão social no ensino superior
- ⇒ À aprendizagem ao longo da vida
- ⇒ Às minorias

⇒ A iniciativas de âmbito cultural e desportivo, etc.

Com base nos dados do INDEZ 2008, é possível caracterizar os recursos humanos dos serviços de acção social das IES, tendo sido constatado que, como qualificação académica: 14,6% dos funcionários dos SAS têm habilitação superior e destes mais de 85% têm escolaridade de 12 ou menos anos e destes 59% tem escolaridade de 6 ou menos anos (Figura 33).

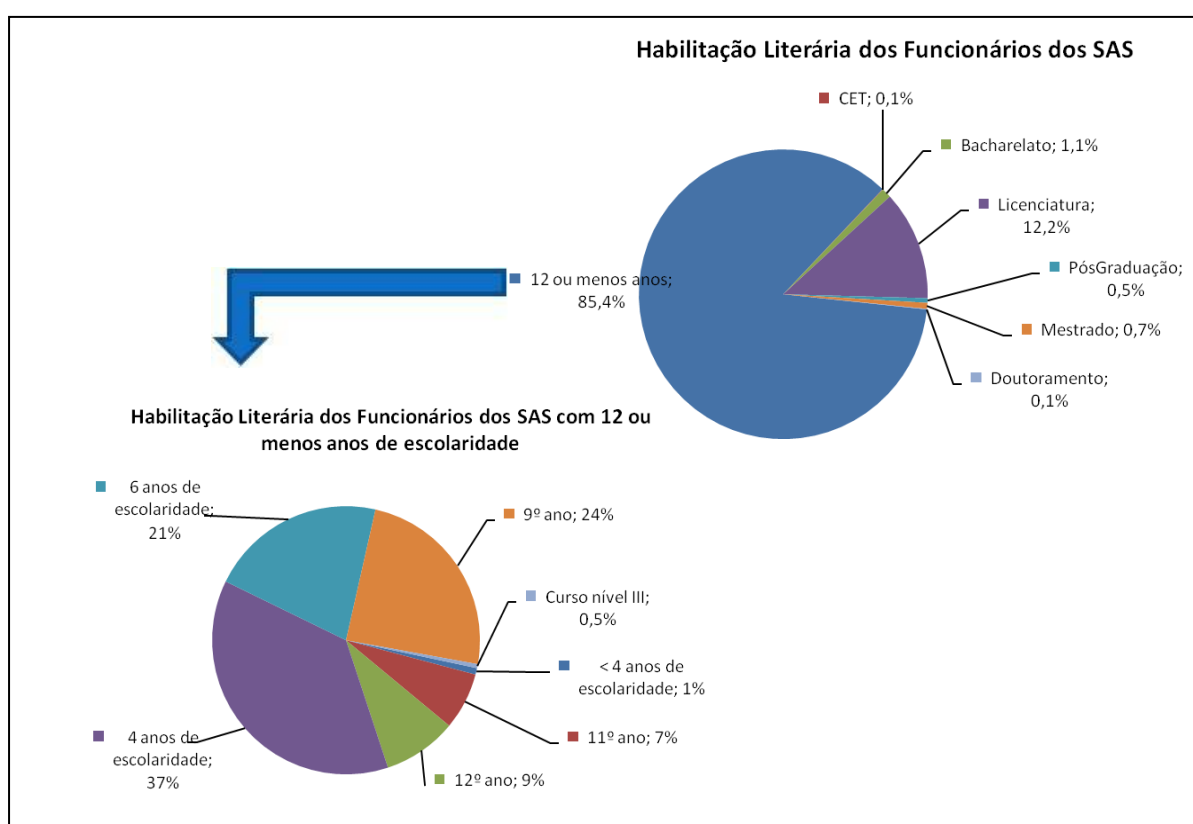


Figura 33 - Distribuição da Habilitação Literária dos funcionários dos SAS



### 3.3.3 Adequação da Oferta Formativa ao Processo de Bolonha

A concretização do Processo de Bolonha em Portugal, iniciada com a publicação dos Decretos-Lei n.ºs 42/2005, de 22 de Fevereiro, e 74/2006, de 24 de Março, posteriormente alterados pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Março, foi globalmente concluída, tal como previsto naqueles diplomas, até ao início do corrente ano lectivo de 2009/2010.

A DGES, por força das suas atribuições, desempenhou um papel determinante em todo o processo, que incluiu em simultâneo a adequação dos cursos existentes (2653 pedidos), a criação de novos ciclos (3778 pedidos) e a sua alteração (348 pedidos), num total de 6890 pedidos.

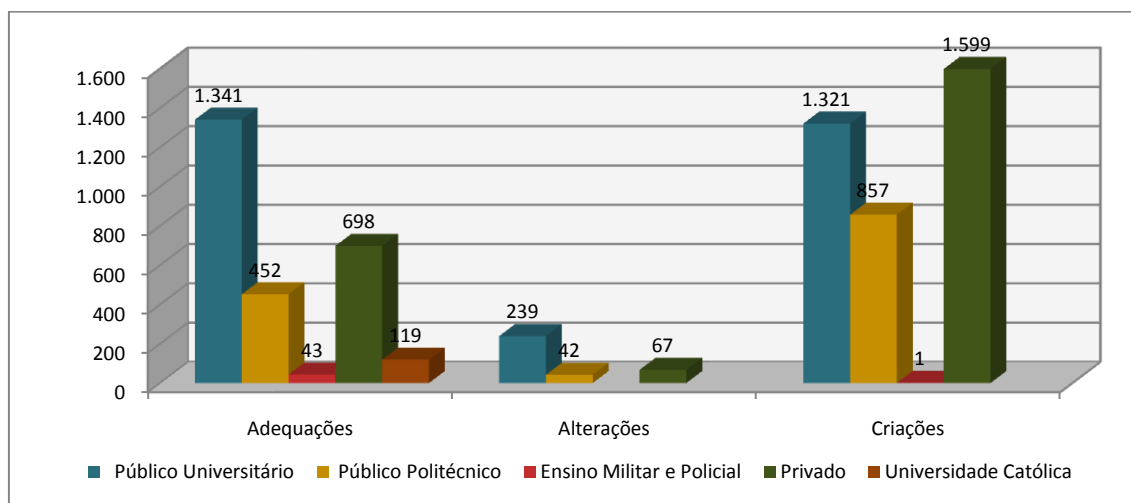


Figura 34 - Distribuição dos Pedidos relativos a cursos de acordo com o regime jurídico de Bolonha

Toda esta actividade necessitou de um trabalho intenso de parceria entre a DGES e as IES, traduzido na inúmera troca de correspondência para instrução ou conclusão da apreciação dos processos, que foi sempre limitada pelos prazos curtos aplicáveis e agravada pela necessidade de interpretação das mudanças operadas pela nova legislação.

Determinante foi igualmente a colaboração de Especialistas repartidos por várias Comissões representativas das diversas áreas científicas, inicialmente obrigatória na análise dos pedidos de autorização de funcionamento de ciclos no ensino superior privado (1599) e, numa segunda fase, nos casos em que a DGES considerasse conveniente e estendida também ao ensino superior público politécnico (900). Apesar disso, manteve-se o recurso a Comissões/Especialistas com muita

**40 COMISSÕES (de diversas áreas científicas)**

**170 ESPECIALISTAS**

**278 REUNIÕES**

frequência e sempre que os prazos o permitiam, por se entender que as conclusões de uma análise especializada e científica eram fundamentais para sustentar as propostas de decisão.

Também o carácter qualitativo da análise a realizar e os prazos para decisão aplicáveis, agravados pela necessidade de interpretação das mudanças operadas pela nova legislação, levaram a uma colaboração sistemática dos Especialistas com a DGES. Multiplicaram-se os contactos, as reuniões e a troca de correspondência, numa actividade que contribuiu fortemente para os resultados obtidos – autorização de 604 novos ciclos no ensino superior privado e de 457 no ensino superior público politécnico.

Dado o grande volume de trabalho envolvido em todo este processo, os prazos para decisão previstos na legislação aplicável, variáveis em função do tipo de pedido, e a simultaneidade da sua análise, os resultados alcançados só foram possíveis, inicialmente, com recurso a colaboradores de quase todos os serviços da DGES. Posteriormente, devido ao empenho e eficaz gestão dos parques recursos humanos disponíveis no serviço competente, em número reduzido, foram constituídas pequenas equipas afectas aos processos prioritários em cada momento, tendo sido adoptadas de medidas eficientes de redução do tempo de decisão mantendo a qualidade dos procedimentos.

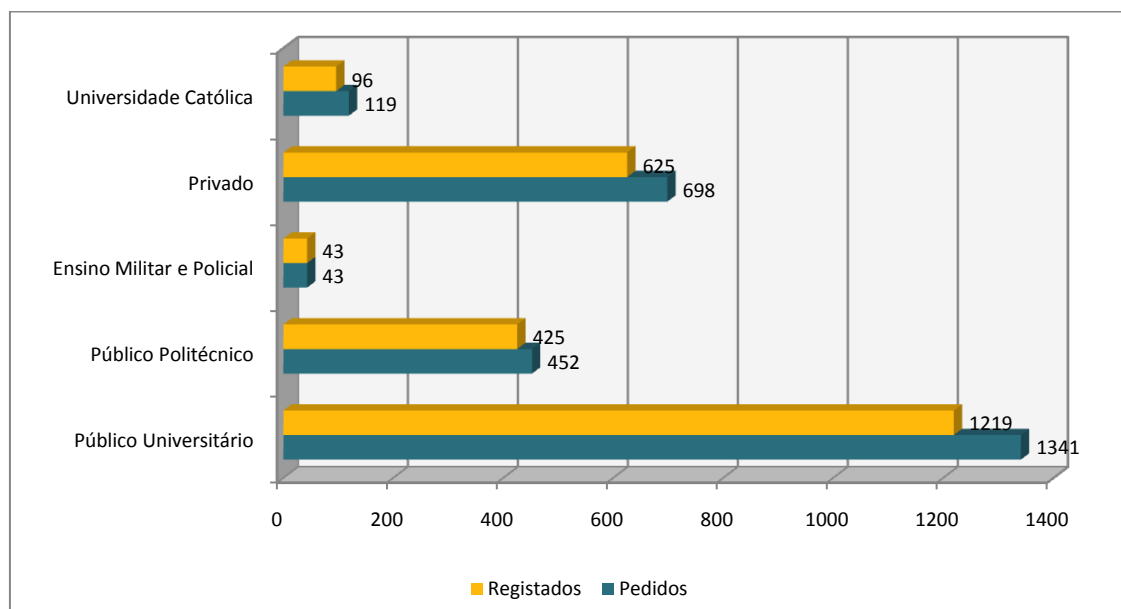


Figura 35 - Adequações: Pedidos vs Registos

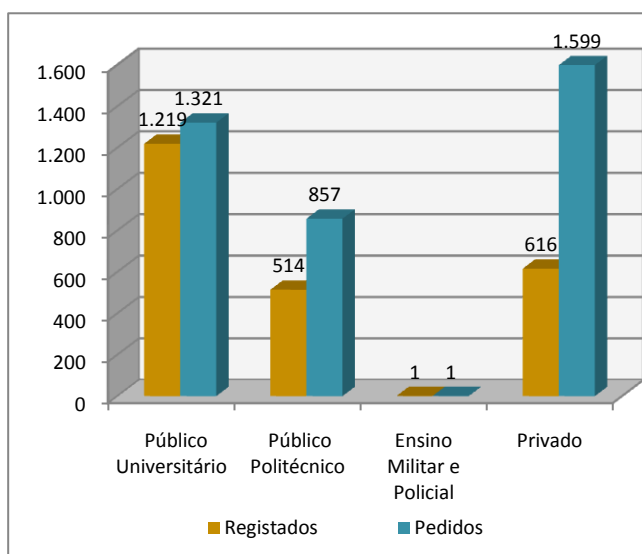


Figura 36 - Criações: Pedidos vs Registos

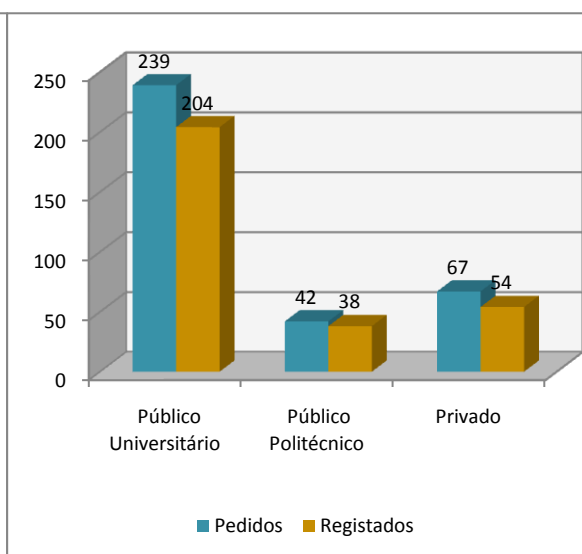


Figura 37 – Alterações: Pedidos vs Registos

### 3.3.4 Cursos de Especialização Tecnológica

Os Cursos de Especialização Tecnológica são formações pós-secundárias não superiores, que visam conferir qualificação profissional do nível 4 (numa escala de 1 a 5 níveis), de acordo com a Decisão n.º 85/368/CEE). Contudo, de acordo com a Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho, a partir de 1 de Outubro de 2010, os CET corresponderão ao nível de qualificação 5, numa escala de 1 a 8. O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, que passou a regular os Cursos de Especialização Tecnológica (CET).

Os CET são cursos de curta duração, entre 60 e 90 ECTS, correspondendo a uma duração entre 12 a 18 meses, que têm como objectivo a qualificação de jovens e de adultos, incluindo a requalificação de activos. Estes cursos têm como orientação principal a integração de diplomados no mercado de trabalho, em particular nas economias regionais, mas, por outro lado, permitem, também, aos diplomados o prosseguimento de estudos no ensino superior, com creditação de competências adquiridas.

Todos os pedidos são alvo de análise instrutória e apreciação técnica e os processos das instituições do ensino superior público são ainda submetidos a parecer de uma Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária no âmbito da coordenação da oferta pública de CET, criada no artigo 29.º e seguintes do referido diploma. Relativamente aos pedidos de criação e registo de CET por estabelecimentos de ensino superior privado, toda a tramitação processual é efectuada pela DGES, sendo,

em alguns casos, dada a especificidade de determinados CET, necessário recorrer a especialistas para a definição do perfil profissional que o curso visa preparar e do referencial de competências a adquirir.

Ao longo do tempo e tendo em vista a melhoria de todos os procedimentos, de modo a que o tempo necessário para o registo do CET fosse minimizado, foram introduzidas alterações, algumas decorrentes de reuniões tidas com as instituições, nomeadamente a nível dos instrumentos de análise dos processos. Desta forma, conseguiram-se ganhos de eficiência em todo o processo, ou seja, o aumento da qualidade em função da redução do tempo necessário para o registo.

As propostas não estão sujeitas a uma calendarização, podendo ser apresentadas à DGES a todo o tempo. Este facto

implica que o trabalho desenvolvido pela equipa seja constante. A Figura 39 e a Figura 40 indicam o número de CET registados por região, por subsistema de ensino superior e por área de especialização.

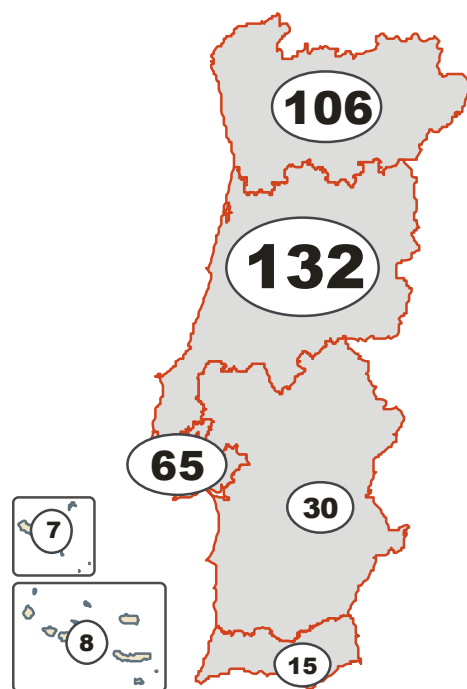


Figura 38 - Distribuição do n.º de CET registados por regiões NUTS II

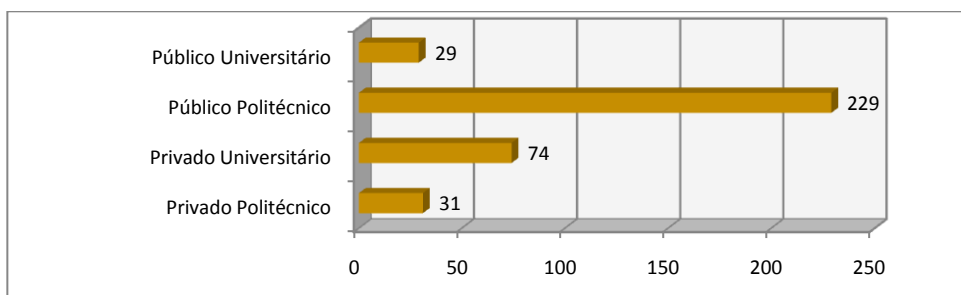


Figura 39 – CET registados até Outubro de 2009

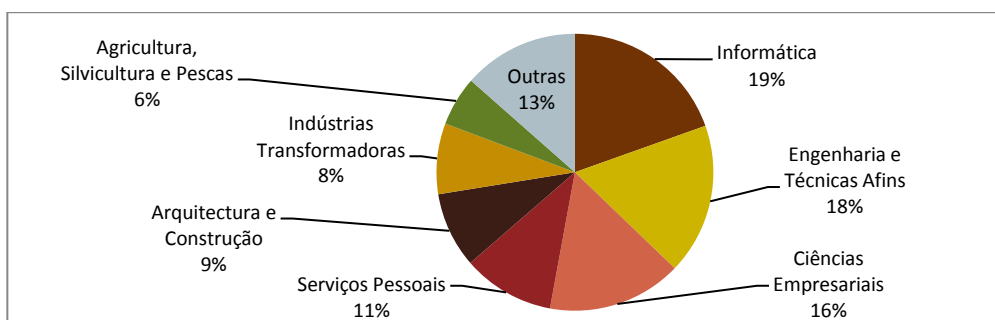


Figura 40 – Distribuição dos CET registados por área de estudo

### 3.3.5 Erasmus Mundus

O Programa Erasmus Mundus assume um destaque no domínio da cooperação e mobilidade no âmbito do Ensino Superior. Decorreu, numa 1ª fase, entre 2004 e 2008, tendo sido iniciada uma 2ª fase em 2009-2013. Financia a criação de cursos conjuntos de excelência académica, no início de Mestrado e, actualmente, também de Doutoramento, bem como a atribuição de bolsas para os estudantes de países terceiros. A partir de 2010/2011, inclui a atribuição de bolsas a estudantes europeus e de países terceiros de mestrado e Doutoramento. Adicionalmente, através das Janelas de Cooperação Externa<sup>6</sup>, são financiados esquemas de mobilidade, da licenciatura aos docentes, entre a Europa e países ou regiões geográficas definidas. A participação portuguesa assumiu maior incidência com a América Latina.



A Estrutura Nacional está sediada na DGES, e apesar da sua reduzida composição (2 pessoas a tempo parcial), revelou-se uma equipa dinâmica que potenciou os resultados da participação nacional ao Programa:

- ⇒ Através de um acompanhamento diário dos participantes e candidatos,
- ⇒ Respondendo às suas questões e prestando assistência em todas as fases de participação.

Destaca-se o importante trabalho desenvolvido junto da Comissão Europeia e das restantes Estruturas Nacionais, que permite a troca e difusão de boas práticas e experiências. Esta Estrutura participa, também, no processo de selecção das candidaturas envolvendo instituições nacionais. Foi, ainda, desenvolvido um importante trabalho na difusão e promoção do Programa, através das mais variadas plataformas (sessões de esclarecimento, divulgação *online*, criação de materiais promocionais e de apoio, etc) e junto de uma extensa rede de potenciais candidatos.

Portugal teve uma participação louvável no anterior Programa, nomeadamente no âmbito da Acção 1 (Mestrados conjuntos). No ranking dos países participantes e com propostas aprovadas, Portugal encontrava-se em 7º lugar nos Mestrados Erasmus Mundus. Face à dimensão do país, é consensual, ao nível europeu, considerar que a participação de Portugal é extremamente activa e com resultados muito positivos, a qual se deve em parte ao trabalho de dinamização da referida Estrutura Nacional.

Na sequência da aprovação da 2ª fase do Programa Erasmus Mundus, e tendo em conta as alterações sofridas pelo mesmo, foi necessário um significativo trabalho de actualização, adaptação e divulgação dos novos moldes do Programa por parte da Estrutura Nacional. Neste contexto, a página do Programa

<sup>6</sup> São esquemas de mobilidade que envolvem consórcios de Instituições de Ensino Superior de grande dimensão, chegando às 20 instituições, e a gestão de um grande número de intercâmbios, bem como o respectivo financiamento.

Erasmus Mundus no portal da DGES foi remodelada, e diversos materiais foram criados no intuito de apoiar os candidatos e os participantes no Programa, tanto ao nível das instituições como dos estudantes e docentes.

De modo a promover os cursos conjuntos de Instituições de Ensino Superior nacionais e as Janelas de Cooperação Externa, foram elaborados folhetos e brochuras bilingues.

Por fim, destaca-se como medida inovadora a criação de uma ferramenta nova e única neste Programa, que consiste num motor de pesquisa dos cursos Erasmus Mundus, permitindo procurar não só por nível de ensino, mas também por área de estudo, por país e instituição participante.

### PROGRAMAS CONJUNTOS DE MESTRADO

No ano de 2009 ficou definido, através do concurso realizado, que no ano lectivo 2010-2011 estarão em funcionamento 116 mestrados Erasmus Mundus, participando Portugal em 26 e coordenando 5 (Figura 41).

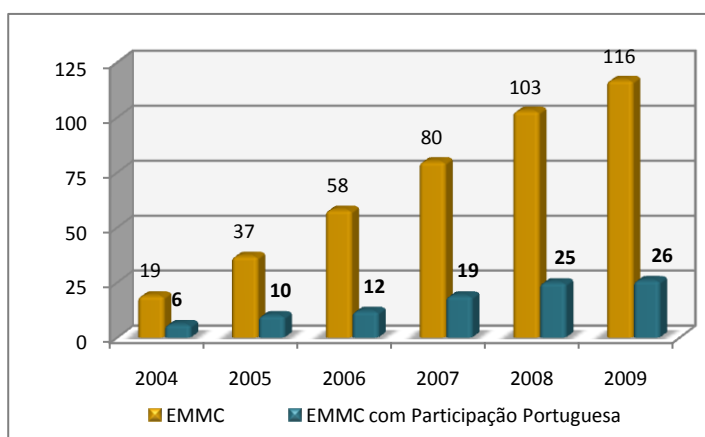


Figura 41 - Evolução da participação nacional no Programa

### PROGRAMAS CONJUNTOS DE DOUTORAMENTO

Os primeiros 13 **Doutoramentos Erasmus Mundus** foram seleccionados em 2009. Este foi um concurso surpreendente pelo elevado número de candidaturas apresentadas, tendo tornado desde o início um factor de garantia da excelência e competitividade dos cursos seleccionados. Portugal participa em 2 destes Doutoramentos, nas áreas da ciência da natureza e ciências da saúde.

### 3.3.6 Reconhecimento de Graus Estrangeiros

A implementação do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro, sobre o reconhecimento de graus académicos estrangeiros, revelou-se uma medida de destaque e completamente inovadora, no panorama europeu e internacional, que estabelece o novo regime de reconhecimento automático de graus

académicos superiores estrangeiros, o qual confere aos seus titulares a totalidade dos direitos dos graus portugueses de Licenciado, Mestre e Doutor.

Este novo diploma, que vem ao encontro do n.º 4 da medida n.º 6 do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX 2007), tem como base um princípio de confiança substituindo, quando aplicável, a equivalência baseada na reavaliação científica e introduzindo um mecanismo de registo/reconhecimento de grau académico e conversão da classificação final. Esta medida pretende contribuir para a simplificação de processos burocráticos, removendo os obstáculos à circulação de diplomados, atraindo e fixando em Portugal recursos humanos qualificados, portugueses ou estrangeiros.

Esta legislação substituiu o Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto, mantendo o regime de equivalência previsto no Decreto-Lei 283/83, de 21 de Junho, ao qual poderão recorrer os titulares de graus académicos a que, à data do requerimento, não possa ser aplicado este modelo de reconhecimento automático.

Interessa, ainda, evidenciar que se trata de um processo que não se encontra fechado, estando em constante evolução, pretendendo, no futuro, abranger o maior número de países possível, procurando, com isso, elevar e diversificar os mercados laborais, académicos e científicos portugueses. Do elenco de graus da responsabilidade da Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, encontram-se já publicadas em Diário da República um total de 25 deliberações, abrangendo 32 países. Foi também efectuada a conversão de classificação final de 21 países para a escala de classificação portuguesa.

Os dados que se apresentam abrangem os anos de 2008 (2º Trimestre), 2009 e 2010 (até Março), período de arranque e implementação do referido Decreto-Lei, segundo o qual a DGES passou a efectuar o registo/reconhecimento de graus académicos estrangeiros.

Num universo total de 1.049 pedidos, 17 Instituições efectuaram registos que representam 40% (415 pedidos), tendo a DGES, *per si*, efectuado os restantes 60% registos (Figura 42). Relativamente à distribuição por grau

académico o maior número de registos é referente ao grau de licenciado, com 56%, seguindo-se o grau de Doutor, com 32%, e por fim, o grau de Mestre, com 12% (Figura 43).

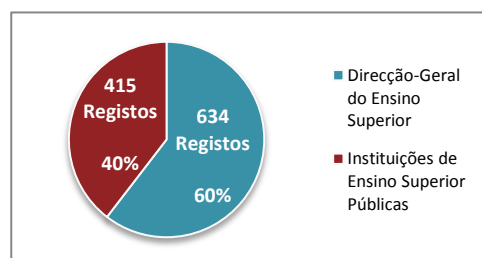


Figura 42 - Totais de Registos efectuados 2008/2009

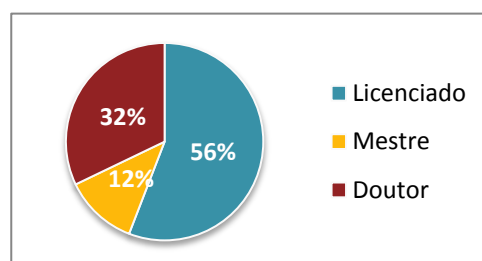


Figura 43 - Distribuição por Graus dos registos efectuados em 2008, 2009 e 2010

Quanto à origem dos diplomas, o maior número de registos é referente a diplomas provenientes de Espanha, seguindo-se o Reino Unido e a França (Figura 44).

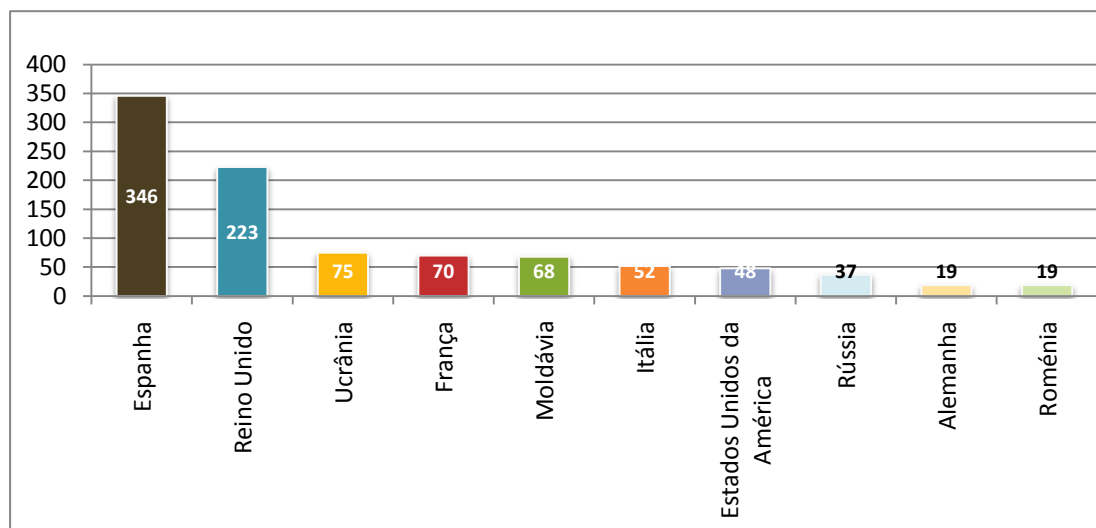


Figura 44 - Origem dos diplomas registados



### 3.4 GESTÃO DO PROCESSO DE ENCERRAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Entre 2007 e 2009, foi determinado pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior o encerramento compulsivo de seis IES Privadas:

- ⇒ Universidade Independente
- ⇒ Universidade Moderna e os cursos autorizados em Beja e Setúbal
- ⇒ Universidade Internacional
- ⇒ Universidade Internacional da Figueira da Foz
- ⇒ Instituto Superior Politécnico Internacional
- ⇒ Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa

A DGES colaborou e contribuiu, na fase de pré-encerramento, com a prestação de informação aos vários relatórios efectuados para o efeito, em articulação com outros organismos do MCTES, designadamente com a Inspecção Geral do Ensino Superior e com a Secretaria-Geral do Ensino Superior.

Em cada um dos encerramentos determinados, a DGES ficou encarregue de assegurar o acompanhamento dos alunos das IES encerradas, nomeadamente em processos de transferência e/ou mudança de curso para outras Instituições. Para tal, foi criada uma equipa na área de suporte à rede, que assegurou e encaminhou o contacto com esses alunos, através de e-mail, telefone, fax e ofício. Note-se que, no momento de um encerramento, a intensidade de contactos de antigos alunos de IES encerradas com a DGES é muito elevada e de extrema sensibilidade, na medida em que este processo interfere na vida pessoal, académica e profissional.

A DGES ficou também encarregue da guarda da documentação dos espólios académicos da Universidade Independente, da Universidade Moderna e os cursos autorizados em Beja e Setúbal, e do Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa. Dadas as circunstâncias em que decorreram os encerramentos compulsivos, designadamente das duas primeiras, o processo de transferência dos seus espólios exigiu uma dedicação e um contributo acrescido por parte da DGES, na medida em que os então órgãos académicos não contribuíram para este processo. Assim, a documentação em causa foi trazida para a DGES sem verificação dos seus conteúdos e sem uma organização lógica e sequencial, o que obrigou a um trabalho posterior, ainda em curso, de organização, verificação e ordenação de toda a documentação. Note-se que se trata de um **volume de 100 m<sup>3</sup>** de documentos.

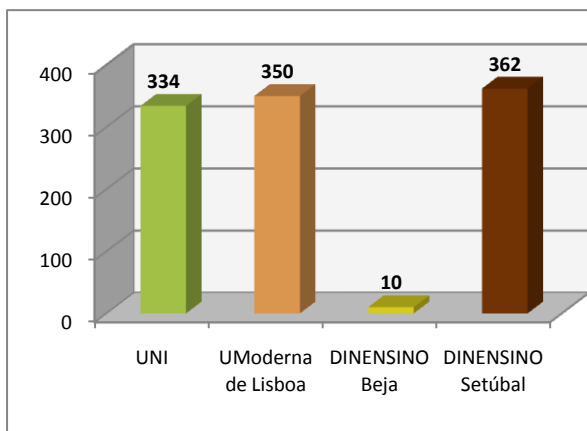


Figura 45 - N.º de Caixotes trazidos para a DGES

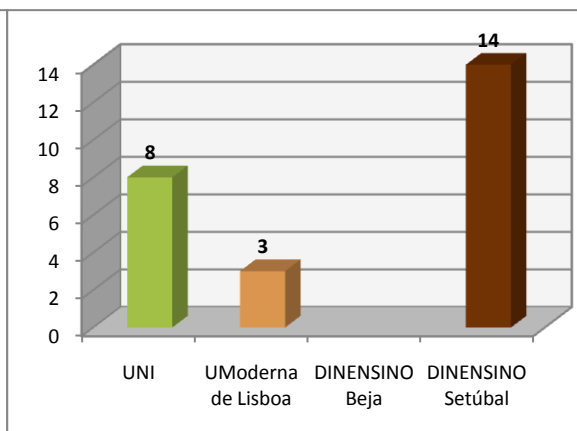


Figura 46 - N.º de Armários de arquivo trazidos para a DGES

Neste contexto, a DGES já recebeu mais de 1.000 requerimentos de antigos alunos e/ou docentes a solicitar documentação (Figura 47), os quais têm exercido uma grande pressão diária (por telefone, e-mail, fax ou carta), reforçando a sua urgência, de acordo com necessidades profissionais e/ou académicas das quais dependem, muitas vezes, a prossecução das suas vidas. Não obstante, as lacunas de documentação nos processos dos alunos, que se têm relevado cada vez mais notórias, têm dificultado e prolongado os contactos destes serviços com os requerentes, que, revoltados com a inexistência de documentação válida e legal, continuam a diligenciar com os serviços.

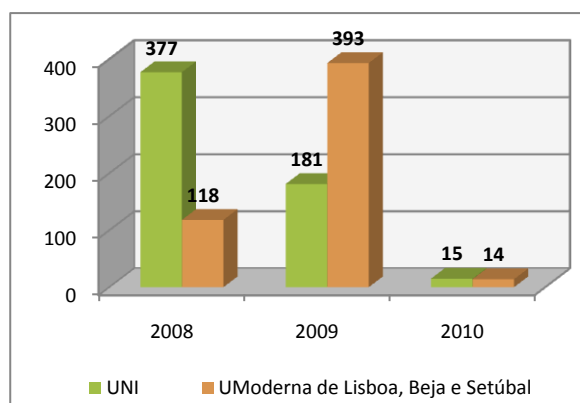


Figura 47 - N.º de requerimentos efectuados à DGES por antigos alunos e docentes de IES Encerradas

O processo de organização arquivística da documentação tem decorrido em simultâneo com a resposta aos requerentes, exigindo uma sintonia da equipa afectada, a qual se tem revelado em número insuficiente face ao volume de trabalho que esta tarefa tem vindo a demonstrar, sendo que a capacidade de resposta fica aquém dos anseios dos requerentes.

Acresce o facto de que a implementação do sistema de ensino estruturado com base no DL 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo DL 107/2008, de 25 de Junho, bem como o incentivo da formação ao longo da vida, têm incrementado uma política de continuação de estudos, que se traduz no aumento contínuo e constante de solicitações à DGES de antigos alunos e docentes de IES encerradas, requerendo comprovativos do seu percurso académico.

### 3.5 ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS INTERNACIONAIS NO DOMÍNIO DO ENSINO SUPERIOR

Desde Junho de 2007, a DGES tem vindo a assegurar, de forma activa e sistemática, o acompanhamento das políticas na esfera internacional, relativas ao Ensino Superior.

No âmbito da UE, este acompanhamento traduz-se:

- Na participação no Comité de Educação, instância preparatória do Conselho de Educação, que se reúne cerca de 14 vezes por ano e onde o trabalho desenvolvido no âmbito deste Comité permite a adequação dos pontos em debate aos interesses e preocupações nacionais, resultando na preparação de agendas anotadas de apoio às intervenções do MCTES;
- No acompanhamento das questões relacionadas com o Ensino Superior no âmbito do Conselho da Europa. Neste contexto tem vindo a representar Portugal no Steering Committee para o Ensino Superior e no Comité da Convenção de Reconhecimento de Lisboa;
- Nas reuniões dos Directores Gerais do Ensino Superior, que se realizam duas vezes por ano, por Presidência do Conselho da UE, nas quais a DGES tem garantido uma participação activa, aludindo às boas práticas nacionais e possibilitando a troca de informação sobre a diversidade dos sistemas de Ensino Superior na Europa e no mundo;
- O Grupo de Alto Nível para as Políticas de Educação que se reúne cerca de 4 vezes por ano, e onde tem sido assegurada a representação portuguesa garantindo as posições nacionais sobre os temas em debate e afirmando o sistema nacional no espaço europeu de ensino superior.

No domínio da cooperação multilateral foi assegurada a participação:

- No Comité de Políticas de Educação da OCDE, importante palco de discussão que se tem revelado uma fonte estrutural para as reformas empreendidas no Ensino Superior em Portugal;
- No Comité de Seguimento do Ensino Superior do ALCUE (cooperação dos países da UE com a América Latina);
- No Foro Ibero-americano de Ensino Superior, Ciência e Inovação da Organização de Estados Ibero-americanos.

Foi ainda prestado um acompanhamento dinâmico, junto do MCTES, no quadro das relações da UE com a Ásia – *Ásia-Europe Meeting* (ASEM), nomeadamente na preparação das reuniões ministeriais e na elaboração do *status report* para Portugal e ainda no quadro da União para o Mediterrâneo, que se tem vindo a desenvolver, no âmbito do Ensino Superior, desde 2007, na sequência da realização da Conferência Ministerial do Ensino Superior e da Investigação Científica, da qual resultou a Declaração do Cairo, cuja implementação tem vindo a ser seguida pela DGES.

Por fim, refira-se que se tem assistido, nos últimos dois anos, a um significativo fortalecimento dos laços com os países da CPLP, fruto da dinamização das relações que a DGES tem fomentado, particularmente ao nível da realização regular das Comissões Paritárias no domínio do Ensino Superior e de Protocolos bilaterais, reconhecendo a importância da cooperação para o desenvolvimento.



### 3.5.1 Representações internacionais

No âmbito do Ensino Superior, a DGES tem assegurado a representação dos interesses nacionais nos grupos de seguida identificados:

#### UNIÃO EUROPEIA

- Comissão Interministerial de Assuntos Europeus (CIAE)
- Grupo de Coordenação «Educação e Formação 2010» (ETCG – *Education and Training Coordination Group*)
- «EF 2010» Cluster - Professores e Formadores
- «EF 2010» Cluster - Reconhecimento dos Resultados das Aprendizagens
- «EF 2010» Cluster – Modernização do Ensino Superior
- «EF 2010» Cluster – Melhor utilização dos recursos
- Comité de Educação do Conselho da União Europeia
- Grupo de Alto Nível para a Educação
- Comité para o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida
- Comité Consultivo do Quadro Europeu de Qualificações
- Rede ENIC – NARIC (EU, CoE, UNESCO)
- Representantes do MCTES no Grupo de Trabalho para a Implementação da Directiva 2005/36/EC
- Plano para a Integração dos Emigrantes – Pontos focais de acompanhamento
- Unidade Portuguesa da Rede Eurydice

- Comité Misto CE/Canada relativo ao Programa de Cooperação no Domínio do Ensino Superior e da Formação Profissional
- Comité Misto CE/EUA relativo ao Programa de Cooperação no Domínio do Ensino Superior e da Formação Profissional
- Estrutura Nacional para o Programa Erasmus Mundus
- Comité para o Programa Erasmus Mundus
- Comité de Acompanhamento da Conferência EU / América Latina – ALCUE
- Estrutura Coordenadora Nacional para as European Higher Education Fairs
- Rede de Directores Gerais Educação / Relações Internacionais
- Programa de Cooperação entre Países da Região do Mediterrâneo – EUROMED
- Reuniões dos Representantes dos Ministérios dos EM e dos países parceiros para o Programa Tempus IV
- Grupo de Coordenação da Mobilidade
- EQAR – Register
- EQAR – General Assembly
- EU-Ásia (ASEM/ASEAN)
- Eurostudent



### BOLONHA

- Bolonha Follow-Up Group (BFUG)
- BFUG – Mobilidade
- BFUG – Dimensão Social
- Peritos de Bolonha

### 3.5.2 Cooperação Internacional

Ao nível da cooperação para o desenvolvimento, a DGES tem vindo a intensificar nos últimos anos laços sólidos com os países africanos de língua oficial portuguesa, tanto ao nível bilateral como no contexto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).



Em termos bilaterais tem-se fomentado a realização regular das reuniões das Comissões Paritárias, no domínio do Ensino Superior.

### **BRASIL**

Relativamente ao Brasil, refira-se que no âmbito do Tratado de Amizade, assinado em 22 de Abril de 2000, prevê-se o reconhecimento de graus e títulos académicos e de especialização, tendo para tal sido criada uma Subcomissão, com o objectivo de agilizar os processos de reconhecimento de diplomas entre ambas as partes, estabelecendo critérios e orientações comuns. Desde a sua criação foram realizadas três reuniões, a última das quais teve lugar em 2008 e onde se iniciou a preparação do futuro Programa de Cooperação, com início em 2010, bem como a discussão de inúmeras propostas apresentadas pela parte brasileira, entre as quais algumas de carácter multilateral, tendo-se decidido que as mesmas deveriam ser debatidas no âmbito da CPLP.

A DGES encontra-se presentemente em negociações para a realização da IV reunião. Promoveu-se, no entanto, a realização de uma reunião, no final de 2009, em Brasília, com os responsáveis pelo reconhecimento de graus e diplomas do Ministério da Educação no Brasil. Esta reunião teve como objectivo a obtenção de esclarecimentos e informação aprofundada sobre o sistema de Ensino Superior no Brasil, como suporte para a extensão do Decreto-Lei n.º 341/07, de 12 de Outubro, a um maior número de graus académicos brasileiros.

Também ao abrigo do Tratado de Amizade, foi criado, em Novembro de 2005, um Programa de Cooperação no âmbito da Subcomissão para as áreas da educação, cultura, comunicação social, ciência e tecnologia, juventude e desporto, para 2006-2009.

### **PALOP (PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA)**

Cabo Verde, por sua vez, é um exemplo de como o alargamento de contactos permanentes permite um desenvolvimento crescente de trabalho e resultados. Desde 2007 realizaram-se duas reuniões, a primeira com o Grupo Executivo da Comissão Paritária, em Abril de 2008, em Lisboa e a segunda em Agosto de 2009, na cidade da Praia, em Cabo Verde, onde teve lugar a XIII Reunião da Comissão Paritária. Há que assinalar que, por ocasião da referida reunião, a DGES celebrou um Protocolo de Cooperação com a Direcção-Geral de Ciência e Ensino Superior de Cabo Verde (Figura 48), criado com base numa prévia visita da Subdirectora-Geral do Ensino Superior, a Cabo Verde, em Junho de 2009. Este Protocolo pretende, sobretudo, a promoção de iniciativas de cooperação e intercâmbio entre as duas instituições,

no sentido de estimular a partilha de experiências, boas práticas e informação, nomeadamente a monitorização dos estudantes cabo-verdianos em Portugal.



**Figura 48 - Reunião de Assinatura do Protocolo de Cooperação com a Direcção-Geral de Ciência e Ensino Superior de Cabo Verde**

Em 6 de Novembro de 2008 entrou em vigor o Acordo de Cooperação no domínio do Ensino Superior, com a Guiné-Bissau. A DGES irá promover em 2010 a Primeira Reunião da Comissão Paritária.

No contexto da cooperação com Moçambique e do Acordo de Cooperação no domínio do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, celebrado em 2004, teve lugar a II Reunião da respectiva Comissão Paritária, em Dezembro de 2008, na DGES, onde se discutiu o ponto de situação do Plano de Acção em vigor, bem como o futuro do ano que agora terminou. Actualmente encontra-se em negociação o agendamento de nova reunião.

O Acordo entre Portugal e São Tomé e Príncipe, no domínio do Ensino Superior, foi publicado em Diário da República, no dia 24 de Junho de 2008. Teve lugar no dia 9 de Fevereiro de 2010 a I Reunião da Comissão Paritária, onde foram dados os primeiros passos para o estabelecimento de laços de cooperação sólidos, através da aprovação do seu regulamento de funcionamento e da criação de um Plano de Actividades.

No quadro da cooperação internacional, os cidadãos estrangeiros podem ingressar no Ensino Superior Português através de vários dos regimes especiais (Figura 49).



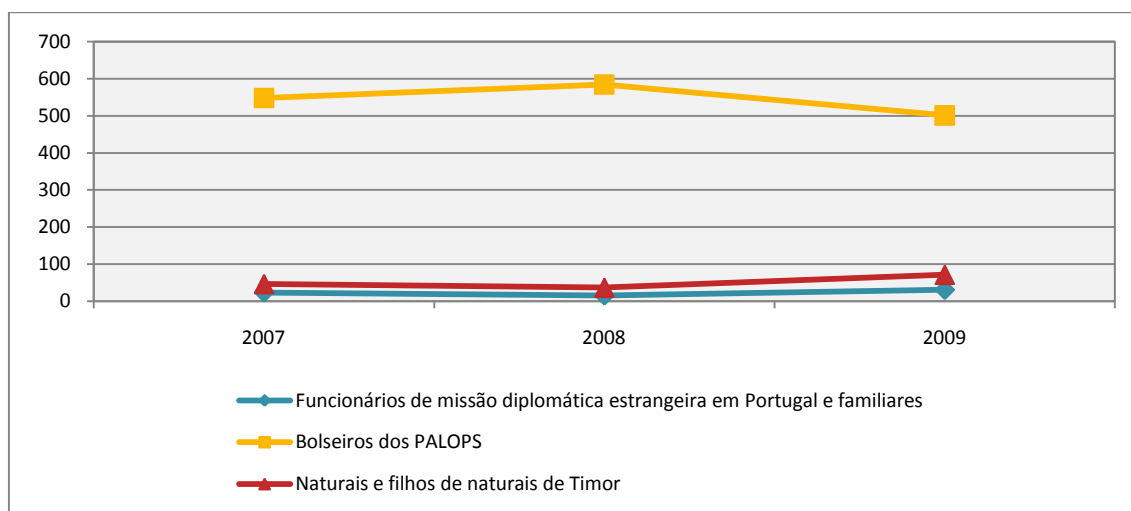


Figura 49 - Evolução do ingresso de Cidadãos estrangeiros ao abrigo dos Regimes Especiais

## AMÉRICA LATINA

Na Cooperação com os países da América Latina destacam-se dois fóruns onde Portugal participa, o ALCUE e a OEI, nos quais a DGES tem representado, por parte de Portugal, o Ensino Superior.

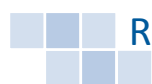
No âmbito da cooperação entre União Europeia e a América Latina e Caraíbas (ALCUE), no domínio do Ensino Superior, destaca-se a participação de Portugal no Comité de Seguimento, que tem por objectivo implementar e criar o Espaço ALCUE de ensino superior e conhecimento e, ainda, preparar as Cimeiras de Ministros do Ensino Superior. A última reunião deste Comité, que visava preparar a IIIª Conferência de Ministros do Ensino Superior ALCUE (que deve realizar-se em 2010), decorreu em Lisboa, em Dezembro de 2007, tendo a organização da referida reunião estado a cargo da DGES.

Destaca-se, no âmbito da Cooperação entre a União Europeia e a América Latina, o Programa de Bolsas ALBAN, recentemente substituído pelas Parcerias do programa Erasmus Mundus (2007-2013) e o Programa de cooperação no Ensino Superior Alfa. A DGES, enquanto estrutura nacional do



Figura 50 – 2º Fórum Ibero-Americano de Ensino Europeu, Ciência e Inovação, 2008





programa Erasmus Mundus, como já foi referido, tem promovido activamente a participação nacional neste programa e tem divulgado, igualmente, os outros Programas europeus no âmbito do Ensino Superior em Portugal.

Por seu lado, a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) tem por objectivo a criação de um Espaço Ibero-americano do Conhecimento. Neste contexto, a DGES tem representado Portugal na área do Ensino Superior, nomeadamente nos Fóruns dos responsáveis ibero-americanos do Ensino Superior, Ciência e Inovação (Figura 50).

Adicionalmente, Portugal aderiu em 2008 ao novo Programa Cimeira de mobilidade académica de estudantes e docentes, ao nível de Mestrados e Doutoramentos, Programa Pablo Neruda, que se encontra numa fase piloto. Destaca-se que a implementação do referido Programa se encontra sob a alçada da DGES, que actua como ponto de contacto no Programa e membro do Comité Técnico, sendo que o financiamento nacional provém da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Durante o ano de 2009 Portugal deteve a Presidência da OEI, tendo decorrido a XIXª Conferência ibero-americana de Ministros da Educação, em Lisboa (20 de Abril de 2009). É nesta instância que são, geralmente, abordadas as questões do Ensino Superior, tendo a DGES representado esta área na Conferência de Lisboa.

### 3.5.3 NARIC – National Academic Recognition Centre

O NARIC (National Academic Recognition Information Centre) é o centro nacional de informação especialmente vocacionado para dar resposta a questões sobre reconhecimento de diplomas, certificados e títulos estrangeiros. Este centro integra a Rede ENIC/NARIC constituída pelos centros de informação dos Estados-membros da União Europeia e pelos centros congéneres dos países membros do Conselho da Europa e da UNESCO.

O NARIC português foi criado em 1986, na sequência da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, estando integrado na Direcção-Geral do Ensino Superior; posteriormente, foi também cometido ao NARIC prestar informações na área da mobilidade profissional, passando a assegurar a coordenação e a implementação da Directiva Comunitária 89/48/CEE, de 21 de Dezembro, relativa a um sistema geral de reconhecimento dos diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com uma duração mínima de três anos.

O NARIC português é constituído por quatro elementos e a obtenção de informações poderá ser efectuada por telefone, por escrito ou presencialmente. A título de exemplo, no período de Junho a Dezembro de 2009, o NARIC recebeu 989 pedidos de esclarecimento por e-mail.

### A quem presta informação?

- estabelecimentos de ensino superior;
- organizações nacionais e internacionais;
- estudantes, diplomados e profissionais (nacionais e estrangeiros).

### Que informações podem ser solicitadas?

- sobre equivalência ou reconhecimento académico de habilitações superiores estrangeiras;
- sobre prosseguimento de estudos em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras;
- sobre o nível de formações estrangeiras para efeitos de equivalência/reconhecimento ou prosseguimento de estudos;
- sobre a legislação nacional e comunitária em vigor, no âmbito do reconhecimento académico e/ou profissional, designadamente ao abrigo da Directiva 89/48/CEE e das Directivas Sectoriais.

### Compete, ainda, ao NARIC

- promover e acompanhar a aplicação da Convenção Conjunta do Conselho da Europa/UNESCO em matéria de reconhecimento académico de qualificações de nível superior da Região Europa (Convenção de Lisboa);
- emitir declarações comprovativas do nível de formações obtidas no estrangeiro;
- promover a uniforme aplicação da Directiva 89/48/CEE, coordenar as actividades das autoridades competentes a nível nacional e assegurar a disseminação de informação relevante nesta matéria, designadamente a lista das profissões regulamentadas nos diversos Estados-membros da UE.

## 3.6 PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA U.E. 2007

No ano em que decorreu a Presidência Portuguesa da União Europeia, tiveram lugar diversos eventos e reuniões relacionados com o ensino superior, tendo assumido a DGES um papel relevante nalguns deles.

### 3.6.1 Reunião do Grupo de Alto Nível sobre Política de Educação e Formação na União Europeia – “Aprendizagem ao Longo da Vida: o método aberto de coordenação para além de 2010”

Esta reunião, que se realizou nos dias 27 e 28 de Junho, teve como principais pontos da agenda de trabalhos: “O reforço da Aprendizagem ao Longo da Vida na Estratégia de Lisboa” e “O Método Aberto de Coordenação – Perspectivas para desenvolvimento futuro e o papel futuro do Grupo de Alto Nível”. Visou analisar e perspectivar o novo ciclo da Estratégia de Lisboa para o período pós-2010.

A presidência desta reunião foi partilhada com o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação e pela DGES, tendo sido estas duas instâncias igualmente responsáveis pela organização do mesmo.

### 3.6.2 Reunião de Directores-Gerais do Ensino Superior

Esta Reunião, que se realizou em Lisboa no dia 5 de Novembro, teve como principais temas da agenda de trabalhos o Reconhecimento dos Graus Académicos, dos Diplomas e das Qualificações e as Reformas para o Ensino Superior.

Foram, ainda, abordados temas como a internacionalização das Instituições de Ensino Superior, a promoção da excelência, o reforço da autonomia e da responsabilização, o reforço da cooperação



Figura 51 –Reunião dos Directores-Gerais do Ensino Superior

entre Universidades e Empresas e, por fim, o Triângulo do conhecimento (educação, investigação e inovação).



**Figura 52 – Reunião dos Directores-Gerais do Ensino Superior**

As reuniões de Directores-Gerais do Ensino Superior têm lugar duas vezes por ano, uma em cada Presidência, promovendo a oportunidade de partilhar informação sobre as estratégias, bem como as diferentes acções desenvolvidas pelos Estados-membros no âmbito do Ensino Superior.

A organização deste evento foi da inteira responsabilidade da DGES.

### 3.6.3 Comité de Educação

Nos dias 13 e 14 de Dezembro decorreu, em Lisboa, o último Comité de Educação de 2007, sob a égide da Presidência Portuguesa. No decorrer do Comité procedeu-se à análise temática do projecto de relatório conjunto, para 2008, do Conselho e da Comissão, relativo à implementação do programa de Trabalho Educação e Formação 2010 à luz da Agenda de Lisboa. Sobre o Ensino Superior foi discutida a importância do papel da educação no triângulo do conhecimento e uma maior contextualização deste nos termos da aprendizagem ao longo da vida. Mais uma vez, perspectivando-se o período pós 2010, foi referida a importância da crescente autonomia das instituições de Ensino Superior, da sua maior responsabilização, da criação de mais parcerias e da necessidade de diversificar as fontes de financiamento, nomeadamente com recurso ao sector privado. A organização deste evento foi partilhada com o GEPE do Ministério da Educação e pela DGES.



**Figura 53 – Participantes da reunião do Comité de Educação**

### 3.7 PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA DGES

Conforme referido anteriormente, os principais clientes da DGES são os Estudantes, as Instituições de Ensino Superior e o próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. De entre estes, são sem dúvida as instituições e os estudantes que mais pedidos de informação dirigem à DGES, segmentados de acordo com as respectivas áreas de actuação.

Na relação com os seus clientes privilegiados, a DGES utiliza um interface multicanal e interactivo sincronizado com os processos de negócio (Figura 54).

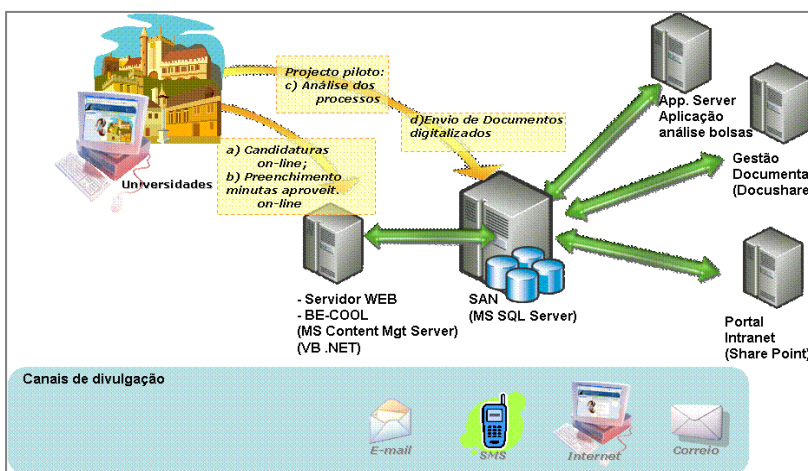


Figura 54 - Interface multicanal

Na Figura 55 encontra-se representado o volume de chamadas telefónicas recebidas através do *Call Center* da DGES, nos meses de Agosto de 2009 a Janeiro de 2010. A variação é bastante acentuada e está directamente relacionada com momentos chave de áreas que servem o maior número de clientes. Os meses de Agosto, Setembro e Outubro são meses de grande afluxo de chamadas devido, essencialmente, ao Concurso Nacional de Acesso, processo inteiramente gerido pela DGES e que envolve cerca de 50.000 candidatos ao Ensino Superior Público.

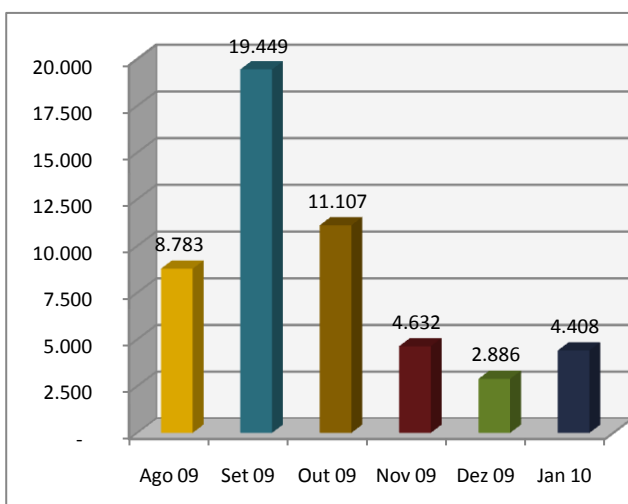


Figura 55 - Volume de Chamadas recebidas através da Central Telefónica da DGES

O maior pico de chamadas é registado em Setembro, com mais de 19.000 telefonemas!

A Figura 56 apresenta a distribuição por área das chamadas recebidas. No mês de Setembro, o destino das chamadas é claramente a área do Acesso ao Ensino Superior, com quase 10.000 chamadas, cerca de 50% do total recebido nesse mês. No entanto, as cerca de 3.600 chamadas registadas para o apoio geral da DGES também se destinam, na sua maioria, ao Acesso, pois devido ao elevado número de telefonemas face aos técnicos disponíveis (e nesta fase todos os técnicos do Acesso realizam atendimento telefónico e presencial) as chamadas são reencaminhadas para o atendimento geral.

Se analisarmos o comportamento das chamadas recebidas na área do Apoio ao Estudante, também é possível identificar que o mês de Outubro registou mais chamadas do que a média dos outros meses. Tal poderá estar directamente relacionado com o calendário de candidaturas a bolsas de estudo no ensino superior privado, processo que é da responsabilidade da DGES.

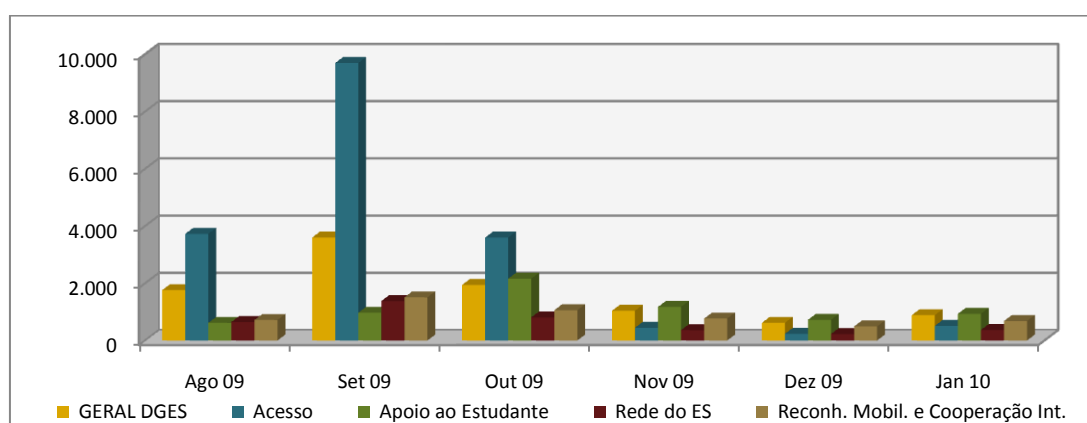


Figura 56 - Distribuição das Chamadas recebidas por Área

Também é notório que a área do Reconhecimento, Mobilidade e Cooperação Internacional têm um aumento substancial de chamadas em Setembro face à média dos outros meses. Tal deve-se essencialmente a dois factores:

- Pedidos de declaração de estudantes estrangeiros para efeitos de prosseguimento de estudos em instituições de ensino superior nacionais, e que antecedem o início do ano lectivo;
- Pedidos de reconhecimento académico de cidadãos estrangeiros que pretendem ver os seus diplomas reconhecidos em Portugal, e que sucede ao final do ano lectivo no país de origem e obtenção de diploma.

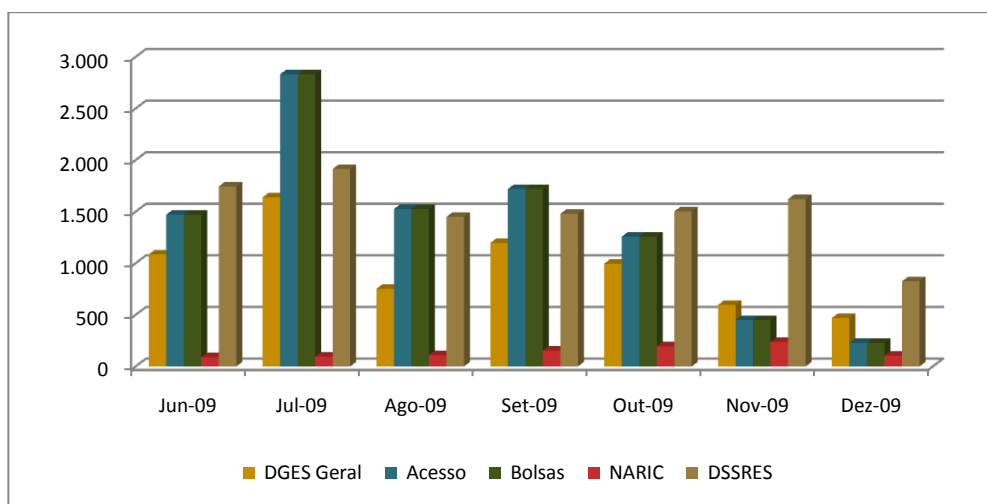


Figura 57 - Distribuição dos E-mails recebidos por Área

Também o correio electrónico é um meio de comunicação escolhido pelos clientes. Na Figura 57 é apresentada a distribuição do número de e-mails recebidos nas diferentes áreas de trabalho nos últimos 7 meses de 2009. Constata-se uma concentração do número de e-mails endereçados nos serviços responsáveis do Acesso e das Bolsas, nos meses de Julho a Outubro, enquanto que para os outros serviços o número de solicitações é distribuído de modo mais uniforme ao longo do ano.







## 4. RECURSOS DISPONÍVEIS

---



### 4.1 RECURSOS HUMANOS

Antes de se proceder à análise dos recursos humanos, importa esclarecer que para o triénio Maio 2007 – Abril 2010, torna-se imprescindível incluir nestes os bolseiros e avançados, dado terem sido determinantes para a execução dos objectivos e metas propostas.

Se tal não fosse considerado, poderia dar a ideia de que a DGES conseguiu alcançar os objectivos preconizados somente com o número de efectivos de que dispõe, o que de todo não corresponde à verdade.

Importa ainda salientar alguns aspectos fundamentais quando se analisam os recursos humanos da DGES:

- A DGES tem assistido nos últimos 6 anos a uma significativa saída dos seus efectivos, totalizando 82 saídas até 2009 e 17 já previstas ou concretizadas para 2010, apenas compensada por 22 entradas em 2009, dos quais 20 por contrato de trabalho em funções públicas (Figura 58).

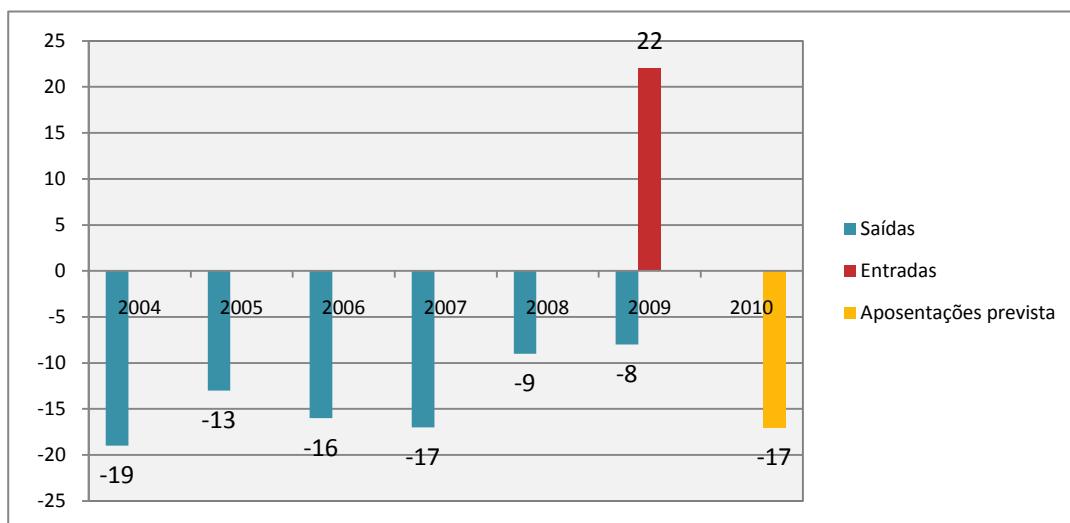


Figura 58 - Evolução das Entradas e Saídas de Efectivos na DGES desde 2004

- Desde 2007, mais de 30% dos recursos humanos da DGES são bolseiros e avençados, chegando mesmo a representar 40% em 2008 (Figura 59)

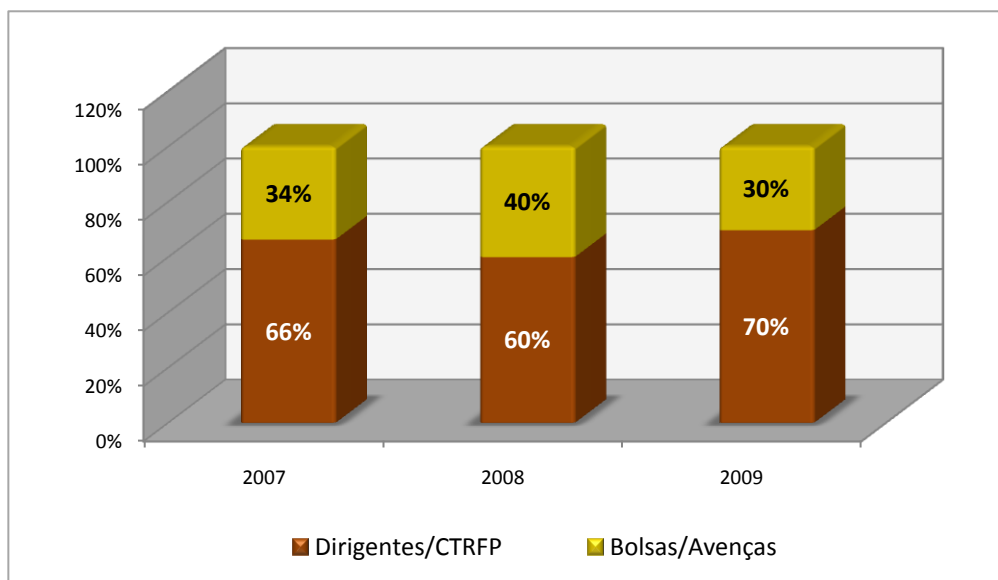


Figura 59 - Distribuição dos Recursos Humanos da DGES nos anos de 2007, 2008 e 2009

- A DGES tem apostado em recursos humanos mais jovens (média de idades mais baixa ao longo do tempo) e com um maior nível de escolaridade, investindo na sua formação e crendo que está de facto a investir no seu capital humano (Figura 60 e Figura 61);

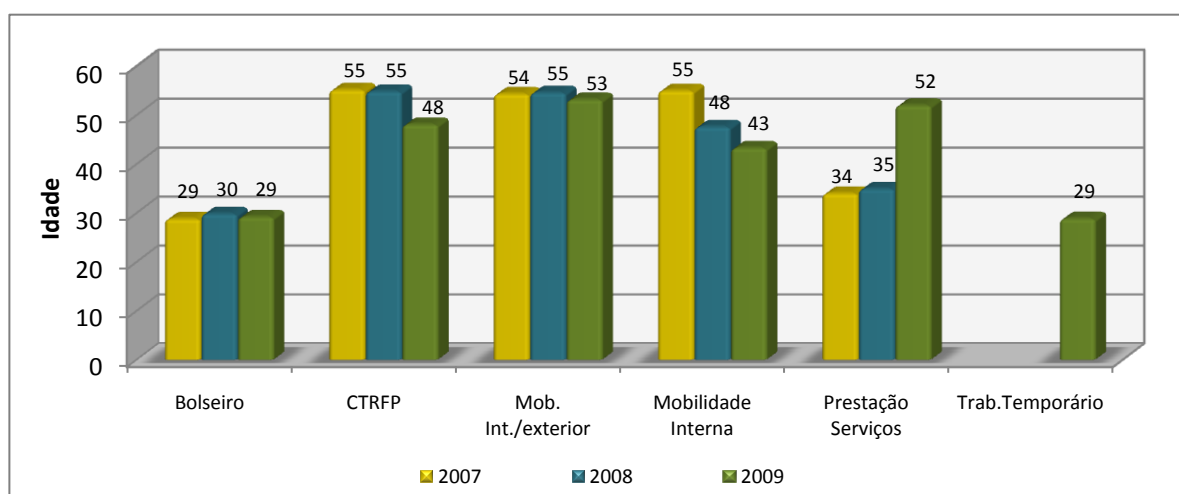


Figura 60 - Distribuição média da idade dos colaboradores da DGES consoante o tipo de vínculo

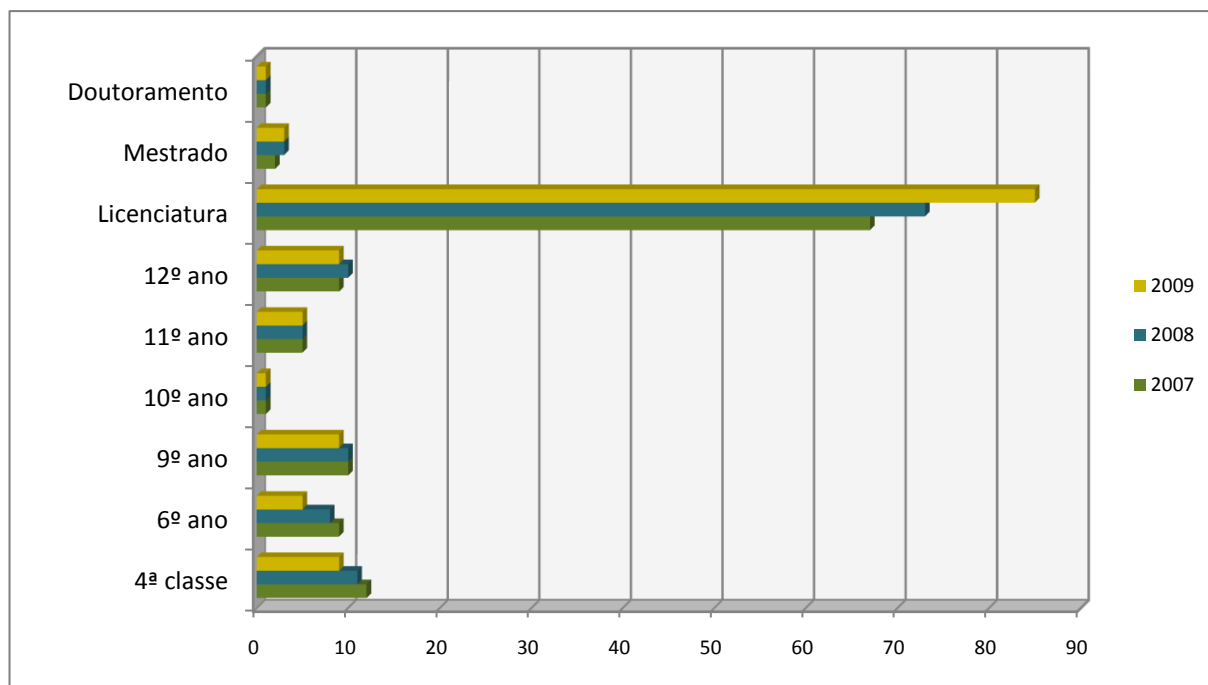


Figura 61 - Distribuição das habilitações académicas dos colaboradores da DGES

A solução encontrada para solucionar a falta de recursos humanos foi o recurso a bolseiros e a avençados, neste caso devidamente autorizadas pelo Ministro das Finanças e da Administração Pública.

No entanto, tal solução não confere nenhuma estabilidade à DGES ao nível dos recursos humanos disponíveis e com os quais pode contar para prosseguir os seus objectivos, pois, tal como tem vindo a acontecer, a flutuação de bolseiros/avençados tem sido ainda significativa (Figura 62).

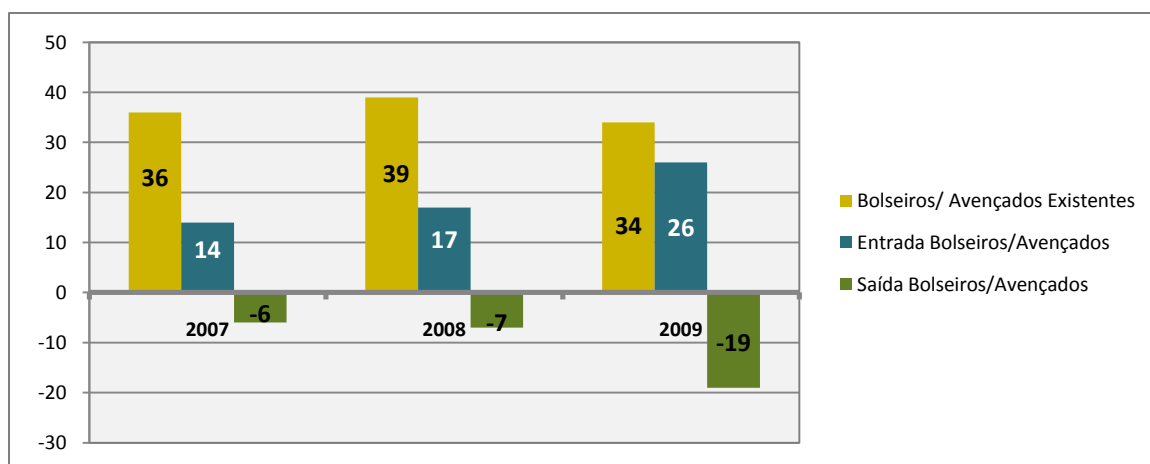


Figura 62 - Distribuição da flutuação dos Bolsseiros/Avençados

No ano de 2009, a Direcção teve autorização, por parte do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para a celebração de 20 contratos de trabalho em funções públicas. Em Maio deste ano tornou-se pública a abertura de quatro procedimentos concursais comuns para o preenchimento de vinte postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal aprovado da Direcção-Geral do Ensino Superior, para o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. No período de 10 dias úteis foram recebidas 226 candidaturas, das quais 181 cumpriam os requisitos de admissão.

Os procedimentos concursais decorreram sem contrariedades e de uma forma célere, cumprindo todas as etapas previstas. Quatro meses após a abertura dos concursos, os contratos de trabalho em funções públicas foram celebrados (Figura 63).



Figura 63 – Dia de assinatura dos 20 contratos de trabalho em funções públicas, Setembro de 2009

## 4.2 RECURSOS FINANCEIROS DE FUNCIONAMENTO

Os recursos financeiros para as despesas de funcionamento da DGES provêm de duas fontes: Orçamento de Estado e Receitas Próprias.

Os valores apresentados na Tabela 7 dizem respeito ao Orçamento corrigido de cada ano, contemplando já as alterações orçamentais efectuadas.

	2007	2008	2009
<b>Orçamento de Estado</b>	3.053.103 €	2.707.214 €	2.691.875 €
<b>Receitas Próprias</b>	914.122 €	546.669 €	631.981 €
<b>Total</b>	<b>3.967.225</b>	<b>3.253.883</b>	<b>3.323.856</b>

Tabela 7 - Orçamento corrigido por fonte de financiamento

As receitas próprias recolhidas corresponderam maioritariamente à receita do Concurso Nacional de Acesso, através da venda de formulários de candidatura. Em virtude da calendarização do concurso, grande parte da receita só era reconhecida no início do ano económico seguinte.

Estima-se para o ano de 2010 uma forte quebra no valor da receita própria, resultante do sucesso do processo de candidatura *online*.

### 4.3 INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA

Tendo em conta os desenvolvimentos aplicacionais dos sistemas de informação que se têm vindo a efectuar, foram realizados avultados investimentos nos últimos 3 anos, de forma a garantir a robustez, segurança e dinamismo da infra-estrutura tecnológica de suporte.

Esta é sem dúvida uma área de “*backoffice*” estratégica para o bom desempenho das aplicações e plataformas que gerem actualmente grande parte das actividades críticas da DGES.

Por razões técnicas, o equipamento de suporte encontra-se distribuído por 2 “Data Center” localizados na sede da DGES e nas instalações da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) (Figura 64, na página 82).

EQUIPAMENTO RELEVANTE
<b>Data Center da DGES</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Router Firewall SonicWall NSA 3500 (DGES – para acesso à internet e VPN para FCCN)</li> <li>• 6 Switch Allied Telesyn (distribuídos pelos pisos)</li> <li>• 1 Switch Cisco 3750s Fibra Óptica (Ligação aos pisos do edifício)</li> <li>• 2 Switch Cisco 3750s (Ligação aos Servidores)</li> <li>• 1 Allot NetEnforcer AC-402 (para gestão de tráfego para a internet e VPN)</li> <li>• 2 Switch DS-24 M2 24 Portas Fibra 1000 (Interligação dos Servidores com a SUN)</li> <li>• 1 SUN EMC Clariion com 8 x 500Gb SATA expansível a 16 Discos (Backups para Disco)</li> <li>• 1 SUN EMC Clariion com 10 x 300Gb Fibre Channel expansível a 16 Discos (Dados On-line)</li> <li>• 1 Spectra Logic 50S com 20 Tapes 800Gb/1,6Tb LTO4 (Backups para Tape)</li> <li>• 1 Central Telefónica Ericsson MD 110</li> <li>• 1 UPS APC Symmetra LX 16000 RM (Protecção DataCenter)</li> <li>• 1 Gerador Externo de 70 KVA's (Protecção Eléctrica Edifício)</li> <li>• 1 AVAC de Refrigeração do DataCenter</li> <li>• 1 Sistema de Aspiração do Ar no DataCenter Ligado a central de Fogo para</li> </ul>



<p>detecção de Incêndios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material de conexão, suporte e cablagem 2 Bastidores</li> <li>• 1 UPS redundante para suporte do Data Center</li> <li>• Material de conexão, suporte e cablagem</li> </ul>
<p><b>Data Center da DGES na FCCN</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 Router Firewall SonicWall NSA 4500 (FCCN – para acesso à internet e VPN para DGES)</li> <li>• 2 NetScaler 7000 Appliance (Balanceador de Carga para os sites)</li> <li>• 2 Switch Cisco 2936G de 24 portas (FCCN – ligação DMZ)</li> <li>• 1 Allied Telesyn de 48 portas (FCCN – ligação LAN)</li> <li>• 1 SUN EMC Clariion com 8 x 300Gb Fibre Channel expansível a 16 Discos (Dados On-line)</li> <li>• 2 HP MSA 2012i com 10 discos SATA de 750 Gb</li> <li>• 1 HP BladeSystem c7000 com 6 Blades ProLiant BL460c</li> <li>• Material de conexão, suporte e cablagem</li> </ul>
<p><b>Equipamento de uso geral</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estações de trabalho</li> <li>• 20 Impressoras</li> <li>• 7 Computadores Portáteis</li> <li>• 50 UPS</li> </ul>

Tabela 8 - Inventário Hardware da DGES

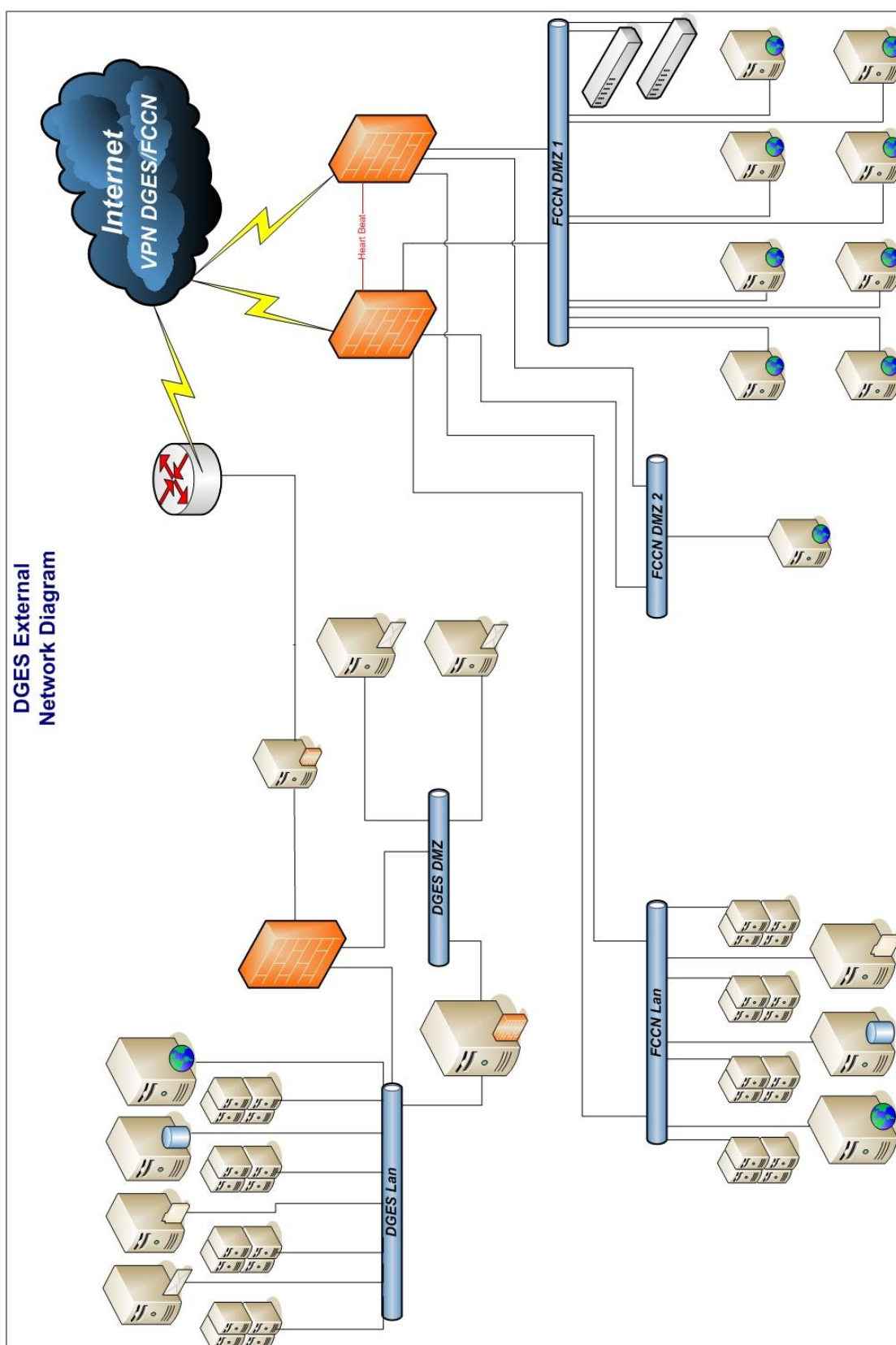


Figura 64- Arquitectura da Rede da DGES



## 5. SISTEMAS DE GESTÃO, AUDITORIA E CONTROLO

---



## 5.1 GESTÃO DA QUALIDADE

A Política da Qualidade enquadra-se na estratégia da Direcção, bem como nos seus objectivos globais, visando a assimilação de uma cultura orientada para o cliente, através da qualidade dos serviços prestados.

Desde 2005 que a Direcção de Serviços de Apoio ao Estudante (DSAE) é certificada pela SGS ICS (Serviços Internacionais de Certificação) no âmbito das actividades de “Gestão de Acção Social no Ensino Superior Público e Privado: Planificação, gestão e acompanhamento da execução orçamental e avaliação de resultados; acompanhamento do funcionamento dos Serviços de Acção Social; Atribuição de benefícios sociais aos estudantes do Ensino Superior Privado.”

A manutenção da certificação é acompanhada e avaliada anualmente pela empresa certificadora e a sua renovação está sujeita, a cada três anos, a uma revisão aprofundada do Sistema de Gestão de Qualidade implementado, com vista à sua renovação.

Durante o ano 2009, a DSAE decidiu avançar com a implementação da nova versão da Norma ISO 9001:2008, pelo que, na auditoria externa (de acompanhamento) realizada em Dezembro de 2009, a equipa auditora concluiu que o Sistema de Gestão da Qualidade está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da norma de referência.



No ano de 2008, as várias unidades orgânicas da DGES iniciaram o processo conducente à implementação da qualidade, procurando uma aproximação relativamente à certificação da qualidade já alcançada pela DSAE. Para o efeito, integraram os QUAR de 2008 e de 2009 (ver anexos A, pág. 103 e B, pág. 106) objectivos e indicadores inerentes à implementação de uma política de qualidade transversal a toda a DGES.

O objectivo primordial é atingir em todas as unidades o mesmo nível de qualidade e excelência, de modo a elevar os diversos serviços prestados pela DGES, permitindo a criação de um manual de procedimentos único da DGES, que pretende conferir um maior controlo dos processos, a obtenção de melhores resultados, melhor qualidade e redução de tempo no serviço prestado e uma maior assertividade na transmissão de conhecimentos, informação e na execução de procedimentos.

## 5.2 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E CONTROLO ORÇAMENTAL - SACO

O Sistema de Avaliação e Controlo Orçamental – SACO é uma ferramenta desenvolvida na DGES com o intuito de permitir, de forma permanente e contínua, o controlo das verbas executadas no pagamento de bolsas de estudo. Este sistema surgiu como necessidade para responder a exigências colocadas pela implementação dos projectos financiados pelo FSE.

Inicialmente, a validação da despesa era realizada pelos técnicos, de forma manual e recorrendo a sistemas de grande divulgação como o Excel e outros similares. Esta validação consistia no cruzamento da informação física dos bolseiros de cada Instituição de Ensino Superior com a informação financeira prestada pela mesma Instituição. Esta verificação e posterior validação eram realizadas, para todas as Instituições inseridas nos projectos da DGES (22 do ESP e o ESNP), com carácter mensal. Os projectos da DGES envolveram, em média, cerca de 50.000 bolseiros. O risco de erro, considerando a elevada participação dos técnicos no manuseamento dos dados, revela-se elevado, tendo em conta as obrigações e as regras impostas em auditoria pelas Entidades Europeias.

A opção passou pelo desenvolvimento de uma ferramenta que permitisse fazer estas validações de forma automática, com o mínimo de participação humana. Assim, nasceu o SACO.

Figura 65 - Ecrã inicial do SACO

O processo de criação e desenvolvimento iniciou-se em Setembro de 2009, tendo-se encontrado em ambiente de testes até Dezembro de 2009.

Apesar de ter sido desenvolvido com o intuito de servir de suporte aos projectos co-financiados, o SACO apresentou um nível de respostas e

Figura 66 - Ecrã de inserção de ficheiros de execução financeira

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 – Abril 2010

desempenho tal que, actualmente, é utilizado para o controlo, por parte da DGES, de todas as execuções financeiras de todas as Instituições do Ensino Superior, independentemente de estarem ou não inseridas em projectos co-financiados.

Permite, ainda, através da sua componente analítica, um conjunto de informação crítica para apoio à tomada de decisão, bem como análises estatísticas diversas.

**Pagamentos Bolseiro**

Nome: [ ] Código Postal: [ ]  
 Tipo Documento Identificação: BI (1) Localidade: QUELUZ  
 Documento Identificação: [ ] Telefone: [ ]  
 Data Nascimento: -01-07 00:00:00 Telemovel: [ ]  
 NIF: [ ] Género: Masculino  
 Morada: [ ]

**Execução Financeira**

Data	Montante	Estado	Projecto	Instituição	NIB
2009-11-01 00:00:00	486.4	Pago	ESP Lisboa 2009/10	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	[ ]
2009-12-01 00:00:00	243.2	Pago	ESP Lisboa 2009/10	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	[ ]
2010-01-01 00:00:00	243.2	Pago	ESP Lisboa 2009/10	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	[ ]

Anular Estornar Regulariza (como pago)

**Execução Física**

Data	Nº Meses	Montante	Montante Corrigido	Montante Total	Retenção Aloj.	Projecto	Instituição
2009-11-01 00:00:00	2	€ 486.40		€ 486.40	€ 0.00	ESP Lisboa 2009/10	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do E
2009-12-01 00:00:00	1	€ 243.20		€ 243.20	€ 0.00	ESP Lisboa 2009/10	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do E
2010-01-01 00:00:00	1	€ 243.20		€ 243.20	€ 0.00	ESP Lisboa 2009/10	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do E

Figura 67 - Ecrã de consulta de pagamentos

## 5.3 AUDITORIA ÀS TECNOLOGIAS/SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A DGES, tendo em consideração a criticidade dos seus sistemas de informação como pilar preponderante da sua actividade, decidiu, em finais de 2007, promover um processo formal de auditoria e consultoria às suas plataformas aplicacionais e tecnológicas nos seguintes âmbitos:

- Apreciação da disciplina de segurança de informação, de modo a permitir estabelecer um modelo de negócio seguro com optimização de recursos e funcionalidades na organização;
- Avaliação do nível de estabilidade, integridade e segurança das plataformas aplicacionais e tecnológicas das principais áreas de negócio

Este processo pretendia avaliar o desenvolvimento, implementação e integração das plataformas de sistemas de informação e respectivos processos de negócio, visando identificar e estabelecer um plano de controlo, evolução e optimização das necessidades/exigências detectadas.

Para tal, contou com uma consultora independente tida como referência nacional e internacional na vertente de segurança de informação, credenciada pelo Gabinete Nacional de Segurança, que enquadrou todo o processo com as *best-practices* e normas de segurança internacionais ISO/IEC 17799/27001, CobiT, NIST, Sarbanes-Oxley, ITIL e Basileia II.



Foram analisadas diversas áreas estratégicas, como por exemplo:

- Política da Segurança da Informação;
- Segurança da infra-estrutura física;
- Classificação da Informação;
- Disposição da arquitectura tecnológica;
- Detecção e resposta a incidentes de segurança e avarias;
- Dispositivos de segurança existentes;
- Cultura e organização de segurança existente.

Em Fevereiro de 2008, foi realizada uma primeira auditoria de segurança à plataforma on-line da DGES.



Durante 2008 e 2009, foram realizadas análises de segurança à infraestrutura e a diversos sistemas aplicativos, tendo sido possível identificar antecipadamente eventuais problemas de segurança e actuar preventivamente no sentido de proteger os activos de informação.

Várias aplicações utilizadas foram analisadas, cujos resultados desde logo foram comunicados às respectivas equipas de desenvolvimento. Também se procedeu à implementação de controlos de segurança que elevaram substancialmente o nível de segurança, disponibilidade e fiabilidade dos sistemas on-line da DGES. Foram ainda desenvolvidas acções com vista à incorporação das preocupações e melhores práticas da segurança da informação nos processos de desenvolvimento, aquisição e implementação de aplicações informáticas.

Estas acções preventivas permitiram gerir da melhor forma o risco operacional e a protecção da informação à sua responsabilidade.

Como resultado deste trabalho, foi possível garantir níveis de qualidade de excelência no acesso à página da DGES, isto apesar do número de acessos ter excedido todas as expectativas.

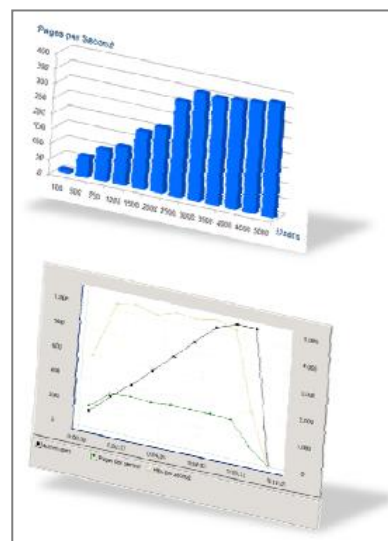


Figura 68 - Exemplos de *reports* de análise à segurança dos SI

## 5.4 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SIADAP

Com a entrada em vigor da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, foi instituído um novo Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aplicável ao desempenho dos serviços públicos, dos respectivos dirigentes e demais trabalhadores, concretizando uma concepção integrada dos sistemas de gestão e avaliação.



A importância que reveste este sistema de avaliação de desempenho e as consequências dele decorrentes levaram a gestão superior a tomar medidas concretas tendentes à boa consecução de aplicabilidade da legislação vigente, organizando, para o efeito, uma equipa interna de apoio à implementação das medidas legalmente previstas, tendo sido criados instrumentos práticos de gestão relativos ao sistema de avaliação.

Para este novo desafio, a DGES e todos os organismos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foram acompanhadas por uma equipa consultora contratada pelo MCTES, que teve por missão o alinhamento na definição e implementação deste novo modelo de gestão e a consequente comparabilidade ao nível da avaliação.

Desde 2008, que a DGES procurou reforçar no seio da organização uma cultura de avaliação e responsabilização, vincada pela publicitação dos objectivos do serviço e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo de gestão e assente em indicadores de desempenho.

**Todos estes factores foram decisivos para que o SIADAP, nos respectivos níveis – SIADAP1, 2 e 3, tivessem um grau de implementação de 100%.**

## 5.5 SISTEMAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### SISTEMA BIOMÉTRICO DE GESTÃO ASSIDUIDADE

O recurso ao sistema biométrico por leitura de impressão digital ou cartão, como forma de garantir a segurança dos meios e controlo de entradas e saídas, enquadra-se numa dinâmica de qualidade que foi sendo implementada pela DGES.



Desta forma, em 2008, foi introduzido o sistema de controle de acessos e gestão de assiduidades, o qual possibilita conforto na sua utilização e um elevado grau de segurança. O sistema permite também a monitorização e gestão de assiduidade e de férias dos colaboradores.

A finalidade do tratamento assenta na necessidade de agilizar o cumprimento de um objectivo que a lei reconhece integrar-se no âmbito dos poderes de controlo da entidade responsável pelo tratamento: a fixação do horário de trabalho, o controlo da assiduidade e o registo do tempo de trabalho.



Figura 69 - Ecrã do Sistema de Controlo de Acessos e Gestão de Assiduidade

O processo de implementação do sistema biométrico teve início com a informação prévia solicitada ao Gabinete de Atendimento ao Público da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd). Posteriormente, foram prosseguidas todas as diligências necessárias para que a CNPD apreciasse a necessidade e proporcionalidade do pedido de implementação do referido sistema. Obtida a respectiva autorização por parte da CNPD, em 14/05/2008, foi proferido o despacho n.º 8/DG/2008, do Director-Geral, a comunicar a implementação do sistema biométrico de leitura de dados (impressão digital), no dia 02/06/2008.

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 - Abril 2010

Os principais benefícios da utilização deste sistema passam por:

- **Equipamentos inovadores:** Utilização de equipamentos topo de gama que garantem elevados níveis de usabilidade, segurança e fiabilidade.
- **Portal Colaborativo:** Possibilidade de utilização de todas as funcionalidades de trabalho colaborativo disponibilizadas out-of-the-box pelo SharePoint.
- **Acesso diversificado:** É possível disponibilizar acesso por qualquer canal (Internet, Intranet, Extranet, Call Center, etc.).
- **Informação no momento:** Acesso a informação actualizada, a qualquer momento, garantindo a sua confidencialidade.
- **Autonomia dos colaboradores:** Acesso à informação em matéria de assiduidade sem depender da Direcção de Serviços de Recursos Humanos.
- **Redução de papel:** Circulação electrónica da informação reduzindo substancialmente a circulação física de documentos;
- **Economia de tempo e de custos:** Desburocratização e simplificação de procedimentos administrativos. Redução no consumo de papel e dos custos inerentes.

A introdução deste sistema de controlo e segurança teve impactos positivos ao nível da aceitação por parte dos colaboradores internos, designadamente a maior satisfação no que respeita ao relacionamento com a organização e maior eficiência processual.

O referido sistema biométrico possibilita, igualmente, o

desenvolvimento de medidas

futuras para um reforço positivo do desempenho, através da implementação do módulo que permite a todos os trabalhadores efectuar a marcação de férias e justificação de ausências através da intranet.

The screenshot displays the 'Relatórios' (Reports) section of the 'SGAI' (Sistema de Gestão de Acessos e Informatizado) system. It shows a virtual clock for 'Inês Vaz Pinto Almeida Vasquez' (TECNICO SUPERIOR) for the month of January 2010. The interface includes filters for 'Ano' (Year) and 'Mês' (Month), and a 'View Report' button. Below the filters, a table lists attendance data for each day of the month, including columns for 'Hor.' (Hour), 'Normal', 'Extra', 'Nocturno', 'Soma', 'Não', 'Diferença', 'Acumulados', and 'Balancos'. The table shows various shifts and absences throughout the month.

		Total	Extra	Ausência	Balancos	
	Hor.	Normal	Extra	Nocturno	Soma	Não
01-01-2010	SEX	6	00:00	00:00	00:00	00:00
02-01-2010	SÁB	910	00:00	00:00	00:00	00:00
03-01-2010	DOM	911	00:00	00:00	00:00	00:00
04-01-2010	SEG	6	05:00	00:00	02:04	00:04
05-01-2010	TER	6	06:52	00:00	01:18	01:10
06-01-2010	QUA	6	07:40	00:00	00:00	00:40
07-01-2010	QUI	6	07:29	00:00	00:00	00:29
08-01-2010	SEX	6	07:27	00:00	00:00	00:27
09-01-2010	SÁB	910	00:00	00:00	00:00	00:00
10-01-2010	DOM	911	00:00	00:00	00:00	00:00
11-01-2010	SEG	6	07:57	00:00	00:00	00:57
12-01-2010	TER	6	07:22	00:00	00:00	00:22
13-01-2010	QUA	6	07:22	00:00	00:00	00:22

Figura 70 - Ecrã do Sistema de Controlo de Acessos e Gestão de Assiduidade – Relatório de Presenças

### QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO AOS COLABORADORES DA DGES

Foi realizado, no início de Janeiro de 2010, um questionário de satisfação aos colaboradores da DGES. Na generalidade, pode-se afirmar que a maioria dos colaboradores se encontra dentro do intervalo “satisfeito e muito satisfeito” com a organização no seu todo.

Este questionário tem como objectivo medir o grau de satisfação dos colaboradores, sempre numa perspectiva de melhoria contínua, pois o objectivo máximo deste projecto será analisar periodicamente a satisfação destes intervenientes, de modo a poder compará-la ao longo do tempo, corrigindo sempre os aspectos que não se encontrem de acordo com as necessidades dos colaboradores e da organização.

Dos questionários aplicados foi obtida uma taxa de resposta de 94%, o que revela uma grande adesão por parte dos colaboradores e a sua preocupação com a melhoria da organização, permitindo assim apostar numa melhoria continuada dos serviços prestados.

O questionário versou sobre um conjunto de temáticas relativas ao modo como o colaborador percepciona a organização no seu todo, de modo a aferir o grau de satisfação com a mesma.

Da análise dos resultados observámos, no que diz respeito à satisfação global dos colaboradores com a organização, Figura 71, que 96% das respostas se situam no intervalo “satisfeito e muito satisfeito”. Nesta questão foram avaliados temas que retratam a organização no seu todo (imagem da organização; desempenho global da organização; papel da organização na sociedade; relacionamento da

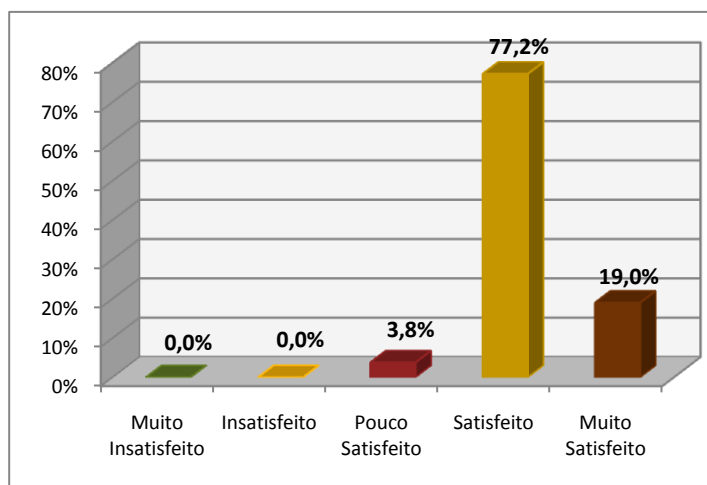
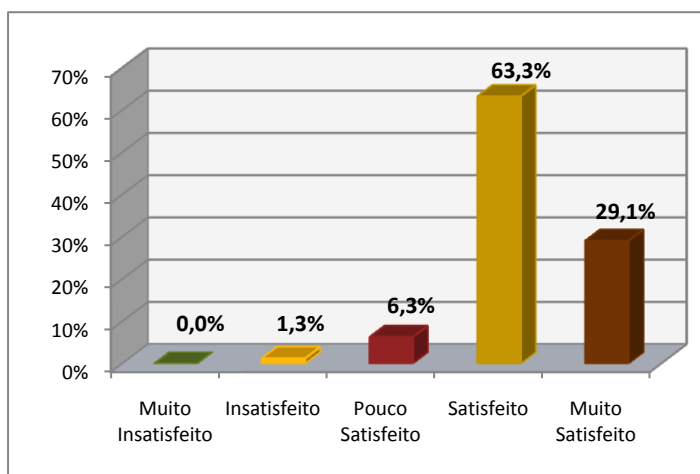


Figura 71 - Satisfação Global dos colaboradores com a organização

organização com os cidadãos e a sociedade; forma como a organização gere os conflitos de interesses; nível de envolvimento dos colaboradores na organização e na respectiva missão; envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria e mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e dirigentes).



**Figura 72 - Satisfação global com a gestão de topo**

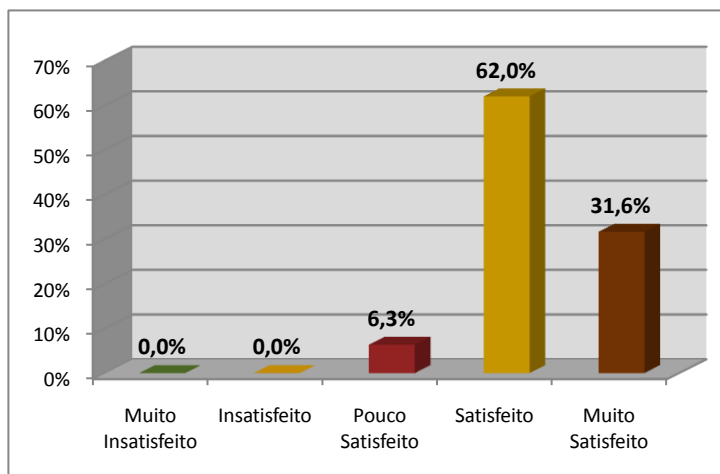
Nas questões directamente relacionadas com a gestão de topo, os colaboradores foram inquiridos sobre a satisfação com a gestão de topo (Figura 72) e sobre o estilo de liderança. Respectivamente, 92% e 90% dos colaboradores da DGES encontram-se no intervalo “satisfeito e muito satisfeito” com a gestão de topo e sua liderança, tendo em conta diversos

factores (aptidão para conduzir a

organização, para comunicar, a sua postura face à mudança e à modernização, face aos objectivos da organização; se os gestores de topo lideram através do exemplo; se demonstram empenho no processo de mudança; se aceitam críticas construtivas; se aceitam sugestões de melhoria, se estimulam a iniciativa das pessoas, se encorajam a confiança mútua e o respeito; se asseguram o desenvolvimento de uma cultura de mudança; se reconhecem os esforços individuais e das equipas e se adequam o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa).

Foi ainda abordada uma questão que tematiza a satisfação com as condições de trabalho, sendo que 94% dos colaboradores encontra-se no intervalo “satisfeito e muito satisfeito” com o ambiente de trabalho, com o modo como a organização lida com os conflitos, queixas ou problemas pessoais, com possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais, com a

possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos relacionados com a saúde e com a igualdade de tratamento na organização (Figura 73).



**Figura 73 - Satisfação global com as condições de trabalho**



## 6. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO DO ES

---





## 6.1 CANDIDATURA A BOLSAS DE ESTUDO - APRESENTAÇÃO DA PLATAFORMA DE INTEROPERABILIDADE

Realizou-se no dia 18 de Setembro de 2009, na Fundação Calouste Gulbenkian, a “Sessão de Apresentação da Plataforma *Online* DGES: interoperabilidade entre serviços” dirigida a todas as Universidades, Institutos Politécnicos e aos demais públicos interessados, introduzida pelo Director Geral e apresentada pela Subdirectora-Geral.

A sessão contou com a presença de ilustres convidados no seu painel, também parceiros no projecto, que debateram o tema, tais como:

- Presidente do Conselho Directivo da AMA;
- Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico;
- Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social;
- Director Geral da Direcção-Geral de Informática e de Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros;

O evento teve o privilégio de contar também com a intervenção de:

- Secretária de Estado da Modernização Administrativa;
- Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.



Figura 74 – Abertura da sessão pelo Director-Geral



Figura 75 – Painel de convidados



Figura 76 – Apresentação da sessão pela Subdirectora-Geral



Figura 77 – Secretária de Estado da Modernização Administrativa



Figura 78 – Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Figura 79 – Auditório

### 6.2 FUTURÁLIA

Em Dezembro de 2008, teve lugar a “FUTURÁLIA – Feira da Juventude, Qualificação e Emprego”, organizada conjuntamente pela Associação Industrial Portuguesa, a Feira Internacional de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa, na FIL – Parque das Nações.

Considerada como o maior evento nacional de educação, qualificação e emprego, a FUTURALIA promoveu a oferta de educação e formação secundárias existentes, bem como o ensino superior e pós-graduado. Neste domínio, a DGES garantiu a sua presença no evento, procurando, através do uso de tecnologias para o efeito disponibilizadas, demonstrar os serviços prestados pela DGES, esclarecendo e informando todos os utentes e visitantes da Feira.

#### FUTURÁLIA 2008

- 20.000m<sup>2</sup> de área exposicional
- 187 Expositores
- 384 Instituições representadas
- 37.500 visitantes
- 49.000 entradas

A FUTURALIA constituiu uma oportunidade única de visibilidade do trabalho desenvolvido pela DGES, atendendo à cobertura mediática de que foi alvo e ao elevado grau de adesão e participação dos visitantes, consolidando, desta forma, a posição institucional assumida por este organismo no contexto da qualificação e desenvolvimento humano no seio do ensino superior.



Figura 76 - Stand da DGES na Futurália 2008



Figura 81- Visita do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao Stand da DGES na Futurália 2008

## 6.3 “STUDY IN EUROPE”, SÃO PAULO (BRASIL)

A participação da DGES no Fórum Belta de Educação Internacional - ExpoBelta 2009, que decorreu em São Paulo (Brasil) nos dias 27 a 29 de Março de 2009, é um exemplo vivo da divulgação do Ensino Superior Nacional.

A Feira foi uma oportunidade única para a promoção do Ensino Superior nacional, comprovada pela grande afluência do público ao *stand* nacional, tendo em consideração a grande afinidade cultural e linguística que existe entre Portugal e o Brasil.

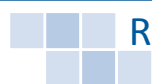
Com o intuito de promover o Ensino Superior Europeu, havia uma zona “Study in Europe” na Feira patrocinada pelo Programa Erasmus Mundus.

Este evento contou com a presença de mais de 9 mil estudantes e teve uma forte divulgação através dos *media* no Brasil, onde foram publicados cerca de 90 artigos de imprensa.



Figura 82 -Stand da DGES na Feira do Ensino Superior, São Paulo 2009





## 7. ANEXOS

---



## A. QUAR 2009

### QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2009

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

**DGES**

**Missão:** Assegurar a concepção, execução e coordenação das políticas que, no domínio do ensino superior, cabem ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

**Visão:** A Direcção-Geral do Ensino Superior, na qualidade de serviço central da administração directa do Estado, tem como visão estratégica prestar boa informação para uma boa decisão e ser uma referência.

#### Objectivos Estratégicos (OE):

OE 1 Prestar um serviço aos estudantes e instituições de ensino superior baseado na transparência, simplificação e comunicação, tendo em consideração a eficácia dos processos e a satisfação dos clientes.

OE 2 Prestar um serviço que garanta a equidade e justiça social dentro do enquadramento legal e institucional.

OE 3 Melhorar continuamente os sistemas de organização de trabalho e a implicação dos colaboradores.

OE 4 Melhorar a interacção com os parceiros, partilhando informação e conhecimento.

#### Objectivos Operacionais (OP):

#### EFICÁCIA

Ponderação: 50%

**OBJ 1. Prestar informação de valor e em tempo útil aos estudantes e Instituições de Ensino Superior**

Ponderação: 34%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.1. Taxa de cumprimento do plano de actualização previsto para o site da DGES	NA	70%	100%						

**OBJ 2. Garantir o acesso dos serviços do Ensino Superior Público e Privado à Plataforma de Interoperabilidade do Estado**

Ponderação: 33%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.2. Nível de cumprimento das actividades planeadas da responsabilidade da DGES	NA	80%	100%						

**OBJ 3. Melhorar os Sistemas de Informação e de Comunicação**

Ponderação: 33%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.3. Nível de implementação do Projecto INDEZ Online	NA	80%	50%						
Ind. 4. Nível de implementação do Projecto CET Online, para entrega de pedidos de CET	NA	70%	50%						

#### EFICIÊNCIA

Ponderação: 25%

**OBJ 4. Assegurar uma gestão orçamental fiável e rigorosa**

Ponderação: 50%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.5. Prazo médio de pagamento a fornecedores da DGES	NA	30 dias	100%						

**OBJ 5. Garantir um nível de segurança, qualidade e disponibilidade adequados para os sistemas informáticos e as respectivas infra-estruturas tecnológicas de suporte**

Ponderação: 50%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.6. Correção das evidências detectadas na auditoria de 2008 aos sistemas informáticos da DGES	NA	75%	50%						
Ind. 7. Execução da 1ª fase de reformulação da Intranet da DGES	NA	100%	50%						



# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 – Abril 2010

## QUALIDADE

Ponderação: 25%

**OBJ 6. Garantir a qualidade da acessibilidade aos sítios da DGES na Internet, a cidadãos com necessidades especiais**

Ponderação: 33%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind. 8. Percentagem das páginas dos sítios da DGES na Internet que satisfazem os critérios de acessibilidade da W3C segundo o teste automático TAW completado com os testes W3C para CSS e XHTML.	NA	100% A	100%						

**OBJ 7. Garantir a qualificação dos colaboradores da DGES**

Ponderação: 33%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind. 9. Taxa de execução do plano de formação aprovado e percentagem de colaboradores abrangidos	NA	Excecção do Plano de Formação a 100% e 60% de colaboradores com formação	100%						

**OBJ 8. Garantir o início da implementação e aperfeiçoamento do sistema de gestão da qualidade na DGES**

Ponderação: 34%

INDICADORES	Valor 2008	Meta 2009	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind. 10. Manutenção da certificação na DSAE, segundo o referencial ISO 9001:2008	NA	Certificação	20%						
Ind. 11. N.º de procedimentos definidos para a DATA e respectivos impressos	7	5	20%						
Ind. 12. N.º de procedimentos definidos para a DSAES e respectivos impressos	NA	5	20%						
Ind. 13. N.º de procedimentos definidos para a DSSRES e respectivos impressos	NA	5	20%						
Ind. 14. N.º de procedimentos definidos para a DRMCII e respectivos impressos	NA	5	20%						

### Explicitação da fórmula utilizada

**Indicador.1:** Taxa de cumprimento do plano de actualização previsto para o site da DGES: (Nº de actualizações realizadas / Nº de actualizações planeadas).  
Critério de superação: Taxa > 70%

**Indicador.2:** Nível de cumprimento das actividades planeadas da responsabilidade da DGES: (Nº de actividades realizadas / Nº de actividades planeadas).  
Critério de superação: Taxa > 80%

**Indicador.3:** Nível de implementação do Projecto INDEZ On-line: (Nº de actividades realizadas / Nº de actividades planeadas).  
Critério de superação: Taxa > 80%

**Indicador.4:** Nível de implementação do Projecto CET On-line, para entrega de pedidos de CET: (Nº de actividades realizadas / Nº de actividades planeadas).  
Critério de superação: Taxa > 70%

**Indicador.5:** Prazo médio de pagamento a fornecedores da DGES.  
Critério de superação: < 30 dias

**Indicador.6:** Correção das evidências detectadas na auditoria de 2008 aos sistemas da DGES.  
Critério de superação: > 75%

**Indicador.7:** Execução da 1ª fase de reformulação da Intranet da DGES.  
Critério de superação: 100% e início do desenvolvimento da 2ª fase

**Indicador.8:** Percentagem das páginas dos sítios da DGES na Internet que satisfazem os critérios de acessibilidade da W3C, segundo o teste automático TAW completado com os testes W3C para CSS e XHTML, que corresponde à percentagem de páginas ponderadas com 1, 2, 3 conforme o nível máximo satisfeito é A, AA, AAA, respectivamente, de acordo com a seguinte fórmula:  

$$\left[ \sum 1^{\circ} (\text{N}^{\circ} \text{ de páginas conformes com nível A e não AA de acessibilidade W3C de cada sítio da DGES na Internet}) + 2^{\circ} (\text{N}^{\circ} \text{ de páginas conformes com níveis A, AA e não AAA de acessibilidade W3C de cada sítio da DGES na Internet}) + 3^{\circ} (\text{N}^{\circ} \text{ de páginas conformes com níveis A, AA e AAA de acessibilidade W3C de cada sítio da DGES na Internet}) \right] / \left[ \sum 3^{\circ} (\text{N}^{\circ} \text{ de páginas de cada sítio da DGES na Internet}) \right] \times 100$$
, conformidade verificada com o teste automático TAW completado com os testes W3C para CSS e XHTML.

**Indicador.9:** Taxa de execução do plano de formação aprovado e percentagem de colaboradores abrangidos: (N.º de acções de formação realizadas / N.º total de acções de formação planeadas e N.º de trabalhadores com formação / N.º total de trabalhadores da DGES).  
Critério de superação: % de colaboradores com formação > a 60%

**Indicador.10:** Manutenção da certificação na DSAE, segundo o referencial ISO 9001:2008.  
Critério de superação: Certificação sem deteção de anomalias

**Indicador.11:** N.º de procedimentos definidos para a DATA e respectivos impressos.  
Critério de superação: N.º procedimentos > 5

**Indicador.12:** Número de procedimentos definidos para a DSAES e respectivos impressos.  
Critério de superação: N.º procedimentos > 5

**Indicador.13:** N.º de procedimentos definidos para a DSSRES e respectivos impressos.  
Critério de superação: N.º procedimentos > 5

**Indicador.14:** N.º de procedimentos definidos para a DRMCII e respectivos impressos.  
Critério de superação: N.º procedimentos > 5



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007 - 2009

### MEIOS DISPONÍVEIS

Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção Superior		2		
Dirigentes - Intermediários		5		
Técnico Superior		75		
Assistente Técnico		27		
Assistente Operacional		5		
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>114</b>	<b>0</b>	

Notas:

[1] Dos 75 técnicos superiores constantes do mapa de pessoal aprovado, foram previstos 20 técnicos superiores com Cont. Ind. Trabalho; Foram igualmente contabilizados 18 bolsistas a desempenhar funções na DGES no grupo de pessoal de técnicos superiores.

### ORÇAMENTO DA DGES - 2009 - DESPESA

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	Dotações	Saldos/2008	Dotação Global	Realizado	Desvio
Orçamento do Estado (F.F. 111)	2.853.000	128.625	2.853.000		
Despesas com pessoal	1.990.000		1.990.000		
Transferências correntes	863.000		863.000		
Auto Financiamento (RP) (F.F. 123)	225.000	37.275	225.000		
Despesas com pessoal	136.875				
Aquisição de bens e serviços	86.250				
Outras despesas correntes (03 a 06)					
Aquisição de bens de capital	1.875				
<b>Sub-Total</b>	<b>3.078.000</b>	<b>165.900</b>	<b>3.078.000</b>		
<b>PIDDAC</b>					
Orçamento do Estado (F.F. 311)					
Aquisição de bens e serviços					
Aquisição de bens de capital					
<b>Sub-Total</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>		
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.078.000</b>	<b>NA</b>	<b>3.078.000</b>		

Notas:

[1] O cálculo dos valores apresentados tem como base o orçamento da DGES aprovado para o ano de 2009. Os saldos de transição do ano de 2008 ainda se encontram sujeitos a aprovação.

N.º Efectivos no Organismo	Em 31.12.2008	Em 31.12.2009	Dif.º
	63		

Avaliação Desempenho do Serviço	Ponderação	Avaliação Desempenho	Avaliação Qualitativa
Eficácia	50%		
Eficiência	25%		
Qualidade	25%		
<b>Avaliação Final do Serviço</b>	<b>100%</b>		

### Listagem das Fontes de Verificação

Indicador 1	Plano de actualização e site da DGES ( <a href="http://www.dges.mctes.pt">www.dges.mctes.pt</a> )
Indicador 2	Relatório de actividades
Indicador 3	Relatório do Projecto INDEZ Online
Indicador 4	Relatório do Projecto CET Online
Indicador 5	Sistema de Informação Contabilística
Indicador 6	Relatório final de Auditoria em Janeiro de 2010 da empresa responsável
Indicador 7	Relatório de actividades
Indicador 8	Relatórios de execução dos testes informáticos da entidade responsável
Indicador 9	Plano de Formação aprovado e relatórios da formação realizada
Indicador 10	Relatório de actividades
Indicador 11	Lista de Procedimentos
Indicador 12	Lista de Procedimentos
Indicador 13	Lista de Procedimentos
Indicador 14	Lista de Procedimentos

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 – Abril 2010

## B. QUAR 2008

### QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2008

(última actualização 2009/01/19)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

DGES

**Missão:** Assegurar a concepção, execução e coordenação das políticas que, no domínio do ensino superior, cabem ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

**Visão:** A Direcção-Geral do Ensino Superior, na qualidade de serviço central da administração directa do Estado, tem como visão estratégica prestar boa informação para uma boa decisão e ser uma referência.

#### Objectivos Estratégicos (OE):

OE 1 Prestar um serviço aos estudantes e instituições de ensino superior baseado na transparência, simplificação e comunicação, tendo em consideração a eficácia dos processos e a satisfação dos clientes.

OE 2 Prestar um serviço que garanta a equidade e justiça social dentro do enquadramento legal e institucional.

OE 3 Melhorar continuamente os sistemas de organização de trabalho e a implicação dos colaboradores

OE 4 Melhorar a interacção com os parceiros, partilhando informação e conhecimento.

#### Objectivos Operacionais (OP):

#### EFICÁCIA

Ponderação: 30%

OBJ 1. Prestar informação de valor e em tempo útil aos estudantes e Instituições de Ensino Superior através da criação do sítio único na Internet

Ponderação: 34%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.1. Data de disponibilização do sítio único na Internet	NA	[15.08.2008 - 30.06.2008]	50%	11.03.2008	158%	X			58%
Ind.2. Data de disponibilização de plataforma dinâmica comum para toda a oferta formativa do ensino superior	NA	[15.09.2008 - 30.09.2008]	50%	30.09.2008	100%		X		0

OBJ 2. Garantir a consolidação do Sistema de Atribuição de Bolsas

Ponderação: 33%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind. 3. Taxa de candidaturas on-line	38%	[90% - 95%]	100%	99,84%	105,09%	X			5,09%

OBJ 3. Garantir a simplificação do Sistema de Acesso ao Ensino Superior

Ponderação: 33%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.4. Data da aprovação do processo de candidatura on-line - versão 2008	NA	[15.08.2008 - 30.06.2008]	100%	4-Jun-08	108,33%	X			8,33%

#### EFICIÊNCIA

Ponderação: 40%

OBJ 4. Contribuir para a consolidação da reestruturação dos cursos do sistema português do ensino superior através da concretização do Processo de Bolonha

Ponderação: 30%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.5. Taxa das adequações de ciclos de estudos registadas dentro do prazo legal	32%	[70% - 80%]	50%	86%	107,50%	X			+7,05%
Ind. 6. Taxa de CET's registados dentro do prazo legal	53%	60%	50%	67%	111,67%	X			11,67%

OBJ 5. Melhorar e alargar o Sistema de Gestão de Controlo Interno

Ponderação: 30%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind. 7. Data de implementação do Sistema Biométrico	NA	[15.06.2008 a 30.06.2008]	100%	14.05.2008	125%	X			25%

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007 - 2009

## OBJ 6. Assegurar uma gestão orçamental fiável e rigorosa

Ponderação: 20%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.8. Periodicidade do Relatório	NA	Bimensal	100%	MENSAL	200%	X			100%

## OBJ 7. Garantir a segurança da rede informática e dos sistemas de informação

Ponderação: 20%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind 9. Correção das evidências detectadas na auditoria à plataforma do Acesso ao Ensino Superior	NA	Nível de Risco: Alto: [80 - 90%] Médio: [20 - 30%] Baixo: [0 - 10%]	100%	Nível de Risco: Alto: 100% (90%) Médio: 100% (7%) Baixo: 100% (3%)	153%	X			53%

## QUALIDADE

Ponderação: 30%

## OBJ 8. Garantir a qualificação dos colaboradores da DGES

Ponderação: 50%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind.10. Taxa de execução do Plano de formação aprovado	NA	[70% - 80%]	100%	100%	0%		X		0%

## OBJ 9. Dar início à implementação de um sistema de certificação de qualidade na Divisão de Apoio Técnico e Administrativo

Ponderação: 50%

INDICADORES	Valor 2007	Meta 2008	Peso	Concretização					Desvios
				Resultado	Taxa Realização	Classificação			
						Superou	Atingiu	Não atingiu	
Ind 11. N.º de procedimentos definidos	NA	5	100%	7	140%	X			40%

### Explicitação da fórmula utilizada

**Indicador.1:** Data de disponibilização do sítio único na Internet com informação dirigida aos estudantes e instituições de ensino superior e ainda sobre a oferta formativa e o reconhecimento, mobilidade e relações internacionais  
Critério de superação: Data < 15.06.2008

**Indicador.2:** Data de disponibilização de uma plataforma dinâmica comum para toda a oferta formativa do ensino superior, com recurso a pesquisas por diversos critérios  
Critério de superação: Data < 15.09.2008

**Indicador.3:** Taxa de candidaturas on-line através do Sistema de Atribuição de Bolsas = (N.º Candidaturas on-line / N.º total de candidaturas)\*100  
Critério de superação: Taxa > 95%

**Indicador.4:** Data de aprovação pelo Director-Geral do processo de candidatura on-line para o Acesso ao Ensino Superior - versão 2008  
Critério de superação: Data < 15.06.2008

**Indicador.5:** Taxa das adequações de ciclos de estudos registadas dentro do prazo legal: (Adequações registadas dentro do prazo legal / Total das adequações registadas)  
Critério de superação: Taxa > 80%

**Indicador.6:** Taxa CET registados dentro do prazo legal: (CET registados dentro do prazo legal / Total dos CET registados)  
Critério de superação: Taxa > 60%

**Indicador.7:** Data de implementação do Sistema de Controlo Biométrico  
Critério de superação: Data < 15.06.2008

**Indicador.8:** Periodicidade do Relatório de Gestão: Bimensal  
Critério de superação: Periodicidade < Bimensal

**Indicador.9:** Nível de correção das evidências detectadas na auditoria realizada à plataforma do Acesso ao Ensino Superior: [Evidências de risco alto: Evidências de risco alto corrigidas / evidências de risco alto detectadas]; [Evidências de risco médio: Evidências de risco médio corrigidas / evidências de risco médio detectadas]; [Evidências de risco baixo: Evidências de risco baixo corrigidas / evidências de risco baixo detectadas]  
Critério de superação: Nível de evidências de risco alto corrigidas > 90%, ou Nível de evidências de risco médio corrigidas > 30%, ou Nível de evidências de risco baixo corrigidas > 10%

**Indicador.10:** Taxa de execução do Plano de formação aprovado: (N.º de acções de formação realizadas / N.º total de acções de formação planeadas)  
Critério de superação: Taxa > 80%

**Indicador.11:** Número de procedimentos definidos  
Critério de superação: N.º procedimentos > 5

## MEIOS DISPONÍVEIS

Recursos Humanos	Efectivos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção Superior	2	20	40	40	0,00%
Dirigentes - Intermédios	5	16	80	80	0,00%
Técnico Superior	63	12	756	756	0,00%
Chefe de Secção	1	9	9	9	0,00%
Técnico - Profissional	6	9	54	54	0,00%
Administrativo	23	8	184	160	-13,04%
Auxiliar	6	5	30	30	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>	<b>79</b>	<b>1153</b>	<b>1129</b>	<b>-2,08%</b>



# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Maio 2007 – Abril 2010

ORÇAMENTO DA DGES - 2008 - DESPESA						Desvio
ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	Dotações	Saldos 2007	Dotação Global	Orçamento Corrigido	Realizado	
Orçamento do Estado (F.F. 111)	2.700.000		2.700.000	2.707.214	2.707.116	99,9964%
Despesas com pessoal	1.756.000		1.756.000			
Transferências correntes	944.000		944.000			
Auto Financiamento (RP) (F.F. 123)	225.000	234.000	225.000	546.669	435.388	79,84%
Despesas com pessoal	30.000					
Aquisição de bens e serviços	192.500					
Outras despesas correntes (03 a 06)						
Aquisição de bens de capital	2.500					
<b>Sub-Total</b>	<b>2.925.000</b>	<b>234.000</b>	<b>2.925.000</b>	<b>3.253.883</b>	<b>3.142.504</b>	<b>-3,42%</b>
<b>PIDDAC</b>						
Orçamento do Estado (F.F. 311)						
Aquisição de bens e serviços						
Aquisição de bens de capital						
<b>Sub-Total</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.925.000</b>	<b>234.000</b>	<b>3.253.883</b>		<b>3.142.504</b>	

Notas: Foram incluídos nos Recursos Humanos os Bolseiros e Avençados

N.º Effectivos no Organismo	Em 31.12.2007	Em 31.12.2008	Dif.ª
	66	63	3

Avaliação Desempenho do Serviço	Ponderação	Avaliação Desempenho	Avaliação Qualitativa
Eficácia	30%	4,66	BOM
Eficiência	40%	5	BOM
Qualidade	30%	4	BOM
<b>Avaliação Final do Serviço</b>	<b>100%</b>	<b>4,598</b>	<b>BOM</b>

## Listagem das Fontes de Verificação

Indicador 1	www.dges.mctes.pt
Indicador 2	www.dges.mctes.pt
Indicador 3	SICABE
Indicador 4	Despacho do Director-Geral
Indicador 5	Relatório da base de dados ARISTA
Indicador 6	Relatório da base de dados ARISTA
Indicador 7	Despacho do Director-Geral
Indicador 8	SIC
Indicador 9	Relatório final de Auditoria em Dezembro de 2008 da empresa responsável
Indicador 10	Plano de Formação aprovado e relatórios da formação realizada
Indicador 11	Lista de Procedimentos

